



CAPES

**Relatório
de Gestão
2021**

RESPONSABILIDADE PELO CONTEÚDO

Gabinete de Presidência (GAB/PR/CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV/CAPES)
Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB/CAPES)
Diretoria de Relações Internacionais (DRI/CAPES)
Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB/CAPES)
Diretoria de Educação a Distância (DED/CAPES)
Diretoria de Gestão (DGES/CAPES)
Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI/CAPES)
Auditoria Interna (AUD/PR/CAPES)
Procuradoria Federal junto à CAPES (PF/PR/CAPES)

CONSOLIDAÇÃO DO CONTEÚDO

Assessoria de Planejamento e Consolidação da Informação (APE/GAB/PR/CAPES)

IDENTIDADE VISUAL

Coordenação de Comunicação Social (CCS/GAB/PR/CAPES)

ENDEREÇO

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 2, Bloco L, Lote 06
Edifício Sede da CAPES CEP: 70040-031 - Brasília, DF
(61) 2022-6210
comunicacao@capes.gov.br



Cláudia Mansani Queda de Toledo
Presidente



Zena Maria da Silva Martins
Diretora de Programas
e Bolsas no País



Flávio Anastácio de Oliveira Camargo
Diretor de Avaliação



Lívia Palumbo
Diretora de Relações Internacionais



Carlos Cezar Modernel Lenuzza
Diretor de Educação à Distância
Diretor de Formação de Professores
da Educação Básica - substituto



Milton S. Castro de Oliveira
Diretor de Tecnologia da Informação



Anderson Lozi da Rocha
Diretor de Gestão

Sumário

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO	6
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	8
1.1 Estrutura Organizacional.....	8
1.2 Modelo de Governança, Negócios e Ambiente de Atuação	9
1.3 Cadeia de Valor.....	11
2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	15
2.1 Objetivos do PPA.....	15
2.2 Metas do PNE	15
2.3 Plano Estratégico Institucional (PEI).....	15
2.4 Perfil de Governança e Gestão Públicas	22
2.5 Órgãos Seccionais De Assessoramento	23
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	26
3.1 As Linhas de Defesa	27
4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO	29
4.1 Avaliação da pós-graduação <i>stricto sensu</i>	29
4.1.1 Atividades preparatórias para a Avaliação Quadrienal	30
4.1.2 Avaliação de Propostas de Novos Cursos (APCN)	31
4.1.3 Fusão de Programas de Pós-Graduação e Processos de Cooperação entre Instituições..	31
4.1.4 Outras ações no âmbito do processo de avaliação	32
4.1.5 Perspectivas para 2022	32
4.2 Bolsa e fomento no país.....	33
4.2.1 Fomento à Pós-graduação: concessão de bolsas de estudo no país e recursos de custeio	33
4.2.2 Ações institucionais de fomento à pós-graduação.....	35
4.2.3 Ações estratégicas de fomento à pós-graduação.....	36
4.2.4 Apoio à disseminação da informação científica, tecnológica e educacional nacional e internacional.....	41
4.2.5 Perspectivas para 2022	43
4.3 Internacionalização.....	44
4.3.1 Programa Institucional de Internacionalização- CAPES-PrInt	44
4.3.2 Programas de Cooperação Internacional	46
4.3.3 Panorama da Internacionalização	47
4.3.4 Perspectivas para 2022	49
4.4 Fomento à Formação de Professores da Educação Básica	49
4.4.1 Sistema Universidade Aberta do Brasil.....	49
4.4.2 Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica - ProEB.....	51
4.4.3 Cursos Gratuitos On-Line.....	51
4.4.4 Programas de Formação Inicial à Docência da Educação Básica - PIBID e Residência Pedagógica.....	52
4.4.5 Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR.....	53
4.4.6 Perspectivas para 2022	54

4.5 Gestão de Pessoas.....	54
4.5.1 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia.....	56
4.5.2 Capacitação de Servidores.....	56
4.6 Gestão de Licitações e Contratos	57
4.6.1 Conformidade legal.....	57
4.6.2 Cenário Geral das Contratações	58
4.6.3 Classificação por UASG e Modalidades.....	58
4.6.4 Detalhamento das Despesas Administrativas.....	59
4.6.5 Principais desafios e ações futuras na gestão de licitações e contratos.....	60
4.7 Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	61
4.7.1 Conformidade Legal	61
4.7.2 Aquisições gerais no ano de 2021.....	61
4.7.3 Aquisições realizadas para prevenção da pandemia (COVID-19).....	61
4.7.4 Locação de imóveis	62
4.7.5 Sustentabilidade Ambiental.....	62
4.8 Gestão De Tecnologia da Informação	64
4.8.1 Direcionamento, Monitoramento e Avaliação da TIC.....	64
4.8.2 Segurança da Informação e Comunicação - SIC e Proteção De Dados Pessoais	65
4.8.3 Resultados do PDTIC 2020-2023 no ano de 2021.....	66
4.8.4 Resultados com Satisfação de Usuários de TIC.....	66
4.8.5 Resultados Relevantes.....	67
4.9 Comunicação Social.....	68
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	69
5.1 Desempenho Orçamentário	69
5.2 Desempenho financeiro no exercício	69
5.3 Gestão Orçamentária e Financeira.....	70
5.4 Principais Fatos Contábeis	77
5.5 Resultados Financeiros e Não Financeiros.....	77
5.6 Normas Legais e Técnicas e mecanismos de Controle	78
5.7 Coordenação de Contabilidade.....	78
5.7 Demonstrações contábeis.....	79
Anexos	81
LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES.....	82
LISTA DE FIGURAS.....	87
LISTA DE TABELAS	88
LISTA DE GRÁFICOS.....	89

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO

Cumprindo com minha responsabilidade de prestadora de contas como dirigente máxima da instituição, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, apresento o Relatório de Gestão da CAPES referente ao ano de 2021. Este documento traz os principais resultados da atuação da CAPES no período e as iniciativas mais relevantes no âmbito administrativo. Pelo quarto ano consecutivo é apresentado de forma integrada, conforme orientação do Tribunal de Contas da União em suas Decisões Normativas nº 187/2020 e nº 188/2020, observando a integridade, a fidedignidade, a precisão e a completude das informações prestadas. Ressalta-se, por oportuno, que o conjunto de ações aqui demonstrado de forma agregada contribui para a missão organizacional e, conseqüentemente, para o atingimento das metas pertinentes à CAPES e alinhadas ao Ministério da Educação (MEC).

A Fundação CAPES é responsável por definir diretrizes para o fortalecimento das instituições formadoras de recursos humanos de alto nível, considerando dois focos de atuação: docentes e discentes do Ensino Superior e do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e profissionais da Educação Básica. Este relatório, com o intuito de apresentar as ações da CAPES de forma didática à sociedade, está estruturado e apresentado por segmentos de atuação, a saber: Avaliação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*; Bolsas e Fomento no País; Internacionalização; e Fomento à Formação de Professores da Educação Básica.

Com relação à Avaliação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, o SNPG finalizou o ano de 2021 com 4.595 programas de pós-graduação *stricto sensu*, presentes em todas as regiões brasileiras. Com o intuito de otimizar a qualidade dos Programas de Pós-Graduação (PPG), a CAPES incentiva tanto a Fusão de Programas que apresentam estruturas semelhantes de formação e pesquisa quanto a migração de PPGs, que é o processo de transferência de um PPG em funcionamento de uma instituição para outra, mantendo necessariamente suas características. Em 2021, recebemos 48 processos de fusão e de migração de PPGs. Além da fusão e da migração, a CAPES também estimula os Projetos de Cooperação entre Instituições (PCI), que contemplam turmas temporárias de mestrado ou de doutorado acadêmicos ou profissionais. Em relação a estes Projetos de Cooperação entre instituições, a CAPES recebeu e analisou 64 projetos.

Durante o ano de 2021, foi realizada uma série de atividades preparatórias para a Avaliação Quadrienal 2017/2020. Ao todo, ocorreram 172 reuniões durante o período de janeiro a dezembro de 2021. Estão incluídas todas as reuniões ligadas à Avaliação Quadrienal e as Reuniões dos Colégios de Humanidades; Ciências da Vida; e Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar.

Entretanto, em setembro de 2021 o processo da Avaliação Quadrienal foi interrompido por liminar judicial no âmbito do processo de Ação Civil Pública movido pelo Juiz Federal da 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Todas as atividades relacionadas à Avaliação permaneceram suspensas até o início de dezembro de 2021, quando a medida liminar foi reconsiderada e a CAPES pôde retomar o processo, com a publicação de um calendário atualizado.

O eixo de Bolsas e Fomento no País teve papel fundamental para o crescimento do SNPG no ano de 2021. Entre os principais destaques de sua atuação constam: o aprimoramento no modelo de concessão de bolsas, as ações estratégicas voltadas para o desenvolvimento nacional e a continuidade do Portal de Periódicos. O aprimoramento no modelo de concessão de bolsas, que está em seu segundo ano, permanece priorizando a concessão de bolsas para os cursos mais bem avaliados e para os cursos de doutorado. Após o aperfeiçoamento do modelo, chegamos a conceder um total de 84.292 bolsas e auxílios por meio dos programas institucionais. Entre as ações realizadas no âmbito dos Programas Estratégicos e dos Programas Emergenciais, podemos mencionar a publicação do 4º edital do Programa Estratégico Emergencial de Prevenção e Combate a Surtos, Endemias, Epidemias e Pandemias, o qual apoiará 40 projetos. Já no âmbito dos Programas voltados para Redução de Assimetrias, merece destaque a implementação do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida Brasileira, com foco na formação de recursos humanos altamente qualificados e no fomento de pesquisas voltadas ao desenvolvimento social, econômico e tecnológico da região semiárida, por meio de apoio a 30 projetos. Ainda nessa linha, outra importante iniciativa é o PDPG – Amazônia Legal, por meio do qual foram implementados 67 projetos em 2021. A CAPES ainda possui um leque de programas desenvolvidos com parceiros estratégicos, voltados ao atendimento de demandas especifi-

cas com o objetivo de formar recursos humanos de alto nível e fortalecer o conhecimento científico em áreas estratégicas de maneira a subsidiar políticas públicas de interesse nacional. Entre os atuais parceiros da CAPES, destacam-se os Ministérios da Justiça e da Segurança Pública (MJSP); da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH); da Defesa (MD); da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN); o Conselho Regional de Nutricionistas - 4ª região (CRN-4); Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa;

Além dessas ações, por meio do fomento à pós-graduação e da concessão de bolsas no país, a CAPES promove o desenvolvimento do SNPG e contribui para a manutenção e melhoria das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação. Em números gerais, em 2021 foram concedidas 93.318 bolsas de estudo e pesquisa no país, totalizando um investimento de mais de R\$ 2,5 bilhões na pós-graduação brasileira, beneficiando discentes, docentes e pesquisadores de mais de 3,7 mil programas de pós-graduação stricto sensu.

O Portal de Periódicos manteve suas atividades, que englobam 89 contratos com 83 editoras internacionais, e renovou o acesso a duas das principais bases de dados e pesquisa do mundo: American Physical Society e a Royal Society Publishing. Ainda trouxe uma nova interface, mais moderna e intuitiva, que facilita a pesquisa e o acesso à informação por seus usuários.

Entre os programas internacionais, destacam-se o PrInt, que finalizou o ano com 1.452 bolsas ativas em 33 países, e os programas tradicionais de bolsas de estudos no exterior, tais como Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) e o Programa resultado da parceria com o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (CAPES/Cofecub) - o mais antigo programa de internacionalização da CAPES. Ainda com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia de Covid-19, que impôs distanciamento social, fechamento de fronteiras e alteração de calendários acadêmicos no Brasil e no exterior, todos os projetos de pesquisa (exceto o PrInt) que iniciaram a vigência em 2019, tiveram seus prazos de vigência prorrogados. Dessa forma, a CAPES finalizou o ano de 2021 com 4.019 bolsistas ativos entre brasileiros no exterior e estrangeiros no país e um investimento de R\$ 202,7 milhões em ações de internacionalização.

Por sua vez, o fomento à formação de professores da educação básica permanece como atividade indispensável para a evolução da educação básica brasileira. Entre os principais programas de fomento à formação de professores, encontra-se o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que gerencia, atualmente, um total de 136 Instituições Públicas de Educação Superior com 969 polos ativos distribuídos em todas as unidades da federação.

Ainda no âmbito de fomento à formação de professores da educação básica, o Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), formado por 11 PPGs de Mestrado Profissional, ofertou 2.620 novas vagas. Ademais, os Cursos de Capacitação Online, os quais visam apoiar os professores no processo de adaptação ao uso das ferramentas digitais, ofertaram 300 mil vagas para professores da educação básica e alunos de licenciatura a serem ocupadas entre os anos de 2020 e 2022.

No Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e no Programa Residência Pedagógica foram ofertadas aproximadamente 60 mil bolsas, que envolvem alunos, professores das instituições de ensino superior e professores das escolas de educação básica para o desenvolvimento de projetos institucionais. Além desses, o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) registrou um total de 226 turmas em andamento, nas quais estavam matriculados 8.447 professores cursistas.

As ações aqui mencionadas estão detalhadas no decorrer deste relatório, além das informações concernentes as atividades meio, que representam o alicerce de funcionamento da instituição, como governança, auditoria, gestão de pessoas, orçamento, contabilidade, tecnologia da informação, entre outras, e, por meio delas, a CAPES visa ser referência como instituição de excelência no fomento à pesquisa e à formação e qualificação de pessoal de nível superior para o desenvolvimento do país.

Cláudia Mansani Queda de Toledo

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

A CAPES, fundação pública vinculada ao Ministério da Educação, atua como aliada do SNPG em sua expansão, consolidação e na formação de um quadro altamente qualificado para atendimento das demandas dos setores governamentais e produtivos do país. Instituída inicialmente por meio do Decreto nº 29.741, de 11 julho de 1951, e recriada pela Lei 8.405, de 9 de janeiro de 1992, a partir de 2007 passou, também, a atuar na formação de profissionais da educação básica, após a promulgação da Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007.

A CAPES, em sua revisão da estratégia institucional, definiu as seguintes missão e visão para o período de 2020 a 2023:

- **Missão:** Fomentar a pesquisa e a qualificação para formação de pessoal de nível superior para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico.
- **Visão:** Ser referência como instituição de excelência no fomento à pesquisa, à formação e à qualificação de pessoal de nível superior para o desenvolvimento do país.

1.1 Estrutura Organizacional

A CAPES realiza suas atividades por meio da seguinte estrutura organizacional, composta por três órgãos colegiados, um órgão de assistência direta e imediata ao Presidente, quatro órgãos seccionais e cinco órgãos específicos e singulares:

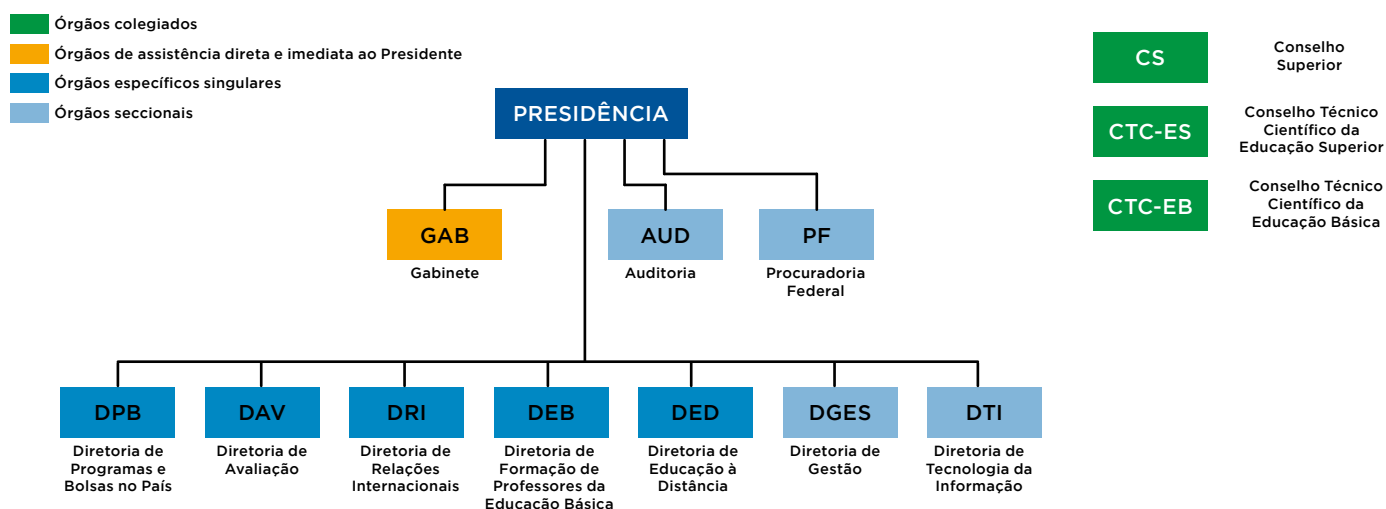


Figura 1 - Organograma da CAPES

Fonte: CAPES

1.2 Modelo de Governança, Negócios e Ambiente de Atuação

O Modelo de Governança demonstra, de forma estruturada, a interação entre os diferentes atores e segmentos da sociedade, associações, Administração Pública e Governo e sua articulação junto à CAPES:

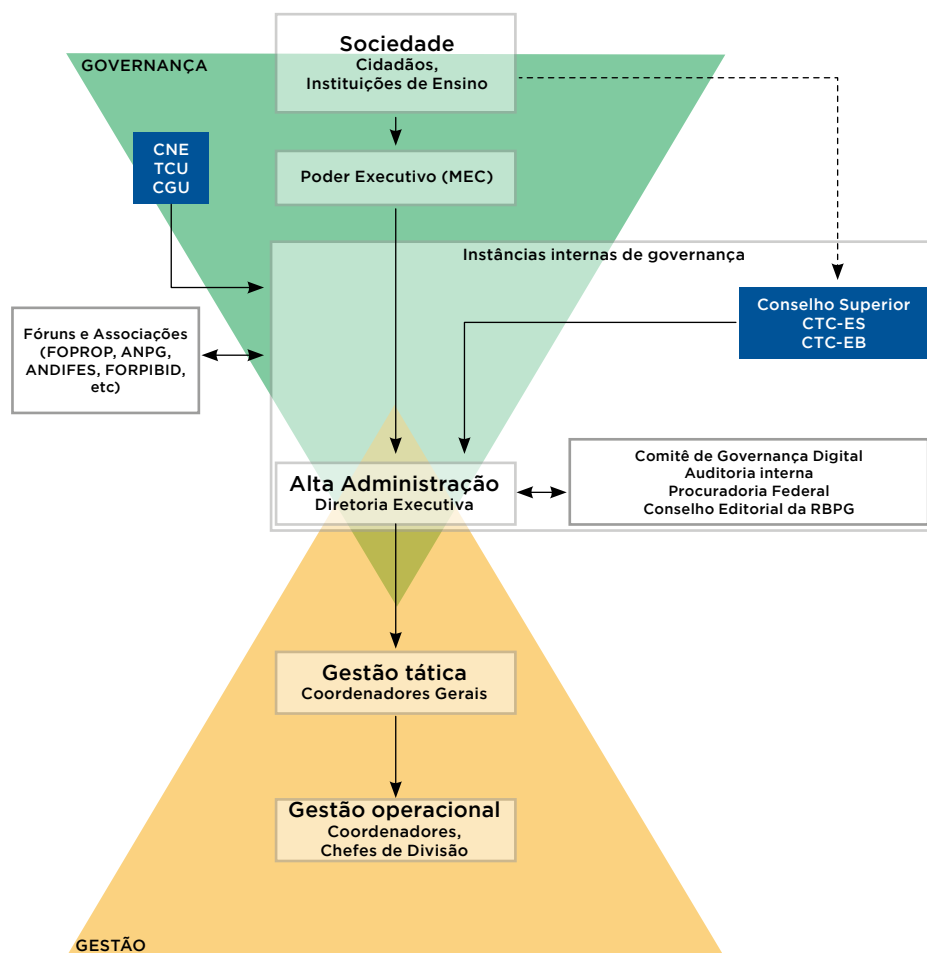


Figura 2 - Modelo de Governança da CAPES
Fonte: APE/GAB/PR/CAPES

A CAPES desempenha um papel fundamental para os êxitos alcançados pelo SNPG, tanto no que diz respeito à consolidação do quadro atual, como na construção das mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem. O sistema de avaliação da pós-graduação stricto sensu é continuamente aperfeiçoado e serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da Avaliação atuam como base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação stricto sensu, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas, auxílios, apoios).

A Fundação atua no mercado nacional e internacional por meio de parcerias com as instituições de ensino e pesquisa de diversas formas. No âmbito nacional, atua regulamentando e avaliando a pós-graduação brasileira, competência atribuída pelo § 1º do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017:

“No âmbito da educação superior, a CAPES terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar o sistema de pós-graduação e avaliar os cursos deste nível, nas modalidades presencial e a distância (...)”.

Outra forma de atuação no mercado nacional é por meio de parceria com as instituições de ensino e pesquisa. Neste caso, a CAPES fomenta a pós-graduação por meio da concessão de bolsas e fomento a editais estratégicos, conforme finalidade descrita em seu Estatuto:

“(…) e estimular, mediante a concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento à demanda dos setores público e privado (…)” (Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, Anexo I, art. 2º, § 1º).

Ainda no mercado nacional, a CAPES busca induzir e fomentar, diretamente e em regime de colaboração com estados, municípios e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais do magistério da Educação Básica, conforme o § 2º do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 8.977, de 2017.

Já no âmbito externo, a CAPES consolida parcerias com instituições de ensino e pesquisa reconhecidas internacionalmente. O objetivo dessas parcerias é a troca de experiências entre instituições de ensino brasileiras e estrangeiras, bem como a promoção da internacionalização da pós-graduação *stricto sensu* no país. Para isso, a CAPES concede bolsas para pesquisadores estrangeiros virem ao Brasil para ministrar palestras, aulas, congressos e workshops, e concede bolsas para discente, docentes e pesquisadores da pós-graduação estudarem no exterior.

As ações da CAPES são retratadas nas seguintes linhas de atuação:

Avaliação da Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> :	Internacionalização:
<p>A Avaliação consolidou-se como uma atividade fundamental para a garantia e manutenção da qualidade da pós-graduação <i>stricto sensu</i> no Brasil e como instrumento para indução e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Algumas ações desse eixo são: aprimorar o modelo de avaliação de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>; revisar e criar instrumentos normativos da avaliação; e avaliação e acompanhamento de programas</p>	<p>A CAPES também atua na promoção da internacionalização da Educação Superior brasileira por meio de programas, acordos de cooperação, convênios e parcerias com agências e instituições internacionais. Algumas ações desse eixo são: promover a internacionalização da Pós-Graduação brasileira; aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação internacional; incentivar as ações de internacionalização das universidades; e promover a cooperação científica internacional.</p>
Bolsas e Fomento no País:	Fomento à Formação de Professores da Educação Básica:
<p>A CAPES é responsável por definir diretrizes para o fortalecimento das instituições formadoras de recursos humanos de alto nível, conceber e implementar políticas públicas de fomento ao SNPG com o objetivo de apoiar a formação de pessoal altamente qualificado na educação educação superior e contribuir para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil. Algumas ações desse eixo são: conceder bolsas no país por meio de programas de cotas institucionais e em áreas estratégicas e emergenciais; conceder recursos para projetos institucionais; e promover o acesso e disseminação de conhecimento científico.</p>	<p>A CAPES auxilia no fomento da qualificação dos discentes e docentes do Ensino Superior por meio de políticas para Educação Básica e a integração entre a pós-graduação, Instituições de Ensino Superior (IES) e escolas. Algumas ações desse eixo são: promover a valorização do magistério da educação básica; aperfeiçoar a formação docente por meio de programas e concessão de bolsas; e fomentar a formação básica e continuada de professores.</p>

Tabela 1 - Linhas de atuação da CAPES
Fonte: CAPES

1.3 Cadeia de Valor

Em 2021, a conquista dos resultados alcançados pela CAPES e o suporte para sua atuação aconteceram por meio de processos bem definidos, agrupados por macroprocessos, como demonstrado na Cadeia de Valor, que têm como objetivo final o alcance da visão institucional:

Ser referência como instituição de excelência no fomento à pesquisa, à formação e à qualificação de pessoal de nível superior para o desenvolvimento do país.

A estrutura desta Cadeia de Valor é composta de 7 (sete) macroprocessos de governança e 6 (seis) macroprocessos de suporte que auxiliam no alcance dos seguintes macroprocessos finalísticos:

- Definição de estratégias para o desenvolvimento científico e tecnológico e formação de pessoal de alto nível;
- Avaliação do SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação e
- Fomento ao Sistema Nacional de Pós-Graduação e à formação de profissionais da Educação Básica.



Figura 3 - Cadeia de Valor da CAPES
Fonte: CAPES

O Mapa de Contexto complementa o entendimento e funcionamento da Cadeia de Valor, abordando os processos vinculados a cada macroprocesso de acordo com o seu grau de relevância, público-alvo e parceiros, instituições que atuam no contexto organizacional e as políticas e diretrizes que afetam o desempenho institucional.

Mapa de Contexto - CAPES

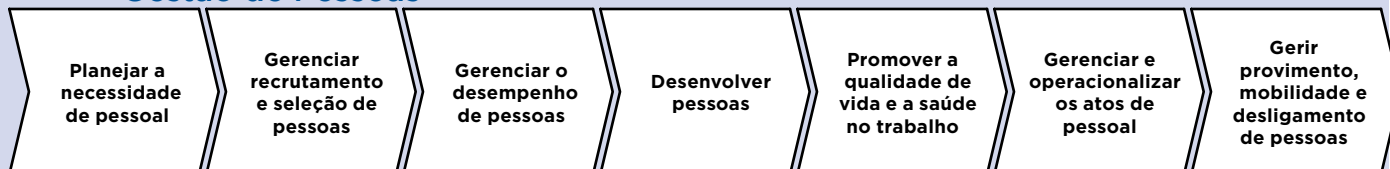
PARCEIROS		
MEC e Entidades vinculadas	Secretarias de Educação de Estados e Municípios	FAPs
Editoras	IES Nacionais e Internacionais	Agências de Fomento Nacionais e Internacionais
Ministérios e Entidades Vinculadas	Agências Reguladoras	Sociedades científicas
Empresas Públicas e Privadas	RNP e outras Organizações Sociais	Associações de representação acadêmica

INSTITUIÇÕES DO CONTEXTO ORGANIZACIONAL

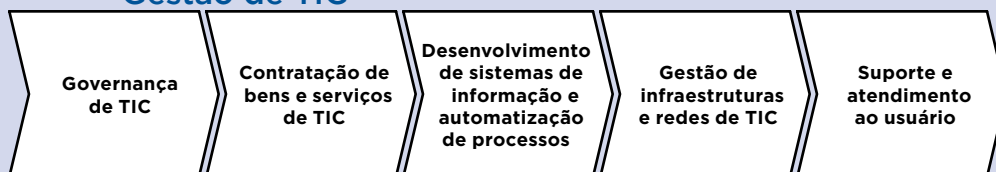
Ministérios Públicos	Congresso Nacional e Parlamentares	Casa Civil	Órgãos de Controle
----------------------	------------------------------------	------------	--------------------

MACROPROCESSOS DE SUPORTE

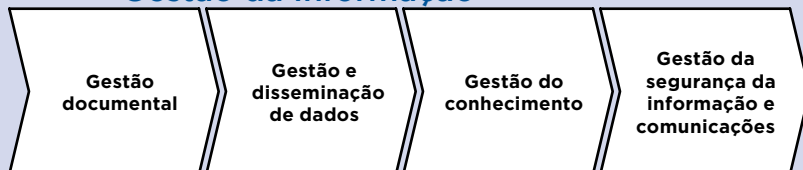
Gestão de Pessoas



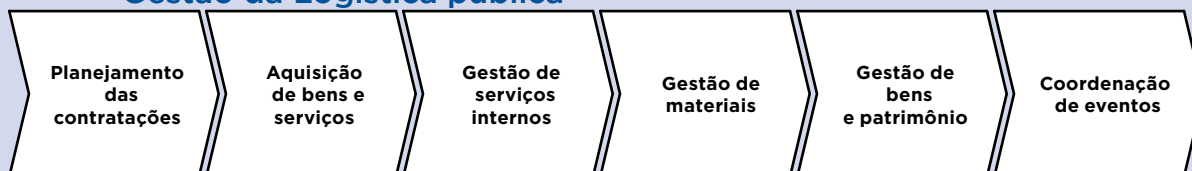
Gestão de TIC



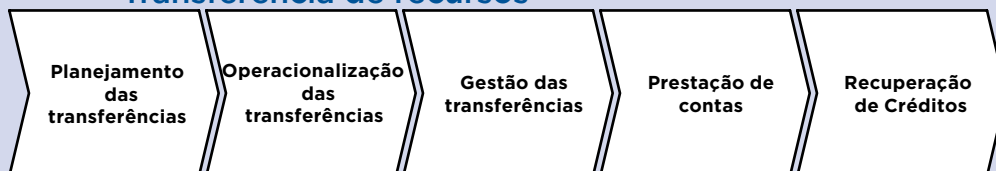
Gestão da Informação



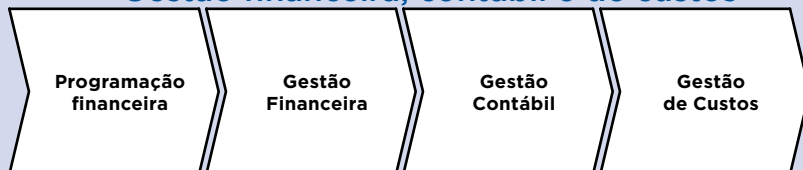
Gestão da Logística pública



Transferência de recursos

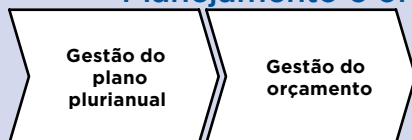


Gestão financeira, contábil e de custos



MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA

Planejamento e orçamento



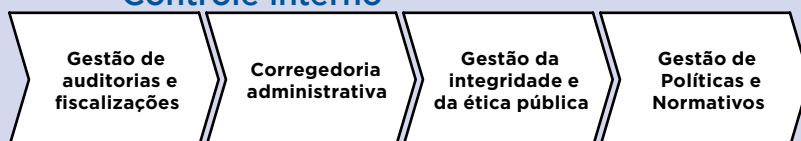
Gestão estratégica



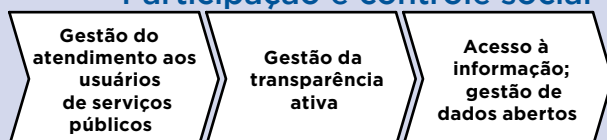
Modernização organizacional



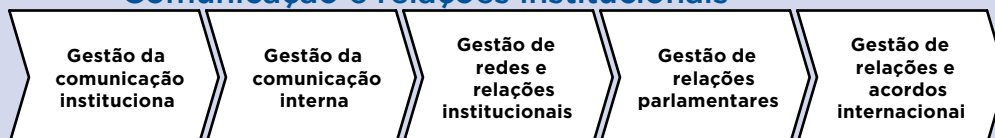
Controle interno



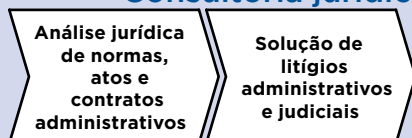
Participação e controle social



Comunicação e relações institucionais

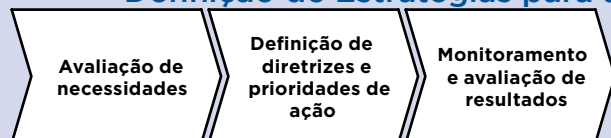


Consultoria jurídica

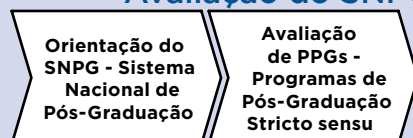


MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

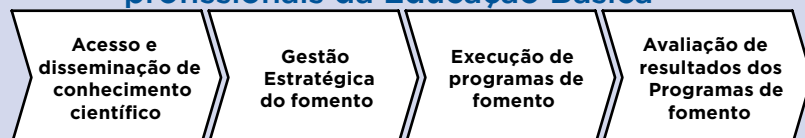
Definição de Estratégias para a formação de Pessoal de alto nível



Avaliação do SNPG - Sistema Nacional de Pós graduação



Fomento ao Sistema Nacional de Pós-Graduação e à formação de profissionais da Educação Básica



PÚBLICO-ALVO

Docentes, Discentes e Pesquisadores	Instituições de Ensino Superior	Programas de Pós Graduação	Institutos de Pesquisa
-------------------------------------	---------------------------------	----------------------------	------------------------

Figura 4 - Mapa de Contexto da CAPES
Fonte: CAPES

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Em 2021, a CAPES orientou-se pelo Objetivo 1237 do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 e pelas Metas 12, 13, 14, 15 e 16 do Plano Nacional de Educacional (PNE) 2014-2024. Ainda teve como diretriz o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2020-2023 da CAPES que estipulou, no âmbito da Fundação, sua missão, visão, objetivos, projetos, indicadores e metas para o período, com base no alcance do atendimento das necessidades da Sociedade.

2.1 Objetivos do PPA

1237: Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.

2.2 Metas do PNE

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, cinquenta por cento dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

2.3 Plano Estratégico Institucional (PEI)

O Plano Estratégico Institucional da CAPES para o período de 2020-2023 é composto por 15 objetivos estratégicos, 51 indicadores relacionados diretamente aos objetivos e 20 projetos estratégicos, voltados a alavancar as ações institucionais no cumprimento da Missão e no alcance da Visão.

O Mapa Estratégico, referente ao período 2020-2023, apresenta os seguintes objetivos estratégicos.

Mapa Estratégico 2020 - 2023

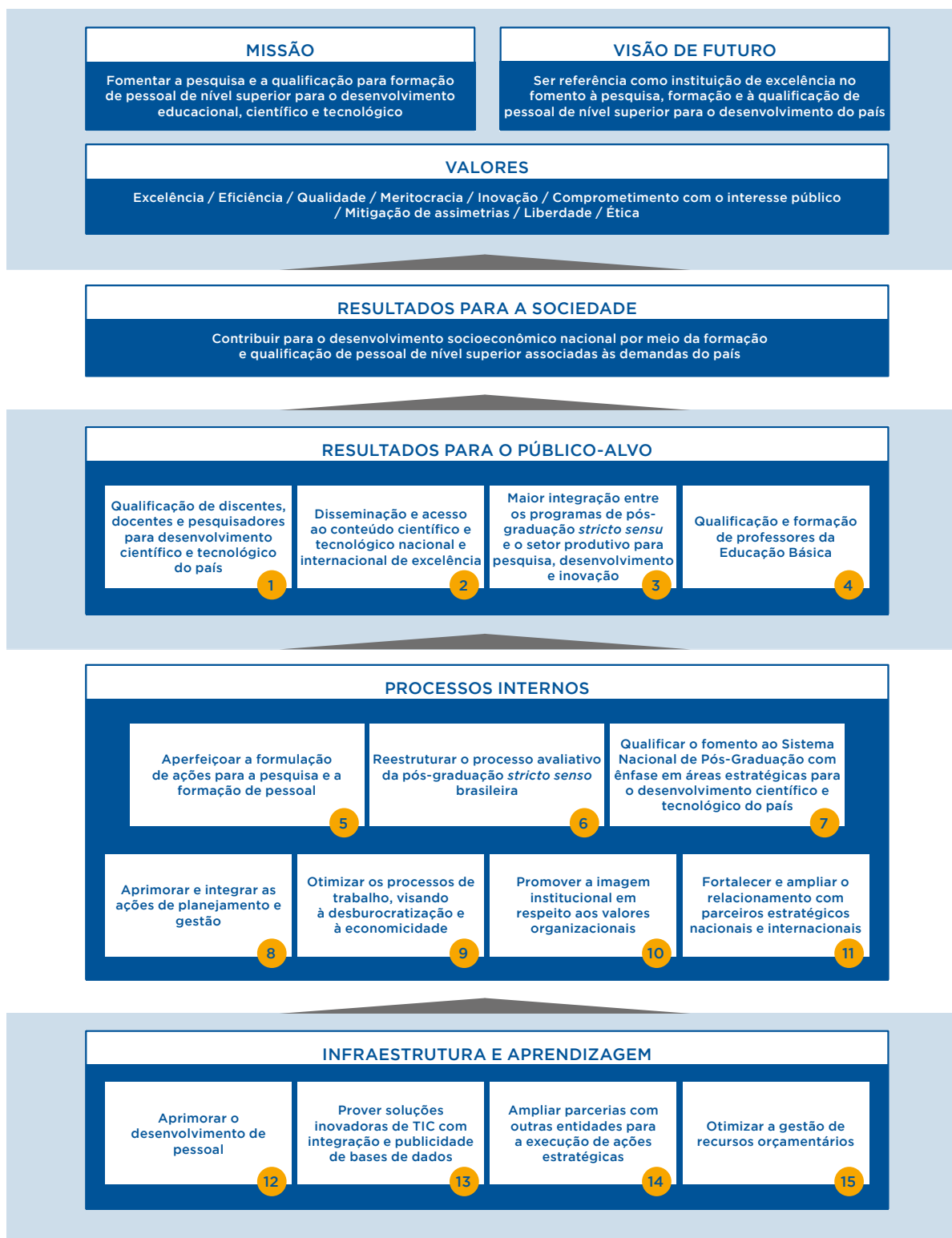


Figura 5 - Mapa Estratégico 2020 - 2023 da CAPES
Fonte: CAPES

Os indicadores estratégicos definidos para a mensuração de alcance dos objetivos estratégicos estão apresentados a seguir, junto com as metas definidas para o período.

INDICADORES ESTRATÉGICOS - PEI 2020 - 2023						
NÚMERO INDICADOR	INDICADORES	FÓRMULA DE CÁLCULO	METAS			
			2020	2021	2022	2023
OE01_IND01	Quantitativo de doutores titulados no país	Somatório de doutores titulados no período, no país	25.277	26.541	27.868	29.261
OE01_IND02	Quantitativo de mestres titulados no país	Somatório de mestres titulados no período, no país	71.875	75.469	79.242	83.205
OE01_IND03	Quantitativo de mestres titulados no exterior	Somatório de mestres brasileiros titulados no exterior com auxílio da CAPES	2	4	2	2
OE01_IND04	Quantitativo de doutores titulados no exterior	Somatório de doutores brasileiros titulados no exterior com auxílio da CAPES	40	177	94	99
OE01_IND05	Quantitativo de bolsas para discentes, docentes e pesquisadores, no país	Somatório de bolsas de estudo de mestrado, doutorado e pós-doutorado no país concedidas pela Diretoria de Programas e Bolsas no País no período	96.730	96.730	96.730	96.730
OE01_IND06	Taxa de efetividade da bolsa de mestrado	Bolsistas titulados/(bolsistas titulados + bolsistas que abandonaram + bolsistas desligados)	95%	95%	95%	95%
OE01_IND07	Taxa de efetividade da bolsa de doutorado	Bolsistas titulados/(bolsistas titulados + bolsistas que abandonaram + bolsistas desligados)	93%	93%	93%	93%
OE01_IND08	Taxa de titulação de bolsistas de mestrado	(Média de bolsistas de mestrado titulados em programas de pós-graduação stricto sensu/ Média de bolsistas matriculados em programas de mestrado de pós-graduação stricto sensu)X100	40%	40%	40%	40%
OE01_IND09	Taxa de titulação de bolsistas de doutorado	(Média de bolsistas de doutorado titulados em programas de pós-graduação stricto sensu/ Média de bolsistas matriculados em programas de doutorados de pós-graduação stricto sensu)X100	13%	13%	13%	13%
OE01_IND10	Taxa de egressos no setor de serviços	(Número de egressos atuando no setor de serviços / Total de egressos) X100	65%	64%	64%	64%
OE01_IND11	Taxa de egressos na academia	(Número de egressos atuando na academia / Total de egressos)x100	25%	25%	24%	23%
OE01_IND12	Taxa de egressos no setor industrial	(Número de egressos atuando no setor industrial / Total de egressos)x100	2%	2%	2%	2%
OE01_IND13	Taxa de teses e dissertações que resultaram em publicações em extratos A1 e A2	(Número de artigos e periódicos oriundos de teses e dissertações publicadas em extratos A1 e A2 / Total de artigos e periódicos oriundos de teses e dissertações)x100	45%	47%	50%	52%
OE02_IND014	% de incremento dos acessos ao conteúdo do Portal de Periódicos	(Número de acessos ao conteúdo do Portal de Periódicos no período/ Número de acessos ao conteúdo do Portal de Periódicos no período anterior]-1)x100	1%	1%	1%	1%

INDICADORES ESTRATÉGICOS - PEI 2020 - 2023

OE02_ IND015	Taxa de publicações em periódicos A1	(Número de publicações em periódicos A1 no período / Total de publicações em periódicos no período)x100	23%	25%	27%	29%
OE02_ IND016	Taxa de publicações em periódicos A2	(Número de publicações em periódicos A2 no período/Total de publicações em periódicos no período)x100	19%	20%	20%	21%
OE03_ IND17	% de mestres e doutores titulados em programas profissionais	(Número de mestres e doutores titulados em programas profissionais / Número de mestres e doutores titulados) X 100	15%	15%	15%	15%
OE03_ IND18	Taxa de coproduções com pesquisadores do setor produtivo	(Número de produções em coautoria com participantes externos vinculados a alguma atividade econômica / Total de produções)x100	13%	14%	15%	16%
OE04_ IND19	Taxa de ocupação de vagas ofertadas em cursos de formação de professores da Educação Básica como formação inicial	(Número de matriculados nos cursos para formação inicial de professores da educação básica/Total de vagas ofertadas)x100	92%	92%	92%	92%
OE04_ IND20	Taxa de ocupação de vagas ofertadas em cursos de formação de professores da Educação Básica como formação continuada	(Número de matriculados nos cursos para formação continuada de professores da educação básica/Total de vagas ofertadas)x100	100%	100%	100%	100%
OE04_ IND21	Taxa de permanência dos licenciandos nos projetos de iniciação à carreira docente	Média (em meses) de permanência dos projetos/Total de meses transcorridos no projeto	0%	83%	83%	83%
OE04_ IND22	Taxa de formação da demanda de professores em serviço que não possuem licenciatura na sua área de atuação	[Número de concluintes do PARFOR (número acumulado)]/[Total da demanda de professores acumulada - público do PARFOR - conforme Educacenso)x100 - Demanda nacional conforme dados do INEP	12%	13%	14%	15%
OE05_ IND23	Número de ações para formação nacional criadas ou aperfeiçoadas no período	Somatório de ações criadas ou aperfeiçoadas no período	4	3	3	3
OE05_ IND24	Número de ações para formação de professores da Educação Básica criadas ou aperfeiçoadas no período	Somatório de ações criadas ou aperfeiçoadas no período	5	7	7	7
OE05_ IND25	Número de ações de internacionalização criadas ou aperfeiçoadas no período	Somatório de ações criadas ou aperfeiçoadas no período	2	3	4	5
OE06_ IND26	Taxa de implementação do modelo de avaliação	(Número de ações implantadas no período/Total de ações planejadas no período)x100	80%	90%	100%	100%

INDICADORES ESTRATÉGICOS - PEI 2020 - 2023

OE07_IND27	Editais para fomento nas áreas estratégicas para o desenvolvimento científico e tecnológico do país	Somatório de editais publicados para fomento nas áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, no período	8	10	12	12
OE07_IND28	Taxa de convergência ao modelo de distribuição de bolsas	(Número de cursos de M&D contemplados com seu total de bolsas previstos no modelo de distribuição de bolsas/Total de cursos de M&D apoiados pela CAPES)x100	55%	65%	75%	85%
OE07_IND29	Ações de fomento para a internacionalização da pesquisa	Somatório de benefícios de fomento concedidos no período (AUXPE, TED, Convênio)	300	300	300	300
OE07_IND30	Quantitativo de intercâmbio científico e tecnológico em parceria internacional - outcoming	Somatório de beneficiados por programa da DRI, no período	3300	2000	2500	2800
OE07_IND31	Quantitativo de intercâmbio científico e tecnológico em parceria internacional - incoming	Somatório de beneficiados por programa da DRI, no período	300	400	500	600
OE08_IND32	Taxa de Execução de Projetos Estratégicos	(Número de entregas de Projetos Estratégicos concluídos no período / Total de entregas de Projetos Estratégicos planejadas no período) x 100	50%	80%	100%	100%

INDICADORES ESTRATÉGICOS - PEI 2020 - 2023

OE08_IND33	Cultura de gestão estratégica	<p>((Média das notas atribuídas aos seguintes critérios) x 100)/3:</p> <p>Critério 1 - Projetos Estratégicos, faixa de avaliação: Nota0: não existe um portfólio de projetos estratégicos; Nota1: até 50% dos projetos estratégicos utilizam algum método de gestão de projetos; Nota3: acima de 50% dos projetos estratégicos utilizam algum método de gestão de projetos.</p> <p>Critério 2 - Mensuração dos indicadores, faixa de avaliação: Nota0: ainda não foram medidos os indicadores estratégicos; Nota1: até 50% dos indicadores estratégicos foram mensurados; Nota3: acima de 50% dos indicadores estratégicos foram mensurados.</p> <p>Critério 3 - Reuniões de Avaliação da Estratégia, faixa de avaliação: Nota 0: foi realizada até uma reunião prevista Nota 1: foram realizadas de 2 a 3 reuniões previstas; Nota 3: foram realizadas 4 ou mais reuniões previstas.</p> <p>Critério 4 - Comunicação dos resultados, faixa de avaliação: Nota0: não são divulgados formalmente os resultados dos projetos ou dos indicadores; Nota 1: a divulgação dos resultados dos projetos ou dos indicadores foi parcial ou incompleta; Nota3: trimestralmente são divulgados formalmente os resultados dos projetos e dos indicadores.</p>	50%	60%	75%	100%
OE09_IND34	Nível de maturidade dos macroprocessos finalísticos	<p>Nível de maturidade:</p> <p>Nível 00: Definição de metodologia de aferição do grau de maturidade para a realização da 1ª avaliação; Nível 01: Aleatório - soluções dadas caso a caso sem sistemática ou organização; Nível 02: Repetitivo - reproduz a prática similar entre os setores; Nível 03: Padronizado - Rotinas definidas e documentadas; Nível 04: Gerenciado - Automatizado, com padrões de trabalho; Nível 05: Otimizado - Foco na melhoria contínua.</p>	nível 0	nível 1	nível 2	nível 3
OE09_IND35	Taxa de procedimentos licitatórios realizados	(Processos realizados/Processos demandados)x100	100%	100%	100%	100%

INDICADORES ESTRATÉGICOS - PEI 2020 - 2023

OE09_IND36	Taxa de cobrança administrativa	(Número de processos de cobrança administrativa analisados no período/ Número de processos de cobrança administrativa recebidos no período) x100	30%	40%	40%	40%
OE10_IND37	Taxa de incremento do alcance (visualização) das publicações nos canais oficiais da CAPES	[(Média do alcance de todos os canais de mídia sociais no período/Média do alcance de todos os canais de mídia sociais no período anterior)-1]x100	15%	15%	15%	15%
OE11_IND38	Taxa de incremento de participação das secretarias de educação nos programas da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica	(Número de secretarias de educação que participaram nos programas no período/Número de secretarias de educação que participaram nos programas no período anterior)-1} x100	2%	2%	2%	2%
OE11_IND39	Taxa de incremento de participação de IES nos programas da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica	(Número de IES que participaram nos programas no período/Número de IES que participaram nos programas no período anterior)-1}x100	2%	2%	2%	2%
OE11_IND40	Somatório das ações executadas com os principais parceiros estratégicos nacionais	Número de ações executadas em conjunto com parceiros nacionais no período	50	45	40	35
OE11_IND41	Taxa de incremento das ações executadas com os principais países parceiros estratégicos internacionais	(Número de ações executadas em conjunto com parceiros internacionais no período/Número de ações executadas em conjunto com parceiros internacionais no período anterior)-1}x100	5%	5%	10%	15%
OE12_IND42	Índice de capacitação do quadro de servidores	(Número de servidores que realizaram capacitação no período/ Número de servidores) x 100	20%	30%	30%	30%
OE13_IND43	Taxa de execução do PDTIC	Média do percentual de evolução das ações previstas para o período	55%	55%	70%	75%
OE13_IND44	Índice NPS - Comunicação	Pesquisa de satisfação (comunicação)	bom	bom	excelente	excelente
OE14_IND45	Parcerias nacionais estabelecidas	Número de parcerias nacionais estabelecidas, no período	4	4	4	4
OE14_IND46	Acordos internacionais estabelecidas com parceiros internacionais	Número de acordos internacionais vigentes com países, no período	20	20	20	20
OE15_IND47	Índice de execução orçamentária - geral	(Despesa empenhada/Orçamento autorizado) x 100	95%	95%	95%	95%
OE15_IND48	Índice de execução orçamentária - custeio	(Despesa empenhada/Orçamento autorizado) x 100	95%	95%	95%	95%
OE15_IND49	Índice de execução orçamentária - capital	(Despesa empenhada/Orçamento autorizado) x 100	95%	95%	95%	95%
OE15_IND50	Índice de execução orçamentária - bolsas	(Despesa empenhada/Orçamento autorizado) x 100	95%	95%	95%	95%
OE15_IND51	Taxa de execução financeira	(Despesas pagas/Despesas empenhadas) x 100	90%	90%	90%	90%

Tabela 2 - Indicadores Estratégicos
Fonte: CAPES

Os resultados do Plano Estratégico Institucional para o ano de 2021, assim como os demais documentos que envolvem o Plano, estão disponíveis integralmente no site institucional da CAPES, no link <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/planejamento-estrategico>.

No que diz respeito ao monitoramento e avaliação do Plano Estratégico Institucional, a CAPES avalia as ações estratégicas da instituição, resultados, projetos e programas, promove as práticas de governança e supervisiona a gestão de riscos e controles internos.

2.4 Perfil de Governança e Gestão Públicas

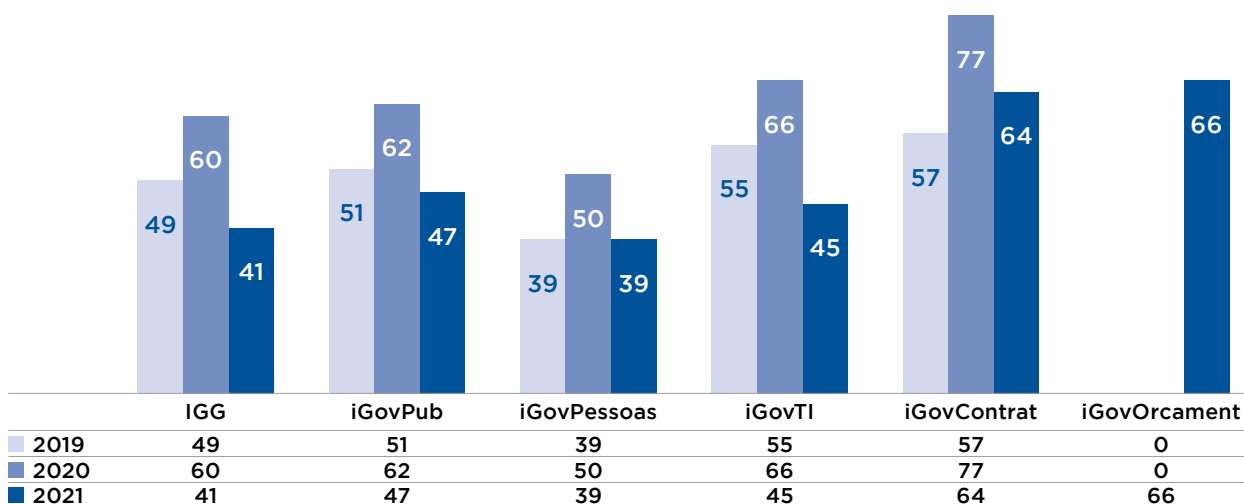
A CAPES tem participado, desde 2017, dos levantamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a situação de Governança no Setor Público. Os levantamentos são realizados por meio de autoavaliação, em que cada organização preenche o formulário encaminhado pelo TCU e este elabora um relatório com os resultados (por índice), apresentando gráficos comparativos com as outras organizações participantes. Esses levantamentos têm por objetivo estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança e tornarem os resultados parte integrante do processo de prestação de contas anuais. Em 2021, a novidade foi a adição da dimensão “gestão orçamentária”, da qual se extraem os índices iGovOrcament e iGestOrcament.

Na avaliação são apresentados os valores dos seguintes índices:

- iGG - Índice Integrado de governança e gestão públicas;
- iGovPub - Índice de governança pública;
- iGovPessoas - Índice de governança em gestão de pessoas;
- iGestPessoas - Índice de capacidade em gestão de pessoas;
- iGovTI - Índice de governança em gestão de TI;
- iGestTI - Índice de Capacidade em Gestão de TI;
- iGovContrat - Índice de governança e Gestão de Contratações;
- iGestContrat - Índice de Capacidade em Gestão de Contratos;
- iGovOrcament - Índice de governança e gestão orçamentaria;
- iGestOrcament - Índice de capacidade em gestão orçamentaria.

Nos gráficos a seguir, estão apresentados o perfil de Governança e o perfil de Capacidade de Gestão Pública da CAPES, entre os anos de 2019 à 2021.

índice de governança e gestão



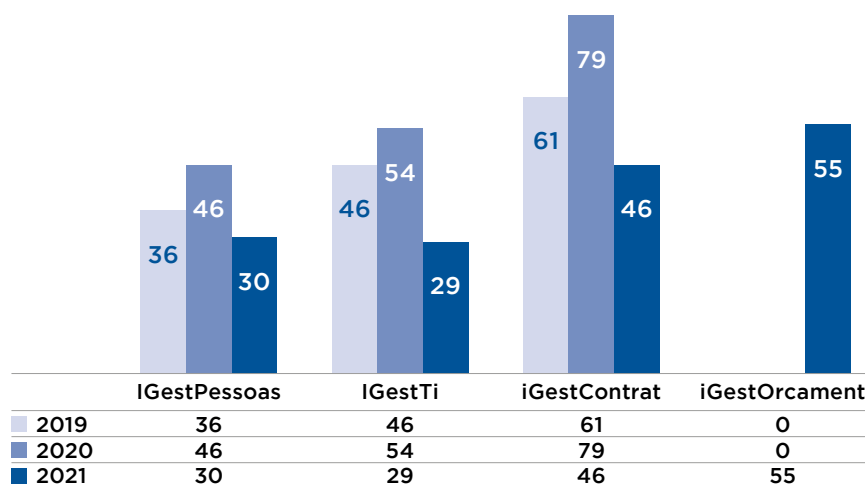
índice de capacidade em gestão


Gráfico 1 - Evolução da Autoavaliação do Perfil de Governança e Gestão Pública - CAPES 2018 a 2020
Fonte: Tribunal de Contas da União (TCU)

Cabe ressaltar que, o questionário aplicado pelo TCU passou por importantes alterações, como exclusões, acréscimos e abordagens diferentes das questões e da metodologia de pontuação, o que gerou impacto significativo nos resultados dos índices, especialmente em 2021.

Ainda assim, a média dos índices remete a CAPES ao estágio INTERMEDIÁRIO de maturidade, conforme faixas de classificação estabelecidas pelo TCU:

Estágio	Faixa
Aprimorado	70 a 100%
Intermediário	40 a 69,9%
Inicial	15 a 39,9%
Inexpressivo	0 a 14,9%

Gráfico 2 -Faixas de classificação dos estágios de governança
Fonte: TCU (Acórdão 2164/2021 - Plenário)

2.5 Órgãos Seccionais De Assessoramento

Além dos esforços da CAPES para aprimorar os mecanismos de governança e estratégia e dos desafios para a alocação mais adequada dos recursos diante do quadro de restrição orçamentária, a organização conta com órgãos seccionais de assessoramento aos gestores com o objetivo de garantir a legalidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a legitimidade de atos, processos e procedimentos. Trata-se da Auditoria Interna e da Procuradoria Federal junto à CAPES.

A Procuradoria Federal junto à CAPES (PF-CAPES) é um órgão descentralizado, integrante da estrutura da Procuradoria-Geral Federal (PGF), com competência para exercer consultoria e assessoramento jurídicos da CAPES, além de atuar em parceria com os órgãos de execução judicial da Advocacia-Geral da União (AGU) para defesa judicial e extrajudicial da Fundação.

A atuação consultiva, que se relaciona com a maior parte do trabalho desenvolvido na Procuradoria, caracteriza-se pela manifestação jurídica prévia à realização do ato administrativo, com o objetivo de conferir amparo legal aos projetos e programas implementados pela CAPES, de tal forma que essa modalidade de atuação aproxima-se de uma espécie de controle preventivo de legalidade e constitucionalidade dos atos administrativos produzidos pela Fundação. O assessoramento, por sua vez, está relacionado à orientação e aos auxílios jurídicos prévios à realização do ato, de forma a direcionar corretamente todas as etapas e fases procedimentais que antecedem a prática do ato.

No que tange às demandas judiciais, a atuação perante ao Poder Judiciário é realizada pelas unidades de contencioso da PGF, cabendo à PF-CAPES promover o intercâmbio de informações entre a CAPES e as referidas Procuradorias Judiciais, além de manifestar-se de forma especializada em relação aos normativos relacionados à atuação da Fundação. Além disso, inserem-se nas atribuições da PF-CAPES o assessoramento direto às autoridades da CAPES que figurem no polo passivo das ações mandamentais.

Em relação ao ano de 2021, a Procuradoria concentrou esforços ainda maiores na atividade de assessoramento do gestor, buscando atuar de forma mais efetiva nas etapas iniciais de elaboração da política pública, evitando o retrabalho da Administração na adequação jurídica de programas e projetos institucionais, o que conferiu maior celeridade e eficiência aos procedimentos internos da Fundação.

A Auditoria Interna realiza atividades independentes e objetivas de avaliação e de consultoria para adicionar valor e melhorar as operações da CAPES. Busca auxiliar a organização a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos. Tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em riscos.

Em 2021 a Auditoria Interna da CAPES realizou as seguintes ações de avaliação e consultoria:

Avaliação dos contratos de serviços de consultoria	https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/auditoria/2020AvaliadoscontratosdeserviciosdeconsultoriadaCAPES.pdf
Avaliação da política de concessão e uso do cartão BB Pesquisa/CAPES	https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/auditoria/2020AoExtraordinriaAvaliaodapolcadeconcessoeusodocartoBBPesquisaCAPES.pdf
Avaliação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)	https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/auditoria/09112021_2020AuditoriadeAvaliaodoSistemaUAB_Determinao_TCU.pdf
Avaliação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e Programa Residência Pedagógica (RP)	https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/auditoria/14012022_RelatriodeAuditoriaPibideRP2021.pdf
Avaliação do Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt)	https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/auditoria/14012022_Relatorio_de_AuditoriaPrint2021.pdf
Consultoria em Governança Institucional, Gestão de Riscos, Controles Internos e Integridade	Sem relatório
Apuração de eventual ocorrência de irregularidade em contratação via Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa (AUXPE)	https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/relatorios-de-auditorias

Ainda, em trabalho de consultoria à Presidência da CAPES sobre o tema governança, emitiu recomendações às diversas áreas da CAPES com vistas ao aprimoramento da governança e da gestão, bem como a adoção de boas práticas. Destacam-se as seguintes iniciativas concretizadas em 2021:

- Desenvolvimento de sistema para maior controle e transparência das manifestações dirigidas à CAPES por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Plataforma Fala.BR);
- Revisão de normativos internos;
- Implementação de procedimento de avaliação de ações de capacitação de servidores;
- Implementação de procedimentos de registro de motivação para pedidos de desligamento ou movimentação de servidores com vistas a avaliar padrões e melhorar a alocação e retenção de pessoas;

- Mapeamento e formalização de processos de gestão de TI que já ocorrem na prática;
- Medidas para adequação à LGPD;
- Criação de modelo próprio de gestão de contratações; e
- Designação de fiscais para todos os contratos da agência.

Os resultados das avaliações da Auditoria Interna podem ser acessados no Portal da CAPES por meio do link: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/relatorios-de-auditorias>

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

As unidades organizacionais da CAPES gerem seus riscos ao identificar as possíveis ameaças e oportunidades, internas e externas, que podem afetar o andamento de suas atividades, traçando estratégias locais para mitigar as ameaças e otimizar as oportunidades.

A Gestão de Riscos Institucional da CAPES avalia a probabilidade da ocorrência de riscos e oportunidades, bem como a magnitude de seus efeitos no âmbito institucional, relacionando a gestão de riscos das unidades organizacionais e estabelecendo uma cadeia de interação, vinculando o operacional ao estratégico.

A gestão de riscos da CAPES observa os seguintes princípios fundamentais:

- propiciar segurança ao ambiente interno da Instituição;
- participar ativamente dos processos organizacionais no que se refere aos riscos;
- subsidiar a Alta Administração e gestores nas tomadas de decisões;
- tratar as incertezas e dúvidas quando da implementação de ações e atividades;
- ser realizada de forma sistemática e estruturada;
- ser transparente;
- ser interativa e adaptável às mudanças de ambiente e de tecnologias; e
- ser ferramenta de melhoria contínua dos processos e procedimentos da Instituição.

As principais categorias de riscos às quais a CAPES pode ser afetada são:

• **Negócios:** são riscos relativos às atividades e aos negócios da CAPES, como acordos, termos de cooperação, contratos, parcerias, relação entre sistemas de diversos órgãos da Administração.

Mitigação: monitoramento da vigência dos acordos, contratos, termos de cooperação; instituição de novas parcerias com entidades estratégicas; e monitoramento do Planejamento Estratégico.

• **Finanças e orçamento:** são riscos que podem comprometer a capacidade da CAPES de executar suas ações, eventos ou atividades, como, por exemplo, restrições orçamentárias que impossibilitem o fomento e a qualificação da formação de pessoal de nível superior.

Mitigação: priorização das atividades na utilização de recursos; articulação com o Congresso Nacional, visando emendas parlamentares; busca por parcerias privadas ou contrapartidas nas ações da instituição.

• **Conformidade:** são riscos relativos às alterações legislativas ou normativas, bem como a eventos relacionados à corrupção, fraudes, irregularidades ou desvios éticos e de conduta que podem comprometer os valores, as ações e o alcance dos objetivos da CAPES.

Mitigação: estruturação e fortalecimento da segunda linha de defesa (controles internos, gestão de riscos, segurança da informação, Ouvidoria, atividades de correição, plano de integridade).

• **Operacional:** são riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, de pessoas, de infraestrutura e de sistemas, assim como de catástrofes naturais ou ações de terceiros.

Mitigação: capacitação de servidores e colaboradores; gerenciamento de processos; verificação regular de sistemas e infraestrutura; implementação de sistema de alerta para diminuir os efeitos de eventual interrupção nos sistemas de informação; política de prevenção para catástrofes naturais.

- **Político:** são riscos decorrentes das mudanças de políticas públicas, de governo e gestão, da ausência de critérios para priorização de demandas educacionais pelo governo e de debates políticos sobre as atividades e funcionamentos da CAPES.

Mitigação: Planejamento Estratégico consolidado; articulação política com o Congresso Nacional; políticas e programas consolidados e institucionalizados.

As principais oportunidades relacionadas às ações da CAPES são:

- **Parcerias estratégicas** realizadas junto a instituições nacionais e internacionais (públicas e privadas), setor produtivo, entre outros. Com esse tipo de parceria, há possibilidade de compartilhar os riscos positivos do negócio que, além de contribuir para qualificação e formação de pessoal de alto nível, pode auxiliar na melhoria da governança e tomada de decisões.

Medidas para geração de valor: Aumento das ações conjuntas nas áreas de atuação institucional; planos para atrair novos parceiros estratégicos; aumento dos investimentos nas parcerias.

- **Novas tecnologias** que contribuem com a análise de dados, conectividade e inteligência artificial e que permitem novas formas de trabalho, colaboração e inovação.

Medidas para geração de valor: Criação de sistemas mais modernos e atualização de sistemas ativos; otimização dos processos; acesso imediato das informações.

- **Plano de transformação digital** do Governo Federal, alinhado ao Plano de transformação digital do MEC, cujo objetivo é reduzir a burocracia e os custos dentro do serviço público por meio da simplificação do acesso ao cidadão para estes serviços, da redução dos custos e do tempo de espera pelo atendimento das demandas e, com o objetivo de aumentar a eficiência dos serviços prestados à comunidade, da otimização do uso da força de trabalho, da redução de custos com infraestrutura e da redução do tempo de entrega.

Medidas para geração de valor: Desburocratização, otimização de processos; mais transparência e divulgação das ações institucionais; facilidade de acesso do cidadão.

A política de gestão de riscos da CAPES está em atualização, visando o seu aprimoramento e modernização, de modo a garantir um efetivo e amplo escopo de atuação.

3.1 As Linhas de Defesa

A CAPES adota o modelo de três linhas de defesa, difundido pelo The Institute of Internal Auditors (Instituto dos Auditores Internos) – IIA e de acordo com sua estrutura de Governança.

As três linhas operam simultaneamente e de forma complementar, não havendo entre elas hierarquia. Todos os papéis contribuem coletivamente para a criação e proteção de valor, alinhados entre si e com os interesses da sociedade.

A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização. Contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio.

A segunda linha de defesa tem suas instâncias situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha de defesa sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada. Essas instâncias são destinadas a apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da primeira linha, que incluem gerenciamento de riscos, conformidade, verificação de qualidade, controle financeiro, orientação e treinamento.

A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade, com o propósito de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e a atuação da organização. Os destinatários dos serviços da Auditoria Interna são a alta administração, os gestores e a sociedade.

A CAPES tem buscado o contínuo aperfeiçoamento das três linhas, sendo que, no momento, a segunda linha é a que requer mais atenção por ainda carecer da alocação e estruturação de atividades essenciais para o desenvolvimento dos papéis da segunda linha, tais quais atividades de ouvidoria, de corregedoria, de controladoria, de gestão de riscos e de gestão de integridade.

De forma estruturada, pode-se esquematizar as responsabilidades e atividades das linhas de defesa conforme a figura abaixo.

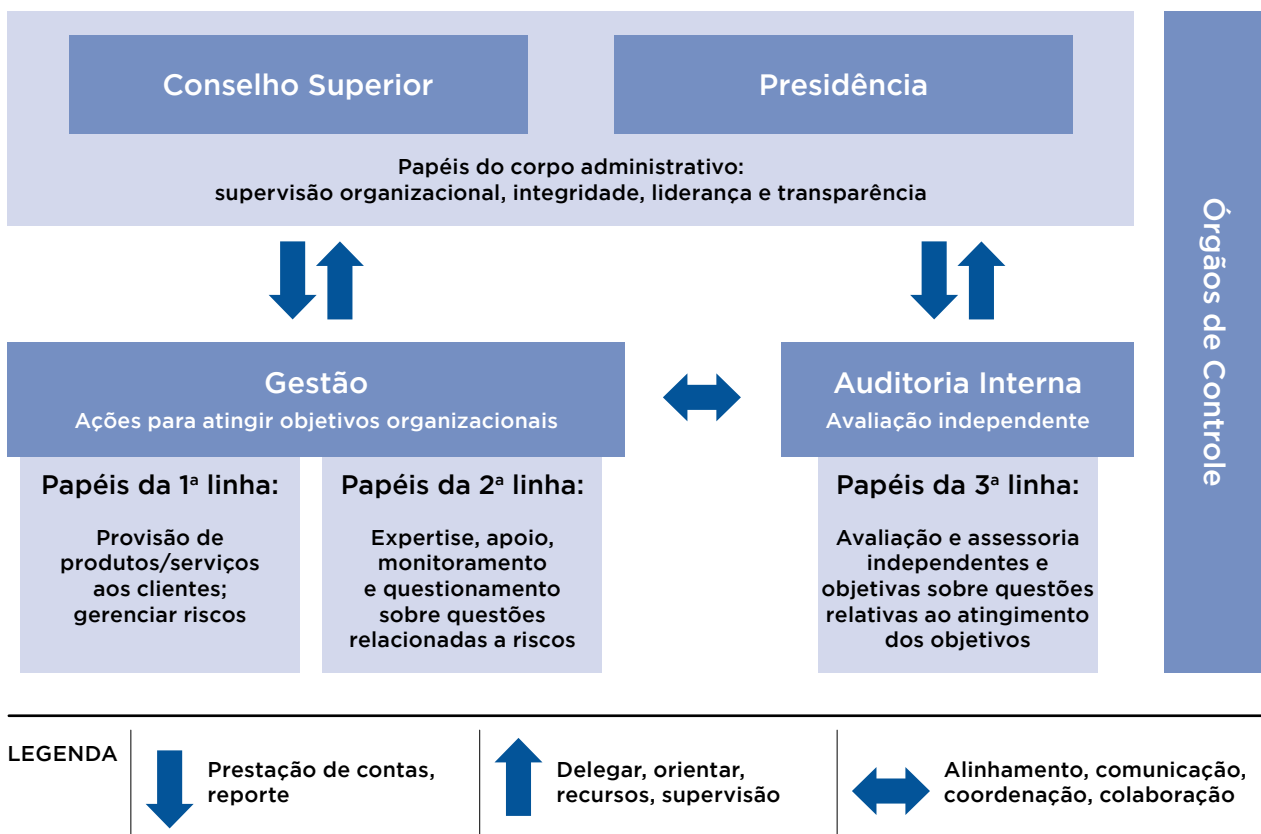


Figura 6 - As três linhas de defesa da CAPES
Fonte: CAPES

4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

A seguir são demonstrados os resultados alcançados em 2021 agrupados por eixos de atividades e relativos à missão institucional da CAPES e aos objetivos estratégicos finalísticos dessa Fundação, definidos no seu Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2020-2023, bem como ao atingimento da Meta 14 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que traz em sua redação: “Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores”.

4.1 Avaliação da pós-graduação *stricto sensu*

O processo de avaliação conduzido pela CAPES é atividade fundamental para a garantia e a manutenção da qualidade da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, e atua como instrumento para indução e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

De acordo com as informações obtidas pelo módulo Coleta de Dados, disponível na Plataforma Sucupira, ao fim de 2021 havia 4.595 programas de pós-graduação em funcionamento, englobando 7.002 cursos de mestrado e doutorado em todas as regiões do país.

O número de discentes matriculados e titulados em programas de pós-graduação, distribuídos por modalidade, pode ser verificado na tabela abaixo:

Nível	Matriculados	Titulados
Doutorado	124.530	20.066
Doutorado Profissional	755	9
Mestrado	136.194	46.060
Mestrado Profissional	44.168	13.979

Tabela 3 - Matriculados e titulados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* em 2020
Fonte: Coleta 2020.

É importante lembrar que os dados apresentados na tabela acima foram disponibilizados e publicados em 2021, mas se referem ao ano de 2020. Isso ocorre porque o Coleta de Dados é um sistema que coleta as informações prestadas pelos programas de pós-graduação e segue um calendário estabelecido anualmente, o qual é publicado no site da CAPES e no DOU. Tradicionalmente, as informações de um ano fechado são preenchidas nesse sistema e publicadas pela CAPES até o final do primeiro semestre do ano subsequente no sistema Geocapes, após o processamento e tratamento dos dados prestados. O Coleta, ano-base 2021, estará aberto para preenchimento até dia 20/05/2022, conforme Portaria Capes nº 55, de 17 de março de 2022.

A seguir, temos a distribuição dos discentes titulados por região:

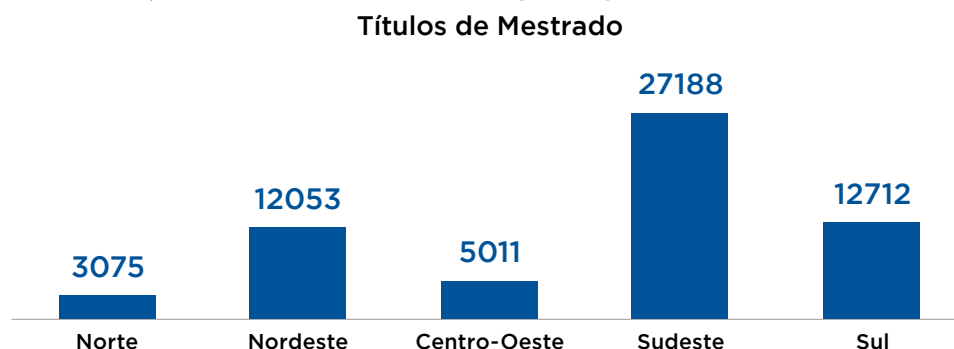


Gráfico 3 - Regionalização titulados, nível Mestrado, 2020.

Títulos de Doutorado



Gráfico 4 - Regionalização titulados, nível Doutorado, 2020.

Considerando que a CAPES contribui diretamente para o atingimento da Meta 14 do PNE, vale ressaltar que para o mestrado, a meta prevista já foi ultrapassada, sendo que foram titulados 68.877 mestres em 2019. No caso do doutorado, a previsão era de alcance da meta antes do final da vigência do atual PNE, tendo em vista que em 2019 já foram titulados 24.290 doutores, o que representa 97,2% de atingimento da meta. Entretanto, em 2020 os números de mestres e doutores titulados foram de 60.039 e 20.075, respectivamente.

Ainda que os números de titulados de mestres e doutores estejam abaixo do previsto e apresentem uma diminuição em relação ao ano anterior, é importante considerar os impactos que a pandemia de COVID-19 trouxe para esses indicadores.

Com a pandemia de Covid-19 e as medidas tomadas para mitigar a disseminação do novo coronavírus, muitos estudos foram paralisados, o que pode ter ocasionado prejuízo no regular desenvolvimento do curso de pós-graduação. De maneira a contribuir para o combate ao vírus e garantir a efetividade das pesquisas realizadas na pós-graduação brasileira, a CAPES publicou uma série de Portarias com o intuito de garantir a efetividade das pesquisas realizadas na pós-graduação brasileira, dentre as quais destaca-se a Portaria nº 55/2020, a qual versou sobre a prorrogação excepcional dos prazos de vigência de bolsas de mestrado e doutorado no país e a exclusão da variável tempo de titulação em indicadores relativos à avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu no quadriênio 2017-2020.

Apesar da falta de informações mais precisas sobre os efeitos gerados pela pandemia, pode-se supor que as defesas de teses e dissertações foram profundamente afetadas, e devido à importância de não prejudicar os programas de pós-graduação durante a avaliação de permanência (2017-2020), a Portaria nº 55/2020 foi uma demanda da comunidade acadêmica plenamente atendida pela CAPES e que pode ter resultado na diminuição dos indicadores mencionados.

4.1.1 Atividades preparatórias para a Avaliação Quadrienal

Durante o ano de 2021, foram realizadas atividades preparatórias para a Avaliação Quadrienal 2017/2020, que incluíram reuniões de classificação de produtos da pós-graduação (livros, produtos técnico-tecnológicos, artísticos e culturais e eventos, além dos periódicos, por meio do Qualis), reuniões de análise de indicadores e avaliação qualitativa.

Foram 172 reuniões durante o período de janeiro a dezembro de 2021. Estão incluídas todas as reuniões ligadas à Avaliação Quadrienal e as Reuniões dos Colégios de Humanidades, Ciências da Vida e Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar. Ao todo, 2.137 pessoas participaram de todo o processo avaliativo esse ano, sendo que a mesma pessoa pode ter participado em mais de uma reunião, totalizando 5.326 participações dessas pessoas.

Em 22/09/2021, o processo da Avaliação Quadrienal foi interrompido por liminar judicial no âmbito do processo de Ação Civil Pública nº 5101246-47.2021.4.02.5101, movido pelo Juiz Federal da 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Todas as atividades relacionadas à Avaliação permaneceram suspensas até dia 02/12/2021, quando a medida liminar foi reconsiderada e a CAPES pôde retomar o processo, com a publicação de um calendário atualizado pela Portaria Capes nº 212, de 15 de dezembro de 2021.

4.1.2 Avaliação de Propostas de Novos Cursos (APCN)

A expansão do SNPG depende do processo de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), conduzido pela CAPES com o objetivo de identificar e assegurar um padrão mínimo de qualidade, necessário para o devido reconhecimento pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e para a autorização de funcionamento pelo ministro da Educação. Os cursos aprovados passam a integrar o SNPG e são sistematicamente acompanhados e avaliados pela CAPES. As propostas de novos cursos são formuladas pelas instituições de ensino e pesquisa e encaminhadas à CAPES dentro do prazo previsto no calendário oficial.

Em 2021 a CAPES publicou a abertura do calendário para a submissão de APCN, por meio das Portarias CAPES nº 195 e nº196, de 30 de novembro de 2021. Essa ação possibilita a expansão do SNPG, que se encontrava imobilizado há 2 anos, pois a última abertura havia sido em 2019. Tal conduta é fundamental para a ampla participação das instituições de ensino superior, inclusive na forma associativa, conciliando a excelência de instituições muito bem avaliadas com a necessidade de consolidação de vários outros programas de pós-graduação.

4.1.3 Fusão de Programas de Pós-Graduação e Processos de Cooperação entre Instituições

Ainda com o intuito de manter a qualidade e a melhoria constante do SNPG, a CAPES vem estimulando os processos de fusão entre programas que apresentam estruturas de formação e de pesquisa semelhantes. Previsto e amparado pela Portaria CAPES nº 256/2018, o processo de fusão significa a união de dois ou mais PPGs *stricto sensu* em funcionamento. O intuito desta ação é a formação de um novo programa ou a integração de discentes, docentes, recursos e infraestrutura a um dos programas; neste caso, extingue-se aquele que foi incorporado.

As ações tendem a resultar em um melhor aproveitamento de esforços e recursos e, conseqüentemente, no incremento das atividades dos programas. Pela mesma Portaria supracitada, regulamenta-se a migração de PPGs, que é o processo de transferência de um PPG em funcionamento de uma instituição para outra, mantendo, necessariamente, suas características.

Abaixo conferimos os processos de fusão e migração analisados pela DAV em 2021:

Tipo migração	Colégio de Ciências da Vida	Colégio de Humanidades	Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar	Total
Fusão PPG diferentes para IES diferentes	2	0	1	3
Fusão PPG diferentes na mesma IES	3	2	3	8
Migração de Programas entre IES (concluídas)	3	4	9	16
Migração de Programas entre IES (em andamento)	8	4	9	21
TOTAL	16	11	22	48

Tabela 4 - Processos de Fusão e Migração em 2021. Fonte: Plataforma Sucupira.
Fonte: CAPES

Além dos processos de fusão entre PPGs, a CAPES também estimula os Projetos de Cooperação entre Instituições (PCI), que contemplam turmas temporárias de mestrado ou de doutorado acadêmicos ou profissionais.

Estes projetos visam à formação específica de recursos humanos altamente qualificados para atuação na docência, na pesquisa e no mercado de trabalho em instituições públicas ou privadas. O tema é regulamentado pela Portaria CAPES nº 243, de 6 de novembro de 2019 e todos os 64 projetos recebidos em 2021 foram analisados.

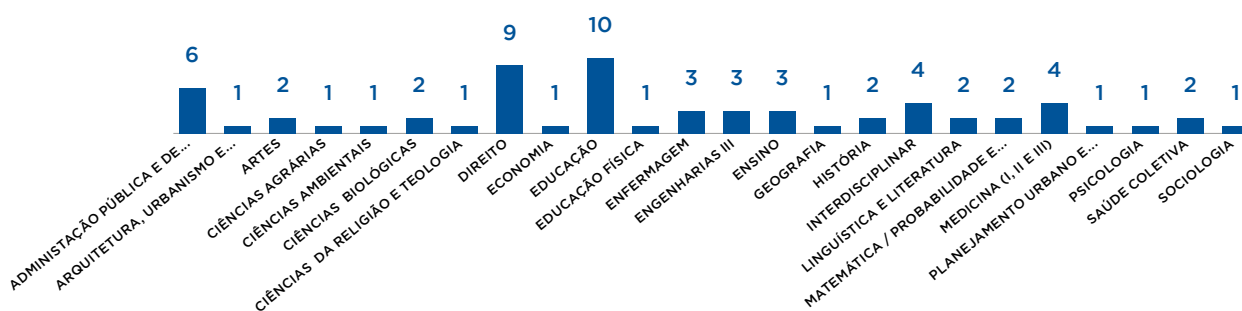


Gráfico 5 – Projetos de Cooperação entre Instituições recebidos em 2021 e homologados pela DAV.

Fonte: Plataforma Sucupira.

4.1.4 Outras ações no âmbito do processo de avaliação

Além das ações supracitadas, outras merecem menção no âmbito do processo de avaliação da CAPES:

- Trabalho de revogação, atualização e consolidação de diversas normas relacionadas à avaliação;
- Estudos e pesquisas para aprimoramento da avaliação da pós-graduação brasileira e evolução do SNPG;
- Definição do calendário para as atividades do processo de Avaliação para anos de 2021 e 2022, publicado pela Portaria Capes nº 212, de 15 de dezembro de 2021;
- Formatação da Plataforma Sucupira, cujos processos foram aperfeiçoados para melhor atender à CAPES e às Instituições de Ensino;
- Reuniões dos Colégios da Vida, Humanidades e Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar para análises e discussões de assuntos afetos à avaliação, quais sejam: fichas de avaliação e documentos de área, análise de periódicos para o Qualis e discussão de critérios e outros assuntos relacionados à Avaliação Quadrienal 2021.

Apesar das dificuldades encontradas pela imposição de distanciamento social determinada pela pandemia da Covid-19, a CAPES manteve sua agenda avaliativa, após as medidas de isolamento para contenção da pandemia, os eventos passaram a ser realizados remotamente, com impacto em todos os programas do SNPG.

4.1.5 Perspectivas para 2022

Para 2022, as expectativas no âmbito da avaliação estão voltadas para a realização da Avaliação Quadrienal 2017-2020 e para a discussão do Novo Modelo de Avaliação a ser implementado para o próximo quadriênio. Entre as principais ações a serem desenvolvidas, destacam-se:

- Plataforma Sucupira:
 - evolução das ferramentas no sentido de se aprimorar o processo de coleta de dados;

- desenvolvimento de versão atualizada da Plataforma Sucupira, para atender ao novo modelo de avaliação e nova estrutura de informações e integrações; e
 - acompanhamento dos processos preparatórios e de avaliação, dos programas;
- b. Discussão e aprimoramento do modelo de avaliação para o próximo ciclo quadrienal;
- c. Discussão e aprimoramento dos processos de acompanhamento dos PPGs;
- d. Planejamento, acompanhamento e execução das atividades relacionadas à Avaliação Quadrienal:
- elaboração de manuais e tutoriais para as comissões;
 - treinamentos;
 - auxílio e assessoramento às comissões de avaliação; e
 - revisões e conferências para a divulgação de resultados.
- e. Plano de Logística Remota da Quadrienal: considerando o cenário de pandemia, as atividades da avaliação serão realizadas, preferencialmente, de maneira remota, o que demanda definição das ferramentas de acompanhamento e comunicação;
- f. Adequação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ao processo avaliativo; e
- g. Proposição, revisão e consolidação dos atos normativos da CAPES afetos a áreas de avaliação e conhecimento, classificação de docentes, acompanhamento dos programas de pós-graduação, entre outros.

Para mais informações acerca do processo de avaliação realizado pela CAPES, acesse a página:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao>

Legislação Específica da Avaliação da Pós-Graduação:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/legislacao-especifica>

4.2 Bolsa e fomento no país

Cabe ao eixo de Bolsas e Fomento no país conceber e implementar políticas públicas de fomento ao SNPG, por meio de um conjunto de Programas Institucionais e Estratégicos, com o objetivo de apoiar a formação de pessoal altamente qualificado na educação superior e contribuir para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil.

Em 2021, buscando atender ao crescimento do SNPG e promover a qualidade da pós-graduação, a CAPES deu continuidade às suas ações de fomento aos programas de pós-graduação *stricto sensu* de Instituições de Ensino Superior (IES) e de Pesquisa brasileiras, por meio da concessão de bolsas de estudo, de recursos de custeio e do apoio à disseminação da informação científica, totalizando um investimento de mais de R\$ 2,5 bilhões na pós-graduação brasileira, beneficiando discentes, docentes e pesquisadores de mais de 3,7 mil programas de pós-graduação *stricto sensu*.

4.2.1 Fomento à Pós-graduação: concessão de bolsas de estudo no país e recursos de custeio

Em 2021, visando contribuir para a formação de recursos humanos altamente qualificados, foram concedidas 93.318 bolsas de estudo e pesquisa no país, sendo 42.139 de mestrado, 47.006 de doutorado, 4.113 de pós-doutorado e 60 de outras modalidades (iniciação científica, pesquisador visitante, entre outras) (Gráfico 6).

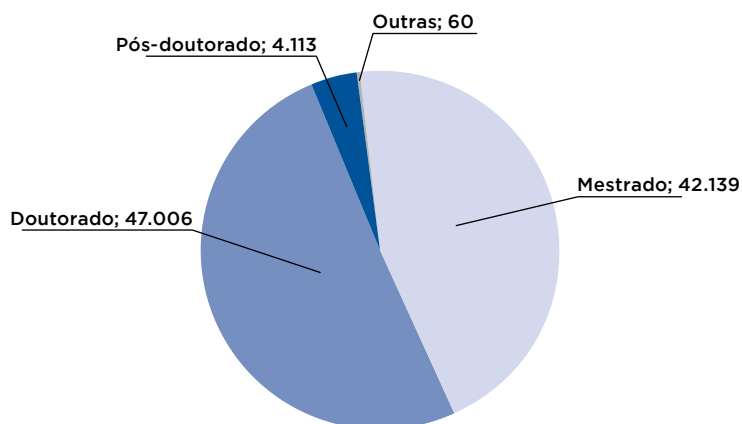


Gráfico 6 - Distribuição das bolsas concedidas no país, por modalidade, em 2021.

Fonte: CAPES

Nos gráficos a seguir, a concessão de bolsas no país em 2021 está apresentada por região geográfica, grande área do conhecimento e status jurídico da IES.

a) Por Região Geográfica

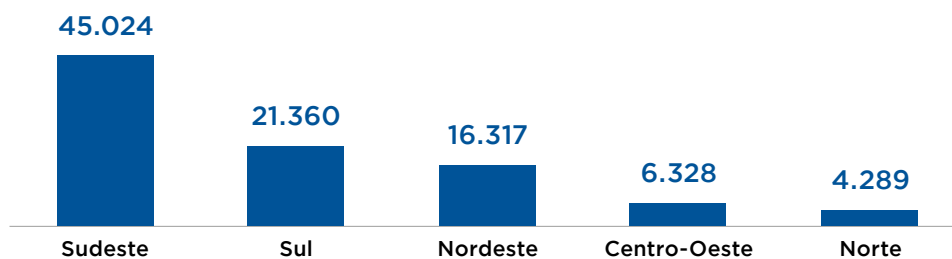


Gráfico 7 - Distribuição das bolsas concedidas no país, por região geográfica, em 2021.

Fonte: CAPES

b) Por Grande Área do Conhecimento

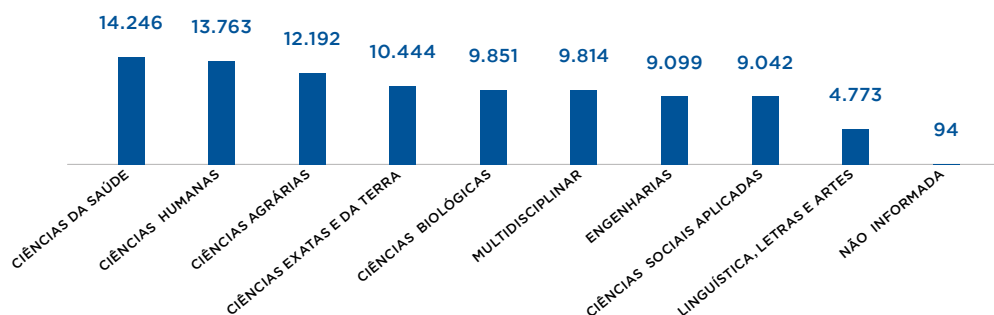


Gráfico 8 - Distribuição das bolsas concedidas no país, por grande área do conhecimento, em 2021.

Fonte: CAPES

c) Por Status Jurídico da IES

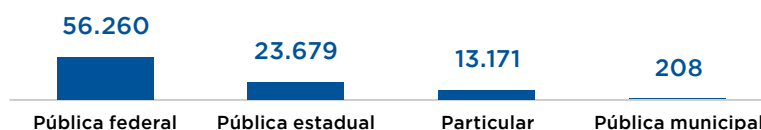


Gráfico 9 - Distribuição das bolsas concedidas no país, por status jurídico da IES, em 2021.

Fonte: CAPES

Com sua política de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no país, a CAPES visa contribuir para o atingimento da Meta 14 do PNE 2014-2024, e vale ressaltar que para o mestrado, a meta já foi ultrapassada, conforme exposto no eixo de Avaliação da Pós-Graduação Stricto Sensu. No caso do doutorado, a previsão é de alcance da meta antes do final da vigência do atual PNE, embora a pandemia de Covid-19 não tenha terminado e que seus impactos ainda sejam sentidos. Nesse âmbito, a fundação tem priorizado nos últimos anos a concessão de bolsas de doutorado, passando de 26,1 mil bolsas concedidas em 2011 para 47 mil em 2021 - um crescimento de 80% no período.

4.2.2 Ações institucionais de fomento à pós-graduação

Em 2021, destaca-se o aperfeiçoamento do modelo de concessão de bolsas no âmbito do Programa de Demanda Social (DS), e de bolsas e auxílios para pagamento de taxas escolares no âmbito do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) e do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC), referente ao período de março de 2021 a fevereiro de 2022.

O aperfeiçoamento se deu a partir da experiência adquirida com a sua implantação em 2020 e também a partir das sugestões recebidas da comunidade acadêmica. As principais modificações em relação ao ano anterior ocorreram nos fatores de ponderação associados ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), à Titulação Média do Curso (TMC) e nas limitações para perda e para ganho de bolsas e/ou auxílios (Portaria CAPES Nº 28/2021) e estão detalhadas a seguir:

- IDHM: foram incluídas mais faixas de classificação e as diferenças entre os pesos associados a faixas vizinhas diminuíram. Com a mudança, os pesos associados ao IDHM foram aumentados para 1.096 cursos ofertados em municípios de $IDHM \leq 0,749$. Convém destacar que 89% dos cursos de IES localizadas na região Norte foram beneficiados com este aperfeiçoamento (contribuição para a redução das assimetrias do SNPG).
- TMC: novas faixas de classificação foram incluídas (passou de quatro para dez) e a variação dos pesos entre faixas vizinhas foi reduzida, diminuindo o tamanho dos saltos na passagem de uma faixa para outra. Adicionalmente, a TMC foi comparada com a titulação média da área de avaliação à qual o curso pertence, e não mais com a titulação média do colégio ao qual pertence, respeitando as diferenças intrínsecas a cada área de avaliação.
- Limitações para perda e para ganho: definiu-se que para qualquer nota a limitação de perda seria de 10%, enquanto a limitação de ganhos passou a ser de 20% para cursos cuja nota atual for igual a 3, 4 ou A; de 40% para cursos cuja nota atual for igual a 5; e de 80% para cursos cuja nota atual for igual a 6. Para cursos cuja nota atual for igual a 7 ou cursos ofertados em municípios com $IDHM < 0,600$, não há limitação para ganho (contribuição para a redução das assimetrias do SNPG).

Convém ressaltar que no 2º ano de implementação do modelo, a CAPES continua priorizando a concessão de bolsas para os cursos mais bem avaliados e para os cursos de doutorado, de modo a contribuir para o atingimento da meta prevista no PNE. Assim, com base em critérios claros e objetivos, o número de bolsas e auxílios concedidos por meio dos programas DS, PROEX, PROSUC e PROSUP atingiu 84.292 após aperfeiçoamento do modelo. Para 2022 está sendo estudado novo aperfeiçoamento do modelo.

Adicionalmente ao apoio por meio da concessão de bolsas e auxílios no país, a CAPES promove o desenvolvimento do SNPG mediante a concessão de recursos de custeio. Em 2021, foram concedidos R\$ 177,6 milhões por intermédio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) para 3.193 programas de pós-graduação e 183 Pró-Reitorias de Pós-Graduação ou órgãos equivalentes. Estes recursos são destinados à melhoria das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação, os quais podem ser utilizados para a manutenção e funcionamento de laboratório de ensino e pesquisa, aquisição de insumos, realização de defesas de dissertações e teses, publicação de artigos científicos, participação de professores, pesquisadores e alunos em atividades acadêmico-científicas no país e no exterior, entre outras.

4.2.3 Ações estratégicas de fomento à pós-graduação

A CAPES também promove um conjunto de ações estratégicas com foco no estímulo à formação de recursos humanos de alto nível e à pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional. Tais ações visam contribuir para a redução das assimetrias regionais identificadas no SNPG, por meio da consolidação de programas de pós-graduação em áreas temáticas consideradas estratégicas no contexto brasileiro. Adicionalmente, busca-se o estabelecimento de parcerias que não somente foquem em temas prioritários para o Estado, mas também valorizem a aplicação do conhecimento acadêmico-científico em políticas públicas, aproximando, assim, a academia e os setores organizados da sociedade. As principais linhas da atuação estratégica da CAPES são os seguintes: a) Programas Emergenciais, b) Redução de Assimetrias, c) Parcerias Estratégicas e d) Indução de Áreas Prioritárias. A seguir, estão detalhadas as ações desenvolvidas em 2021 em cada uma das referidas linhas.

a) Programas Emergenciais

Em 2021, novamente merece destaque a execução dos Programas Emergenciais que visam atender necessidades iminentes, tais como surtos epidêmicos que ameaçam a população brasileira, por meio do financiamento de projetos de pesquisa que buscam soluções efetivas para os desafios causados pelas situações de risco e de vulnerabilidade. Neste ano, em continuidade ao Programa Estratégico Emergencial de Prevenção e Combate a Surtos, Endemias, Epidemias e Pandemias, que teve três editais publicados em 2020, a CAPES publicou o quarto edital: o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Impactos da Pandemia (Edital nº 12/2021).

A nova ação tem o objetivo de apoiar projetos voltados à formação de recursos humanos altamente qualificados e ao desenvolvimento de pesquisa acadêmico-científica, no âmbito dos programas de pós-graduação stricto sensu acadêmicos, com foco em estudos sobre os impactos sociais, econômicos, culturais e históricos decorrentes da pandemia da Covid-19 nos diversos segmentos da população brasileira. Está previsto o investimento de até R\$ 25,2 milhões para apoio a 40 projetos. As inscrições foram acolhidas até novembro de 2021 e a divulgação do resultado final está prevista para março de 2022. Cada projeto aprovado será apoiado com a concessão de quatro (4) bolsas de mestrado, três (3) de doutorado e três (3) de pós-doutorado, além de R\$ 100 mil em custeio.

Além da nova ação emergencial, a CAPES deu continuidade às demais ações relacionadas à Covid-19 implementadas no ano anterior, quais sejam: Edital nº 9/2020 – Combate a Epidemias; Edital nº 11/2020 – Fármacos e Imunologia; Edital nº 12/2020 – Telemedicina e Análise de Dados Médicos e Ação Estratégica Emergencial Imediata, bem como aos demais Programas Emergenciais: Prevenção e Combate ao vírus Zika; Apoio a Redes de Pesquisa para Recuperação da Bacia do Rio Doce; e Entre Mares, os quais encontram-se em fase de finalização. No total, em 2021 a CAPES investiu R\$ 41,9 milhões no conjunto de Programas Emergenciais para o pagamento de bolsas de estudo e recursos de custeio e capital (Tabela 5).

Programa	Total
Ação Estratégica Emergencial Imediata	16.243.000,00
Edital nº 09/2020 Epidemias	13.196.300,00
Edital nº 11/2020 Fármacos e Imunologia	7.696.877,00
Edital nº 12/2020 Telemedicina e Análise de Dados Médicos	3.715.279,00
Edital nº 26/2019 - Entre-Mares	249.000,00
Chamada nº 6 - CAPES-FAPEMIG-FAPES-CNPq-ANA - Apoio a Redes de Pesquisa para Recuperação da Bacia do Rio Doce	751.042,00
Chamada MCTIC/FNDCT -CNPq / MEC-CAPES/ MS-Decit N° 14/2016 – Prevenção e Combate ao vírus Zika	62.600,00
	41.914.098,00

Tabela 5 - Recursos investidos pela CAPES, em 2021, no apoio a ações emergenciais. Para obter informações detalhadas sobre os programas, acesse o site: <http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-estrategicos>

Fonte: CAPES

b) Redução de Assimetrias:

No âmbito dos programas de fomento que visam reduzir as assimetrias regionais do SNPG, a CAPES implementou em 2021 o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida Brasileira (Edital nº 04/2021). O PDPG-Semiárido tem como objetivo apoiar projetos oriundos de PPGs stricto sensu pertencentes aos estados da região semiárida brasileira com foco na formação de recursos humanos altamente qualificados e no fomento de pesquisas voltadas ao desenvolvimento social, econômico e tecnológico da região, nos seguintes eixos estratégicos: Agroindústria no Semiárido e Biotecnologia no Semiárido. Para financiar os 30 projetos, por meio dos quais foram concedidas 252 bolsas (78 de mestrado, 78 de doutorado e 96 de pós-doutorado), está previsto um investimento de R\$ 13,7 milhões. Cumpre informar que as bolsas deverão ser implementadas até março de 2022. Em complemento, ressaltamos que no âmbito desse programa, as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAP) parceiras são responsáveis pelo pagamento dos recursos de custeio, a título de contrapartida.

Outra importante iniciativa desenvolvida pela CAPES com o foco na redução das assimetrias regionais da pós-graduação é o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Amazônia Legal, o qual teve origem no protocolo de intenções assinado, em novembro de 2019, entre a CAPES e as IES dos Estados da Amazônia Legal, que se comprometeram a executar, conjuntamente, um programa de desenvolvimento estratégico da pós-graduação para a região. O objetivo do edital é fomentar propostas de Planos de Desenvolvimento de programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela CAPES, em áreas estratégicas, apresentadas por IES localizadas na Amazônia Legal por meio das suas respectivas Pró-Reitorias de Pós-Graduação e Pesquisa ou órgão equivalente, visando consolidar os programas de pós-graduação das instituições sediadas na região e nuclear novas áreas de concentração ou a criação de novos programas de pós-graduação nas seguintes áreas temáticas: a) Biotecnologia; b) Biodiversidade, conservação e recuperação ambiental; c) Saúde pública, doenças tropicais e tecnologias para o trabalho em saúde; d) Combate e prevenção voltados ao enfrentamento de epidemias; e) Engenharias, Tecnologia de Informação e Comunicação; f) Clima, Energia e Recursos Hídricos; g) Produção animal e vegetal sustentável; e h) Diversidade Sócio Cultural, sustentabilidade e atividades socioeconômicas. Por meio deste edital foram implementados, em 2021, 67 projetos e concedidas até 488 bolsas, sendo 130 de mestrado, 90 de doutorado e 268 de pós-doutorado. O investimento em cada projeto é de até R\$ 627,2 mil, dos quais R\$ 200 mil são destinados ao custeio dos projetos. O investimento custeio previsto para a execução dos projetos é de até R\$ 13,4 milhões, totalizando um investimento na ação de R\$ 38,4 milhões.

Além do PDPG-Semiárido e do PDPG-Amazônia Legal, a CAPES desenvolve outras ações com vistas a redução das assimetrias regionais do SNPG, quais sejam: Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter), Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral), Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad-Amazônia) e Programa Professor Visitante Nacional Sênior na Amazônia (PVNS-Amazônia). Em 2021, por meio dos programas para redução das assimetrias regionais foram concedidas 610 bolsas de mestrado, doutorado, pós-doutorado e professor visitante nacional sênior, sendo 585 (96%) alocadas em instituições localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Gráfico 10), totalizando um investimento de R\$ 20,0 milhões para o pagamento de bolsas e recursos de custeio.

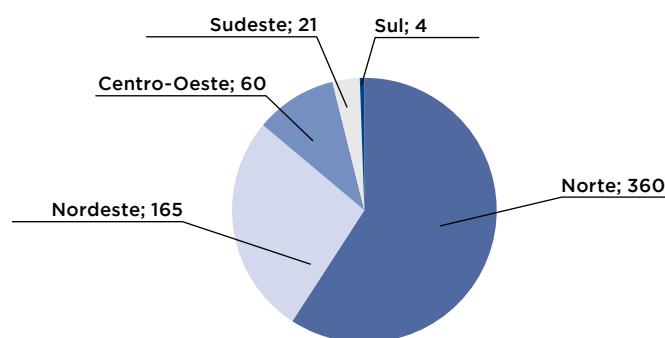


Gráfico 10 - Distribuição das bolsas concedidas pelos programas de fomento da CAPES voltados para a redução das assimetrias regionais em 2021.

Fonte: CAPES

c) Parcerias Estratégicas

A CAPES promove um conjunto de programas oriundos de acordos de cooperação firmados com instituições parceiras, atendendo demandas específicas, com o objetivo de formar recursos humanos de alto nível e fortalecer o conhecimento científico em áreas estratégicas de maneira a subsidiar políticas públicas de interesse nacional. Entre os atuais parceiros da CAPES destacam-se os Ministérios da Justiça e da Segurança Pública (MJSP); da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH); da Defesa (MD); da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN); o Conselho Regional de Nutricionistas - 4ª região (CRN-4); Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa; entre outros.

Em 2021, merece destaque a implementação do Programa de Cooperação Acadêmica em Segurança Pública e Ciências Forenses (PROCAD-SPCF), publicado em setembro de 2020 em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENASP/MJSP) e a Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal (DITEC/PF). A Portaria nº 175, de 12 de novembro de 2020, instituiu o Núcleo de Gestão de Planejamento e Acompanhamento do PROCAD-SPCF. Foram aprovados 23 projetos, para os quais está previsto um valor global estimado de R\$ 9,2 milhões, sendo R\$ 6,0 milhões oriundos da SENASP/MJSP, R\$ 2,1 milhões da DITEC/PF e R\$ 1,1 milhão da CAPES. Cada projeto será apoiado com a concessão de duas bolsas de mestrado, uma de doutorado e uma de pós-doutorado, nas áreas relacionadas às biometrias naturais, ciência de dados, inteligência artificial, comparação balística, genética, computação, química e toxicologia forense. Os projetos também serão apoiados com recursos de custeio (R\$ 2,3 milhões) e capital (R\$ 2,3 milhões). Em 2021 foram realizadas atividades de implementação e acompanhamento dos 23 projetos selecionados, bem com a realização do Seminário Marco Zero, que contou com a participação de representantes da SENASP e da DITEC.

Em 2021, a CAPES implementou novas iniciativas no âmbito dos programas com instituições parceiras. Entre elas está o primeiro edital do Programa Família e Políticas Públicas no Brasil firmado com a Secretaria Nacional da Família (SNF) do MMFDH. No âmbito deste Programa, que tem como objetivo apoiar projetos de formação de recursos humanos altamente qualificados por meio da realização de pesquisas voltadas à investigação acadêmico-científica relacionada à família e políticas públicas nas suas diversas vertentes temáticas, está prevista a execução de duas ações de fomento. Por meio da primeira ação, Edital nº 02/2021, com duração de três anos, serão apoiados seis projetos, com 50 bolsas de mestrado e pós-doutorado e recursos de custeio, nas seguintes áreas: Políticas Familiares; Dinâmica Demográfica e Família; Equilíbrio Trabalho-Família; Tecnologia e Relações Familiares; Saúde Mental nas Relações Familiares; e Projeção Econômica das Famílias. Serão investidos R\$ 2,4 milhões em bolsas e recursos de custeio, sendo R\$ 1,05 milhão provenientes do orçamento da CAPES e R\$ 1,35 milhão proveniente do orçamento da SNF/MMFDH. Em 2021 foi realizado o Seminário Marco Zero com a participação do Sr. Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, e da Sra. Ministra de Estado da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Regina Alves. A segunda ação do Programa está prevista para ser publicada no início de 2022.

Outra importante iniciativa de 2021 foi a implementação do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Área de Nutrição - Modalidade Mestrado Profissional (Edital nº 1/2021). Este programa, oriundo de um acordo de cooperação com o Conselho Regional de Nutricionistas - 4ª região (CRN-4), possui o objetivo de apoiar os cursos de mestrado profissional da área de Nutrição na 4ª região (Rio de Janeiro e Espírito Santo) com recursos de custeio. Cabe ressaltar que no âmbito desta parceria, todo o investimento, no valor de R\$ 200 mil, é feito pelo CRN-4. Foram aprovados dois projetos no âmbito deste edital.

Dando continuidade à parceria com o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), em 2021 foi realizado o processo seletivo do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - CAPES/COFEN (Edital nº 8/2021). Foram aprovados 17 projetos no âmbito deste edital, com valor previsto da ordem de R\$ 4,7 milhões para despesas com custeio, montante esse oriundo exclusivamente de fonte orçamentária do COFEN.

Ainda no âmbito das parcerias, em 2021 a CAPES implementou o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Parcerias Estratégicas nos Estados criado em 2020 em parceria com o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) (Edital Nº 18/2020). Este programa tem como objetivo apoiar os programas de pós-graduação emergentes e em consolidação em áreas prioritárias de acordo com as definições estabelecidas em cada estado, por meio de oficinas envolvendo

o governo, a academia e o setor industrial ou de serviços, sem perder de vista a relevância para o desenvolvimento regional. Foram aprovados 73 projetos, em parceria com 20 fundações (Tabela 6), por meio dos quais serão investidos até R\$ 83,4 milhões para o financiamento de até 1.775 bolsas durante o período de quatro anos de execução dos projetos. Convém ressaltar que neste programa houve a previsão de contrapartida a ser oferecida por cada FAP parceira, na forma de aporte de bolsas ou recursos de custeio. Em 2021, foram implementadas 1.495 bolsas (1.096 de mestrado, 345 de doutorado e 54 de pós-doutorado) e investidos R\$ 16,5 milhões no âmbito do PDPG-Parcerias Estratégicas nos Estados.

Região	UF	FAP	Nº Projetos	Nº Bolsas em 2021
Norte	AM	FAPEAM	FAPEAM	41
	AP	FAPEAP	FAPEAP	79
	RO	FAPERO	FAPERO	104
	TO	FAPT	FAPT	107
Nordeste	PE	FACEPE	FACEPE	92
	AL	FAPEAL	FAPEAL	95
	MA	FAPEMA	FAPEMA	97
	PI	FAPEPI	FAPEPI	36
	RN	FAPERN	FAPERN	52
	BA	FAPESB	FAPESB	64
	PB	FAPESQ	FAPESQ	110
	CE	FUNCAP	FUNCAP	82
Sudeste	MG	FAPEMIG	FAPEMIG	37
	RJ	FAPERJ	FAPERJ	11
	ES	FAPES	FAPES	52
Sul	RS	FAPERGS	FAPERGS	129
	SC	FAPESC	FAPESC	89
	PR	ARAUCÁRIA	ARAUCÁRIA	74
Centro-Oeste	GO	FAPEG	FAPEG	70
	MS	FUNDECT	FUNDECT	74
		FAPEAM	FAPEAM	1.495

Tabela 6 - Projetos apoiados e número de bolsas implementadas pela CAPES em 2021 por meio do PDPG-Parcerias Estratégicas nos Estados.

Fonte: CAPES

Mesmo com a implementação do novo programa em parceria com o CONFAP, em 2021, a CAPES deu continuidade à execução das ações prevista nos acordos de cooperação celebrados com as Fundações em anos anteriores, por meio do Programa CAPES/FAP. Cabe ressaltar que com a implementação do PDPG-Parcerias Estratégicas nos Estados, os planos de trabalho dos acordos de cooperação já celebrados foram ajustados de modo a manter apenas as metas já implementadas. Em 2021, o total de bolsas implementadas no âmbito desses acordos foram 1.298, sendo 151 de mestrado, 986 de doutorado e 161 de pós-doutorado. Em 2021 foram investidos R\$ 20,2 milhões no âmbito do Programa CAPES/FAP.

Fundação	UF	Bolsas	Custeio	Total
FACEPE	PE	2.555.000,00	0,00	2.555.000,00
FAPESC	SC	2.382.600,00	0,00	2.382.600,00
FAPEG	GO	2.248.600,00	0,00	2.248.600,00
FAPESQ	PB	2.152.000,00	0,00	2.152.000,00
Araucária	PR	1.883.600,00	0,00	1.883.600,00
FAPES	ES	1.474.700,00	0,00	1.474.700,00
FAPEAL	AL	1.408.100,00	0,00	1.408.100,00
FAPEAM	AM	1.290.000,00	0,00	1.290.000,00
FAPEMAT	MT	1.169.700,00	0,00	1.169.700,00
FAPERGS	RS	1.069.200,00	0,00	1.069.200,00
FAPEPI	PI	828.600,00	0,00	828.600,00
FUNCAP	CE	807.000,00	0,00	807.000,00
FAPITEC	SE	413.000,00	0,00	413.000,00
FAPERO	RO	283.800,00	0,00	283.800,00
FAPEMA	MA	125.400,00	0,00	125.400,00
FAPEAP	AP	85.800,00	0,00	85.800,00
		20.177.100,00	0,00	20.177.100,00

Tabela 7 - Recursos investidos pela CAPES, em 2021, para o pagamento de bolsas do programa CAPES/FAP. Para obter informações detalhadas sobre os programas, acesse o site: <http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-estrategicos>
Fonte: /CAPES

d) Indução de Áreas Prioritárias:

Outras áreas contempladas por programas estratégicos da CAPES foram: premiação das melhores teses, ciências do mar, pesquisas médicas, desastres naturais, ciências forenses, biologia computacional, modelagem do sistema terrestre, desenvolvimento socioeconômico e pesquisas oceânicas

4.2.4 Apoio à disseminação da informação científica, tecnológica e educacional nacional e internacional

O apoio à disseminação da informação científica, tecnológica e educacional nacional e internacional ocorre por meio do Portal de Periódicos, que visa à democratização do acesso ao conhecimento científico no Brasil, e por meio do Programa de Apoio a Eventos no país (PAEP), que concede apoio financeiro à eventos de caráter científico e tecnológico de curta duração no país.

a) Democratização do acesso à informação científica e tecnológica:

Os conteúdos contratados pelo Portal de Periódicos da CAPES têm por finalidade atender os discentes, docentes e pesquisadores brasileiros no país e no exterior, bem como mais de 430 universidades, institutos de pesquisa, instituições públicas e privadas de fomento à ciência tecnologia, inovação e à rede de ensino e pesquisa, perfazendo um público potencial estimado de mais de 6 milhões de pessoas.

Em 2021, o acervo científico contabilizou 41.965 mil periódicos em texto completo, 135 bases de dados de referências e resumos, 66 bases de teses e dissertações, 48 obras de referências (dentre dicionários, enciclopédias, compêndios, etc.), 12 bases de patentes, mais de 440.713 mil documentos eletrônicos (dentre capítulos de livros, relatórios, anais, manuais, guias etc.), 42 bases de estatísticas, 2 bases de normas técnicas e 9 bases de dados de materiais audiovisuais (vídeos, atlas 3D, músicas). Também estão disponíveis outros tipos de materiais de acesso livre, como Repositórios Institucionais, além de títulos nacionais classificados pelo Qualis com estratos A e B.

Foram efetuados 54.601.707 de acessos a textos completos e 326.857.867 a textos referenciais e resumos, totalizando 381.459.574 de acessos ao conteúdo disponibilizado pelo Portal de Periódicos. Este quantitativo representa aproximadamente 1.045.094 de acessos diários. Ressalta-se que as estatísticas de uso levam em consideração o acesso a todo o conteúdo disponibilizado no Portal de Periódicos, seja ele contratado ou disponibilizado em repositórios de acesso livre (desde que passível de contabilização pela CAPES). Foram computadas 434 instituições participantes com direito de acesso em 2021.

As métricas de acesso do Portal são contabilizadas em padrão internacional (COUNTER) para emissão de relatórios de estatística de uso de periódicos, livros, obras de referência e base de dados eletrônicos. Em 2021, a CAPES deixou de utilizar o COUNTER R4, passando a emitir seus relatórios por meio do COUNTER R5. Com isso, as estatísticas de 2021 não podem ser comparadas com as de 2020.

Investimento:	490,3 milhões
IES beneficiadas:	434
Nº títulos disponibilizados:	41.965
Nº de acessos em 2021:	381.459.574
Araucária	PR
FAPES	ES

Tabela 8 - Recursos investidos em 2021 por meio do Portal de Periódicos.
Fonte: CAPES

• Nova página do Portal de Periódicos

O ano de 2021 foi marcado pela disponibilização da nova interface do Portal de Periódicos para a comunidade científica. Além de um novo layout na página inicial, a atualização traz busca e menu únicos que facilitam a procura de conteúdo do acervo, contratos e catálogos. O espaço de treinamentos também passou por alterações: foram criados filtros por área e período, e agora há a possibilidade de inscrição por seleção no calendário. As mudanças foram feitas também no 'Meu Espaço', nos Informativos, nas Perguntas frequentes e demais páginas internas.

• Saneamento dos contratos

Em 2021, com a forte alta do dólar, evidenciou-se um déficit no orçamento da Ação 2317, por meio da qual se dá a execução do Portal de Periódicos. Por esse motivo, no ano de 2021, destaca-se o empenho das equipes envolvidas no processo de renegociação dos contratos junto às editoras, que resultou na retirada de IES que não acessavam os conteúdos contratados e na manutenção de todo o conteúdo contratado e das instituições beneficiárias em cada contrato (evitando prejuízo a pesquisas relevantes, como as relacionadas à pandemia).

Com isso, foram realizadas quatro ações para definir novas medidas para o saneamento das contratações. A primeira grande ação, iniciada em 2020, foi a negociação dos valores dos contratos com os Editores para um reequilíbrio econômico-financeiro, com o intuito de cumprir os compromissos firmados pelo Portal. Com essa iniciativa, foram economizados cerca de 10 milhões de dólares entre os anos de 2020 e 2021.

Na segunda ação, foram identificados contratos com conteúdos sobrepostos. Os contratos nessa situação não foram renovados. Já na terceira ação, conteúdos que não estivessem estritamente destinados à pós-graduação foram excluídos dos contratos. Por fim, na quarta ação estipulou-se que todas as futuras contratações deverão obedecer às seguintes medidas:

1. Manutenção dos valores negociados na primeira ação;
2. Manutenção dos títulos previamente contratados, desde que o conteúdo tenha sido acessado mais de 100 vezes no ano anterior;
3. Manutenção das Instituições de Ensino Superior usuárias beneficiadas em 2020;

As quatro ações realizadas durante o ano de 2021 foram responsáveis por uma economia de aproximadamente R\$ 66,5 milhões. No que tange às supressões das IES, foram excluídas de todos os

contratos ativos do Portal de Periódicos as instituições que não apresentaram dados estatísticos de acesso aos conteúdos contratados em 2020, gerando uma economia, em 2021, de R\$ 6,2 milhões e mais de R\$ 5,0 milhões nos anos subsequentes.

Paralelamente, ao longo de 2021, a gestão da CAPES envidou esforços pela suplementação do orçamento do Portal, que passou de R\$ 377,1 milhões para R\$ 490,3 milhões. Com estes ajustes, foi possível honrar todos os compromissos assumidos para aquele ano.

- Desenvolvimento de solução classificadora automática para periódicos

O Portal de Periódicos utiliza soluções de busca contratadas no mercado. Devido ao alto valor envolvido e relevância em garantir que todos os conteúdos contratados possam ser acessados de forma célere e equânime, a equipe de inovação do Portal de Periódicos desenvolveu uma solução, baseada em inteligência artificial para substituir as soluções atuais e permitir uma economia anual de aproximadamente R\$ 1,5 milhão. Em 2022, a solução será testada por instituições parceiras, para homologação e implementação definitiva.

b) Apoio à realização de eventos científicos e tecnológicos de curta duração:

Em 2021, a CAPES, não publicou edital do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP). Devido à pandemia de Covid-19, em 2020 a CAPES possibilitou a prorrogação de prazo para realização de eventos no formato presencial até 31/12/2020 e, adicionalmente, permitiu a realização dos eventos no formato online até 31/03/2021, desde que apresentada uma proposta de adequação orçamentária à nova realidade. Em 2021, a CAPES investiu R\$ 1,3 milhão para apoio a realização de eventos no país.

4.2.5 Perspectivas para 2022

Entre as perspectivas para Bolsas e Fomento no País para o ano de 2022, constam:

1. Continuar o aperfeiçoamento do modelo de distribuição de cotas de bolsas de mestrado e doutorado entre os programas de pós-graduação, com base em critérios objetivos, com destaque para mérito acadêmico.
2. Aprimorar o financiamento da pós-graduação, por meio da implementação de um novo modelo de distribuição de recursos de custeio.
3. Recriar a cota de bolsas da Pró-Reitoria;
4. Contribuir para o aperfeiçoamento do SNPG a partir da consolidação dos programas de pós-graduação stricto sensu acadêmicos “Emergentes” e “em Consolidação”, por meio da concessão de bolsas de pós-doutorado.
5. Ampliar parcerias com órgãos públicos (federais e estaduais) e agências do governo e ampliar investimentos para o financiamento do SNPG, com foco na formação de recursos humanos de alto nível em áreas prioritárias.
6. Realizar avaliação de resultados e de impacto de programas de fomento da DPB;
7. Propor novo regulamento do PAAP, por meio do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 164/2021.
8. Criar chatbot para atendimento ao usuário externo.
9. Promover acessibilidade para deficiente auditivo aos treinamentos do Portal.
10. Realizar treinamentos institucionais com vistas a elaborar estratégia de disseminação do conhecimento científico.

Para mais informações acerca das ações de concessão de bolsas e fomento no país acesse:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais>

<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos>

4.3 Internacionalização

A CAPES promove o fomento à internacionalização das IES brasileiras e de seus programas de pós-graduação por meio do apoio financeiro a projetos e concessão de bolsas que visem melhorar a qualidade da Educação Superior e a excelência da pesquisa nacional bem como a formação e fortalecimento das redes de pesquisa com parceiros internacionais. A Fundação atua igualmente na promoção da internacionalização da pós-graduação brasileira por meio de parcerias com agências de fomento, instituições de ensino superior e institutos de pesquisa, internacionais, mantendo ou firmando novos acordos de cooperação. O objetivo dessas parcerias é a troca de experiência entre instituições de ensino nacionais e estrangeiras e a promoção da internacionalização da pós-graduação e da pesquisa brasileira.

Nesse âmbito, há a concessão de bolsas para discentes e docentes brasileiros e estrangeiros, bem como o fomento a projetos de pesquisa conjuntos, desenvolvidos por pesquisadores de IES/IP nacionais e estrangeiras. No caso dos projetos de pesquisa conjuntos, o fomento equivale a bolsas (missões de trabalho e missões de estudo) e a AUXPE (auxílio a pesquisa que se traduz também em custeio para material de laboratório, diárias e passagens).

Diante da 2ª onda de Covid-19 em 2021, as seguintes medidas foram adotadas:

- Suspensão da mobilidade acadêmica no primeiro semestre de 2021 com possibilidade de reprogramação da viagem para o segundo semestre de 2021 e para o ano de 2022;
- Autorização do retorno antecipado sem ônus para o bolsista;
- Autorização de suspensão da bolsa de forma temporária enquanto perdurar a 2ª onda da pandemia de Covid-19 com retorno ao exterior com ônus para o bolsista e posterior retorno ao Brasil ao fim da bolsa;
- Autorização de alteração da vigência da bolsa em razão da 2ª onda da Covid-19;
- Autorização para viagem do(a)s bolsistas Capes somente mediante comprovação da retomada das atividades presenciais na Instituição estrangeira; e
- Alteração do calendário do PrInt com adiamento do processo de renovação para dezembro de 2021.

É importante ressaltar que o 2º semestre de 2021 foi marcado pela retomada das mobilidades internacionais. Além disso, com o intuito de promover o alcance dos objetivos dos projetos conjuntos de pesquisa, que tiveram a sua execução impactada pela suspensão de atividades acadêmicas e de pesquisa em escala mundial, foi autorizada a prorrogação da vigência de projetos que finalizariam em 2021 e 2022 para 2022 e 2023, respectivamente. Do mesmo modo, a Agência e o Ministério da Educação (MEC) envidaram esforços junto ao Ministério da Saúde para disponibilizar a vacina contra a Covid-19 aos bolsistas com destino ao exterior.

4.3.1 Programa Institucional de Internacionalização- CAPES-PrInt

O Programa Institucional de Internacionalização CAPES-PrInt foi criado em 2017, por meio da Portaria nº 220/2017 e disponibilizado por meio Edital nº 41/2017 como uma política inovadora com o intuito de alinhar o fomento à internacionalização realizado pela Fundação aos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) das IES e institutos de pesquisa selecionados. No primeiro Edital, 109 instituições submeteram propostas, sendo avaliadas por um Comitê de 26 consultores ad hoc que selecionaram os projetos institucionais de 36 instituições executoras.

Em 2021, foi dada continuidade ao desenvolvimento do sistema Plano de Trabalho para Internacionalização (PTI), iniciado em 2020 e destinado às 36 IES participantes do Programa, e que oferece subsídios para a avaliação intermediária do PrInt.

No primeiro eixo, Compromisso Institucional, são coletadas informações que apontam o incentivo à construção, execução e consolidação de planos estratégicos de internacionalização. O segundo módulo, Parcerias e Redes de Pesquisa, recebe dados para registrar a formação de parcerias de pesquisas internacionais, com o objetivo de contribuir para melhorar a qualidade da produção acadêmica brasileira

e estimular a mobilidade de professores e alunos. Por fim, no Sumário Executivo, o sistema produzirá um relatório consolidado dos cinco aspectos mais relevantes de cada tema, além dos objetivos listados nos dois módulos anteriores.

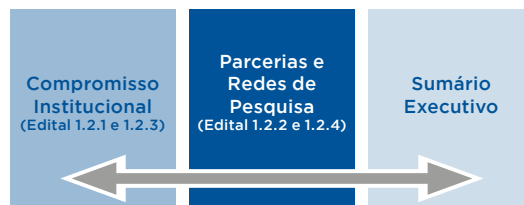


Figura 7. Módulos do PTI.

Fonte: CAPES

Para apoiar o preenchimento desse sistema foram realizados 02 Seminários com as Instituições participantes do Programa para apresentação do sistema PTI e treinamentos com a equipe técnica de cada Instituição em maio e setembro de 2021.

As 36 instituições finalizaram o preenchimento em dezembro de 2021 e encaminharam à CAPES os dados de execução dos primeiros anos do Programa. Os dados foram analisados por Comitê de especialistas designados para esse fim que, após análise minuciosa do material, recomendaram a renovação dos projetos das 36 IES participantes do Programa.

Os números referentes ao PrInt no ano de 2021 podem ser visualizados a seguir.

Total de Bolsas	Valor pago em R\$	Valor pago em USD	Total de Instituições	Total de Países
1.452	R\$ 71 mi	\$13 mi	728	33

Tabela 9 - Dados referentes ao PrInt em 2021

Fonte: CAPES

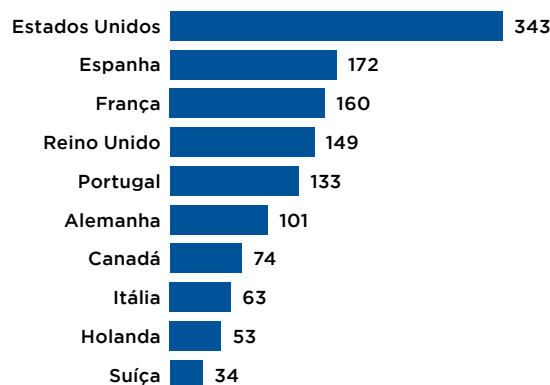


Gráfico 11 - Lista dos 10 países com maior quantidade de bolsas - Programa PrInt no ano de 2021

Fonte: CAPES.



Figura 8: Distribuição de bolsas por país no âmbito do Programas CAPES/PrInt

Fonte: CAPES

Conforme a tabela acima demonstra, em 2021, o PrInt teve 1.452 bolsas ativas no exterior (distribuídos em 728 instituições e 33 países diferentes), totalizando um investimento de R\$ 71 milhões de reais. O país que mais recebeu bolsistas foi os Estados Unidos (343), seguido da Espanha (172) e da França (160).

Além dos 26 países considerados de cooperação efetiva, publicados no Edital 41/2017, outros 51 países foram envolvidos nas atividades de mobilidade, previstos nos Projetos de Cooperação Internacional (PCI) das instituições participantes. Destaca-se que os países de cooperação com as instituições participantes são considerados países estratégicos de cooperação internacional.

A Tabela abaixo mostra as áreas do conhecimento com maior proposição de PCI no âmbito do CAPES-PrInt.

01	Interdisciplinar (17 PCIs)
02	Química (15 PCIs)
03	Economia (14 PCIs)
04	Educação (14 PCIs)
05	Biotecnologia (13 PCIs)
06	Materiais (12 PCIs)
07	Ciência da Computação (11 PCIs)
08	Sociais e Humanidades (11 PCIs)
09	Engenharia Elétrica (10 PCIs)
10	Medicina (10 PCIs)

Tabela 10 - Áreas de Maior Concentração de Projetos de Cooperação Internacional (PCI)
Fonte: Relatórios Parciais Institucionais do CAPES-PrInt

4.3.2 Programas de Cooperação Internacional

Além de fomentar a internacionalização da educação superior por meio do PrInt, a CAPES financia projetos conjuntos de pesquisa e bolsas de estudo no exterior, por meio de programas de cooperação internacional.

Como forma de mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19, que impôs distanciamento social, fechamento de fronteiras e alteração de calendários acadêmicos no Brasil e no exterior, todos os projetos de pesquisa (excetuando-se o PrInt) que iniciaram a vigência em 2019, tiveram prazos de vigência prorrogados.

Com a edição da Portaria nº 223/2021, os projetos poderão ser executados até o dia 31 dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, de acordo com os seguintes parâmetros:

- a) Não serão concedidos aportes adicionais aos projetos que já tenham recebido integralmente os recursos previstos para sua execução;
- b) Para os projetos que ainda não receberam os recursos de AUXPE previstos para o exercício de 2021, a liberação do benefício será avaliada caso a caso. Serão respeitados os valores estabelecidos em edital e nas portarias da CAPES, bem como a disponibilidade orçamentária, estendendo-se, ainda, às bolsas e mobilidades a eles vinculadas e aos editais e programas de fomento à projeto de pesquisa. Entre eles, podemos destacar os seguintes programas: STINT; MATH Amsud; STIC Amsud; Probral; Brafitec; Cofecub; Brafagri, JSPS; NUFFIC; PGCI e Bragecricm/PIPC.

Os programas tradicionais de bolsas de estudos no exterior gerenciados pela CAPES foram continuados e tiveram novas concessões ao longo do ano de 2021. Destaca-se a retomada do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), que por meio do Edital nº 19/2020 selecionou 588 doutorandos que iniciaram as atividades entre setembro e dezembro de 2021.

Ainda em 2021, foram lançados os editais do Programa Leitorado, oriundo de uma parceria com o Ministério das Relações Exteriores - MRE, para seleção de leitores brasileiros para atuarem em

instituições superiores no exterior, do Programa Probral, do Programa Conjunto de Bolsas de Doutorado na República Federal da Alemanha CAPES/DAAD, resultados da parceria com o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) e do Programa de Iniciativa de Pesquisa Colaborativa CAPES/DFG, fruto da parceria com o Deutsche Forschungsgemeinschaft (DFG), com previsão de implementação a partir do 1º semestre de 2022.

Em 2021, lançou-se o edital para seleção de bolsistas no âmbito do Programa Capes-Purdue de Doutorado em Agricultura, iniciativa com a Universidade de Purdue, e do Programa PROPEX-Defesa, com o Ministério da Defesa.

Dando continuidade à retomada das ações previstas no acordo de cooperação com a Comissão Fulbright (Fulbright), em 2021, lançou-se os editais para seleção no âmbito do Programa CAPES-Fulbright de Doutorado Pleno nos Estados Unidos da América e do Programa Master of Fine Arts (MFA) in Screenwriting, com previsão de início das atividades a partir de agosto de 2022.

O Programa Capes-Cofecub, resultado da parceria com o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub), é o programa de cooperação internacional mais antigo da Agência e foi responsável, no ano de 2021, pelo envio ao exterior de 114 bolsistas.

No âmbito dos programas de cooperação internacional, em 2021, foram implementadas 820 bolsas no exterior.

4.3.3 Panorama da Internacionalização

Os números da internacionalização em 2021 são:

- 4.019 bolsistas ativos
 - o 3.418 brasileiros no exterior;
 - o 601 estrangeiros no Brasil;
- Acompanhamento de cerca de 40 mil ex-bolsistas. Dentre os processos, foram realizadas a análise de prestações de contas e a verificação da regularidade dos documentos comprobatórios apresentados pelos bolsistas (revisão processual);
- Análise de 24 propostas de Novação, que consiste na substituição da obrigação de cumprimento do interstício no Brasil, decorrente de benefício de bolsa no exterior, por novas obrigações financeiramente mensuráveis e que correspondam ao investimento feito pelo País em sua formação.
- 48 acordos de cooperação vigentes;
- 40 países parceiros;
- 36 programas em execução;
- Investimento de R\$202,7 milhões em ações de internacionalização.

a) Estrangeiros no Brasil

A CAPES possui programas voltados a realização de estudos em instituições de ensino superior brasileiras por professores e pesquisadores do exterior cuja formação e experiência profissional representem uma contribuição para a internacionalização dos cursos de pós-graduação brasileiros. O gráfico abaixo detalha o número de bolsistas estrangeiros no Brasil, por modalidade de bolsa, e os investimentos realizados ao longo de 2021.

Total de Bolsas	Valor pago em R\$	Valor pago em USD	Total de Instituições	Total de Programas e Acordos
601	R\$ 14 mi	\$2,5 mi	240	6

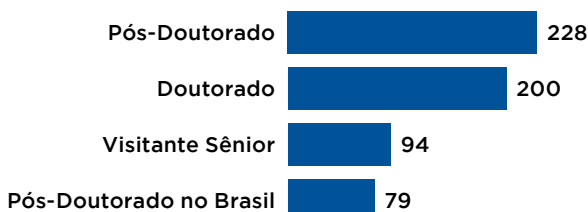


Gráfico 12 - Investimentos e número de bolsistas estrangeiros no Brasil por modalidade de bolsa.
Fonte: CAPES

b) Brasileiros no exterior

A CAPES concede auxílios e bolsas de estudo e pesquisa para estudantes, professores e pesquisadores. Dessa maneira, dá suporte à formação de profissionais para o magistério superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, promovendo, igualmente, a internacionalização da ciência, tecnologia e inovação brasileiras, com o apoio a iniciativas individuais de mobilidade, bem como a cooperação entre grupos e instituições de ensino e pesquisa. O gráfico 13 abaixo detalha o número de bolsistas brasileiros no exterior, por modalidade de bolsa, e os investimentos realizados, e a figura 9 apresenta a dispersão dos bolsistas por país.

Total de Bolsas	Valor pago em R\$	Valor pago em USD	Total de Instituições	Total de Países	Total de Programas e Acordos
3.418	R\$ 152 mi	\$28 mi	1,2 mil	39	33

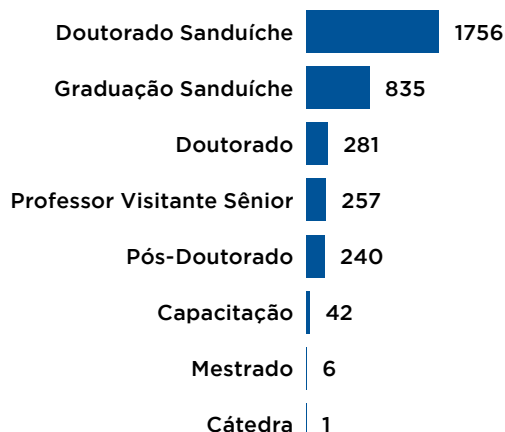


Gráfico 13 - Investimentos e número de bolsistas brasileiros no exterior por modalidade de bolsa
Fonte: CAPES



Figura 9: Distribuição de bolsas por país.
Fonte: CAPES

Já o gráfico abaixo apresenta os dez países com maior número de bolsistas brasileiros.

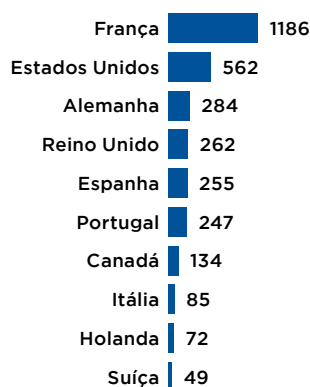


Gráfico 14 - Países de destino com o maior número de bolsistas brasileiros em 2020
Fonte: CAPES

4.3.4 Perspectivas para 2022

Entre as perspectivas para a Internacionalização da pós-graduação brasileira para o ano de 2022 constam quatro principais frentes de trabalho:

- Promover a internacionalização prioritária da pós-graduação stricto sensu brasileira e a produção acadêmico-científica nacional em áreas estratégicas para o país;
- Incrementar a visibilidade e o reconhecimento internacional das instituições de ensino superior brasileiras, o impacto e a relevância da produção acadêmica e a cooperação entre instituições nacionais e instituições de excelência mundial;
- Favorecer a capacidade de inovação e de aproximação entre a pesquisa universitária e os desafios postos pela necessidade do setor produtivo e da sociedade; e
- Impulsionar e consolidar o posicionamento das instituições brasileiras no contexto internacional, constituindo, assim, uma janela de oportunidades que contribui significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Brasil.

Para mais informações acerca das ações de internacionalização da CAPES acesse:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/>

4.4 Fomento à Formação de Professores da Educação Básica

No ano de 2021, o fomento à formação e valorização de profissionais da educação básica permanece como atividade fundamental para a melhoria da qualidade da educação básica brasileira.

Devido a necessidade de atendimento aos objetivos estratégicos da CAPES, às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE 2014 - 2024), e da continuidade das ações institucionais frente à ocorrência da pandemia da Covid-19, inúmeras ações foram implementadas para orientar a evolução dos programas de formação e valorização dos docentes. A seguir estão apresentados os principais resultados obtidos ao longo do ano.

4.4.1 Sistema Universidade Aberta do Brasil

O Programa Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como finalidade precípua expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de Educação Superior no país, por meio da modalidade de Educação a Distância (EaD). Em 2021, o Sistema UAB, contou, em sua composição, com 136 Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) e 969 polos UAB ativos, distribuídos em todas as unidades da

Federação, atendendo ao objetivo de oferecer prioritariamente cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada para professores da Educação Básica. O Programa minimiza o déficit de docentes com formação adequada, aumentando o quantitativo de professores da Educação Básica com nível superior e ampliando a formação em nível de pós-graduação lato sensu, contribuindo assim com as metas 12, 15 e 16 do Plano Nacional de Educação (PNE).

No ano de 2021 foram iniciadas turmas de licenciatura, graduação e pós-graduação lato sensu por 136 IPES, com o ingresso de 30 mil novos alunos. Somando-se os novos ingressantes àqueles ativos de anos anteriores, o Programa UAB totalizou, em 2021, 124 mil estudantes

Os polos do Sistema UAB são mantidos em regime de colaboração com estados e municípios, visando garantir o apoio acadêmico, tecnológico e administrativo às atividades de ensino-aprendizagem. Ao final do ano de 2021, o Sistema UAB, considerando a série histórica, somou 890 polos ativos. No total geral, considerando também polos inativos e polos com as diversas classificações adotadas pela DED/Capes, em dezembro de 2021, o Sistema UAB contava com 969 polos, dos quais: 113 polos encontram-se na região Norte, 308 na região Nordeste, 163 na região Sul, 259 na região Sudeste e 126 na região Centro-Oeste, como observado na Figura 10.

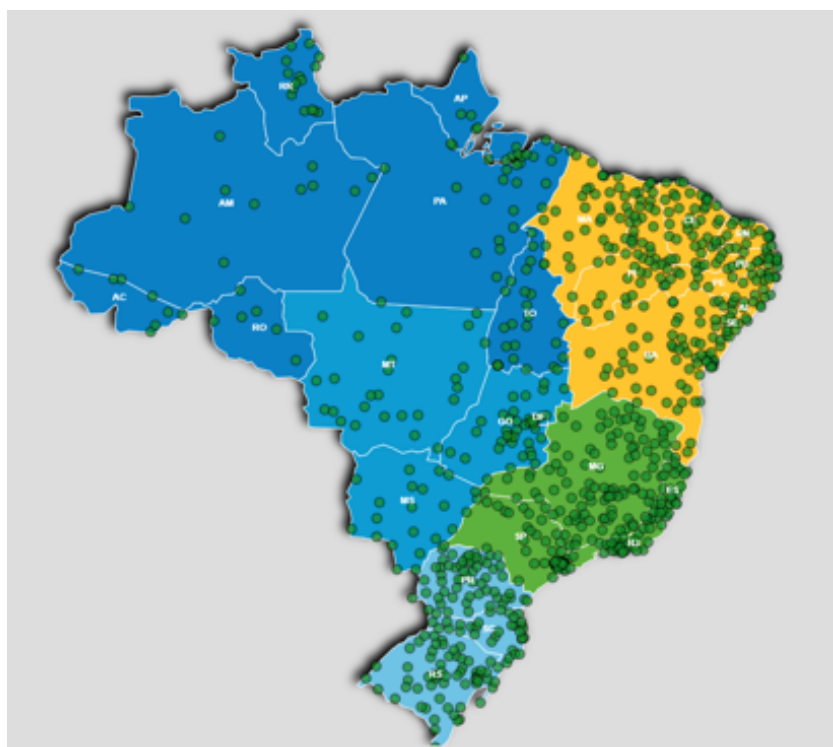


Figura 10 - Polos EaD UAB.
Fonte: SisUAB, 2021.

A tabela 11, a seguir, apresenta os quantitativos totais de Polos EaD UAB, por tipo (associado ou UAB) e por entes federativos mantenedores (estadual, federal, municipal).

Mantenedor	Associado	UAB	Total
Estadual	47	183	230
Federal	107	0	107
Municipal	0	632	632
Total Geral	154	815	969

Tabela 11 - Polos EaD UAB, 2021.
Fonte: SisUAB, 2021.

Importante destacar que mesmo com a continuidade da pandemia da Covid-19 no ano de 2021, a CAPES manteve o custeio dos cursos e pagamento dos bolsistas (11.458 beneficiados, aproximadamente, por mês) aos colaboradores atuantes no Programa Sistema UAB, conseguindo assim viabilizar as últimas ofertas de vagas referentes ao Edital nº 05/2018.

A fim de garantir a continuidade do Programa, também em 2021 foram realizados os procedimentos relativos aos novos editais de ofertas de vagas, cujo lançamento foi previsto para fevereiro de 2021. O novo edital do Sistema UAB, cujas ofertas contemplarão o período de 2022 a 2025, prevê a oferta de 156.120 mil vagas entre graduações (licenciaturas, bacharelados e tecnológicos) e pós-graduações lato sensu.

4.4.2 Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica - ProEB

No âmbito da pós-graduação stricto sensu, os programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica - ProEB - têm por objetivo a formação continuada stricto sensu dos professores em exercício nas redes públicas de educação básica em todo o território nacional. A CAPES apoia essa iniciativa mediante a concessão de bolsas para até 30% dos professores de cada Programa de Mestrado Profissional e por meio de recursos para custeio das atividades acadêmicas.

Em 2021, os onze programas do ProEB mantiveram suas atividades nas áreas de Matemática (ProfMat), Física (MNPEF), Letras (ProfLetras), História (ProfHistória), Biologia (ProfBio), Química (ProfQui), Filosofia (ProfFilo), Educação Física (ProEF), Sociologia (ProfSocio), Inclusão (Profei). Ainda no mesmo período, foram autorizadas 2.620 novas vagas para o ingresso imediato e 5.186 vagas para o ingresso nos cursos do PROEB no primeiro semestre de 2022.

4.4.3 Cursos Gratuitos On-Line

Outra vertente da formação de professores da Educação Básica é a dos cursos gratuitos online oferecidos pela CAPES.

Em 15 de outubro de 2020, Dia do Professor, foi lançada a oferta de 300 mil vagas para professores da educação básica e alunos de licenciatura a serem ocupadas entre os anos de 2020 e 2022, em uma parceria entre a CAPES e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Esses cursos visam apoiar os professores no processo de adaptação ao uso das ferramentas digitais com abordagens de temas voltados para o ensino mediado por tecnologias, considerando as novas tendências educacionais.

Os cursos de capacitação: Como Produzir Vídeo Aulas; Mediação em EAD; Desenho Didático para o Ensino Online; Multimeios em Educação e Psicologia na Educação e as capacitações iniciaram entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021. Ainda neste ano de 2021 foi também lançado o curso Formação para a Docência Digital em Rede, resultado da parceria entre UEMA, Capes e a Universidade Aberta de Portugal.

Os seis cursos mencionados já somaram, juntos, 135.507 matrículas preenchidas até dezembro de 2021, conforme representado no gráfico 15, abaixo.

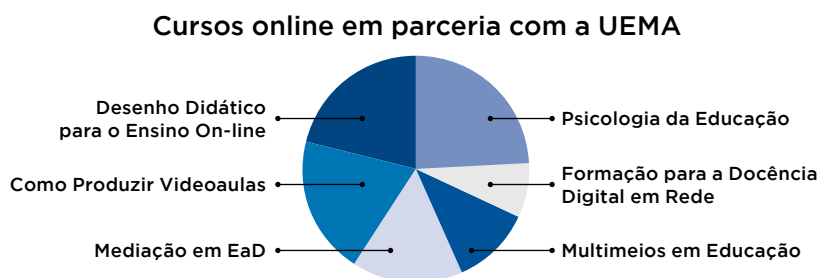


Gráfico 15 - Cursos online em parceria com a UEMA
Fonte: Plataforma Eskada, 2021.

Para 2022 estão previstas mais 20 mil vagas para o curso “Docência Online”, em parceria com a Universidade Aberta de Portugal.

Em parceria com a Secretaria de Alfabetização do MEC (SEALF), a CAPES apoiou o desenvolvimento de cursos para a qualificação e capacitação de professores nas áreas de Língua Portuguesa e Alfabetização. Assim, foram desenvolvidos e lançados os cursos de:

- a) Práticas de Produção de Texto para a qualificação de professores do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com 40 mil vagas.
- b) Alfabetização Baseada na Ciência (Curso ABC), para professores alfabetizadores e estudantes de licenciatura. A iniciativa é parte do “Tempo de Aprender”, Programa gerido pelo MEC e viabilizada graças à cooperação entre a CAPES, a Secretaria de Alfabetização (Sealf) do MEC, a Universidade do Porto (UP), o Instituto Politécnico do Porto (IPP) e a Universidade Aberta de Portugal (UAb).

Nas iniciativas mencionadas, “Alfabetização Baseada na Ciência (ABC)” e “Práticas de Produção de Texto”, registaram-se, até dezembro de 2021, 222 mil e 86 mil cursistas ativos, respectivamente.

Para 2022, será lançado novo edital para selecionar 100 professores que realizarão o curso ABC, presencialmente, na Universidade do Porto e no Instituto Politécnico do Porto, em Portugal. Esses professores serão multiplicadores de novas formações a serem realizadas no Brasil.

4.4.4 Programas de Formação Inicial à Docência da Educação Básica - PIBID e Residência Pedagógica

O Programa Institucional de bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) proporciona aos discentes que estão na primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por IES em parceria com as redes de ensino.

No ano de 2021 seguiram vigentes os projetos selecionados no âmbito do Edital PIBID nº 2/2020, que disponibilizou 30.096 cotas de bolsas de iniciação à docência (discentes), além de cotas de bolsas para os professores das escolas de educação básica, supervisores, e para os professores das IES, coordenadores de área e institucional, para o desenvolvimento de projetos institucionais. O edital destinou em torno de 60% das vagas para as áreas de formação consideradas prioritárias (Alfabetização, Biologia, Ciências, Física, Língua Portuguesa, Matemática e Química).

Até dezembro de 2021, foram beneficiados 35.234 estudantes de licenciatura com bolsas de iniciação à docência. Para a composição dos núcleos de iniciação à docência, foram contemplados com bolsa 4.190 professores das escolas de educação básica, 1.608 professores das IES e 258 coordenadores institucionais. Os projetos em desenvolvimento atenderam 3.039 escolas públicas de educação básica, situadas em 711 municípios.

O Programa de Residência Pedagógica tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica a partir da segunda metade de seu curso. Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da sua Instituição Formadora.

No ano de 2021, seguiram vigentes os projetos selecionados no âmbito do Edital RP nº 1/2020, que disponibilizou 30.096 cotas de bolsa na modalidade de residente, além de cotas de bolsas para os professores das escolas de educação básica, que atuam no programa como preceptores, e para os professores das IES, que atuam como docentes orientadores e coordenadores institucionais. Assim como no PIBID, o edital do Programa Residência Pedagógica também destinou em torno de 60% das vagas para as áreas de formação consideradas prioritárias (Alfabetização, Biologia, Ciências, Física, Língua Portuguesa, Matemática e Química).

Até dezembro de 2021, foram beneficiados 35.433 estudantes de licenciatura que atuaram no programa como residentes. Para a composição dos núcleos de residência pedagógica, foram contemplados com bolsa 4.173 professores das escolas de educação básica, 1.457 professores das IES e 267 coordenadores institucionais. Os projetos em desenvolvimento atenderam 2.875 escolas públicas de educação básica, situadas em 656 municípios.

4.4.5 Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR

O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) é uma ação da CAPES que visa contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de educação básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam. O fomento oferecido às IES participantes consiste na concessão de recursos de custeio e de bolsas para docentes desenvolverem atividades de formação e de gestão dos cursos.

Por meio deste programa, pretende-se fomentar a oferta de cursos de licenciatura cujas propostas pedagógicas atendam às especificidades da formação inicial de professores em serviço; oferecer aos professores da rede pública de educação básica oportunidade de acesso à formação específica de nível superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam; e estimular a aproximação entre a educação superior e a educação básica, tendo a escola onde o professor trabalha como espaço privilegiado de formação e de pesquisa.

Em 2021, o programa atendeu a 8.447 professores cursistas, matriculados em 226 turmas especiais, sediadas em 128 municípios de todo o Brasil.



Figura 11 - Municípios com turmas do Parfor por Região do Brasil
Fonte: CAPES

A fim de garantir a continuidade do Parfor, também em 2021 foram realizados os procedimentos relativos ao novo edital de ofertas de vagas, cujo lançamento foi previsto para fevereiro de 2021. O novo edital do Parfor, cujas ofertas contemplarão o período de 2022 a 2025, prevê a oferta de 12 mil vagas em cursos de licenciatura destinadas aos docentes em exercício na Educação Básica.

4.4.6 Perspectivas para 2022

Para 2022, as expectativas no âmbito da formação de profissionais da Educação Básica, são:

- a) Abertura de novos editais de seleção de ofertas do Sistema UAB, Parfor, Pibid, Residência Pedagógica e dos programas integrantes do ProEB.
- b) Lançamento do edital de disseminação de objetos educacionais com vistas ao incentivo à inovação pedagógica, por meio da disseminação de ferramentas ou soluções tecnológicas para utilização na educação básica e, assim, promover a melhoria da qualidade do ensino por meio de métodos e práticas de ensino e aprendizagem inovadores;
- c) Lançamento do Edital do Projeto Alfabetização Baseada na Ciência - ABC, realizado em parceria com a Secretaria de Alfabetização do MEC, para a formação presencial de 100 professores alfabetizadores na Universidade do Porto e no Instituto Politécnico do Porto. Esses profissionais se tornarão multiplicadores do conhecimento em suas respectivas redes de ensino, após o retorno ao Brasil;
- d) Consolidando o caráter estratégico e oportuno da Educação à Distância, no que se refere à democratização do acesso à educação de qualidade para o ano de 2021, prevê-se a continuidade e o aperfeiçoamento da ação de ampliação dos cursos online disponibilizados pela CAPES.

Para mais informações acerca das ações da CAPES voltadas para a formação de professores da educação básica e à distância, acesse:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica> e

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia>

4.5 Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas da CAPES é regida pela Portaria GAB nº 210 de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a consolidação das normas de gestão interna.

O detalhamento da força de trabalho da CAPES, considerando a situação funcional de todos os servidores e estagiários em 31 de dezembro de 2021, está apresentado nos gráficos abaixo:

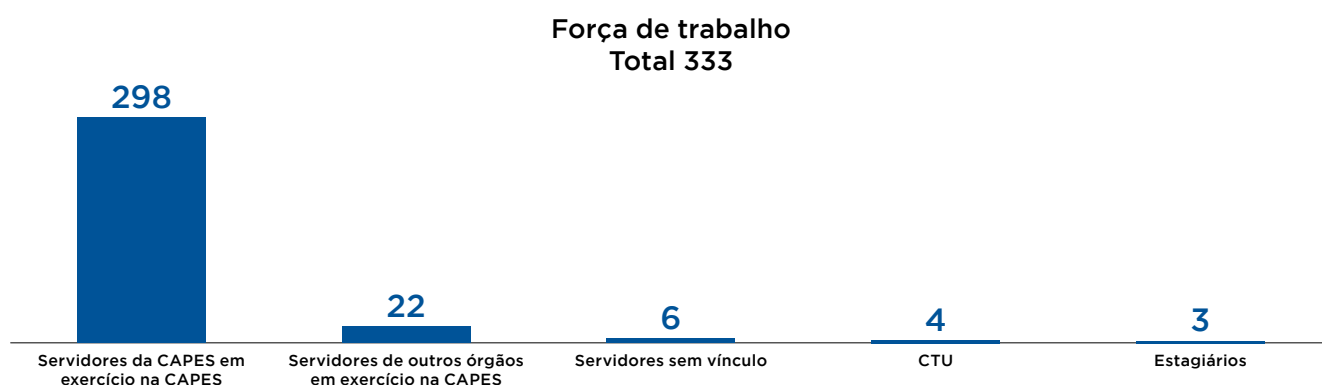


Gráfico 16 - Detalhamento da força de trabalho da CAPES
Fonte: CAPES

Detalhamento de servidores de outros órgãos/entidades lotados na CAPES Total 22

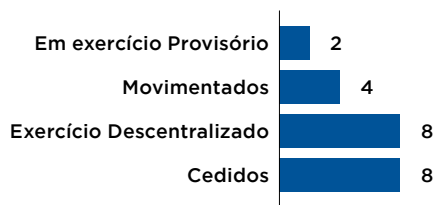


Gráfico 17 - Detalhamento de servidores de outros órgãos/entidades lotados na CAPES
Fonte: CAPES

Servidores efetivos da CAPES Total 347

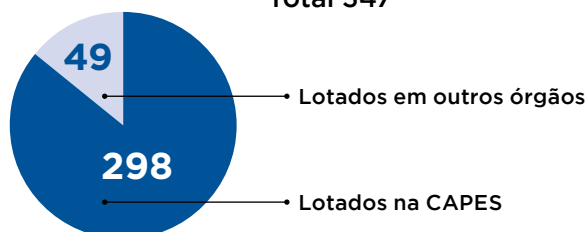


Gráfico 18 - Número de servidores efetivos da CAPES lotados na CAPES e em outros órgãos/entidades
Fonte: CAPES

Detalhamento de servidores da CAPES lotados em outros órgãos/entidades Total 49

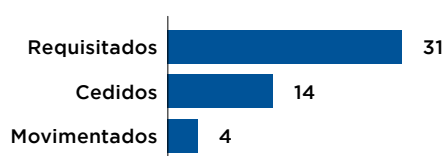


Gráfico 19 - Detalhamento de servidores da CAPES lotados em outros órgãos/entidades.
Fonte: CAPES

Distribuição de servidores e estagiários por gênero

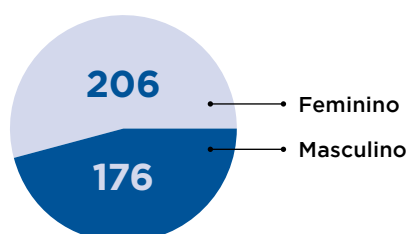


Gráfico 20 - Distribuição de servidores e estagiários por gênero, considerando a força de trabalho na CAPES (333 servidores e estagiários) e os servidores da CAPES lotados em outros órgãos/entidades (49).
Fonte: CAPES

Distribuição de servidores por cargo na carreira



Gráfico 21 - Distribuição de servidores por cargo na carreira
Fonte: CAPES

Com relação a alocação dessa força de trabalho, a CAPES esforça-se para unir a vontade do servidor com a necessidade no setor pretendido, de forma a atender aos interesses do servidor e da administração pública. Ressalta-se, por oportuno, que o último concurso da CAPES foi realizado no ano de 2012 e que não houve novos provimentos de cargos efetivos em 2021.

4.5.1 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

Avaliação de Desempenho dos servidores da CAPES é realizada segundo as diretrizes do Decreto 7.133/2010 e Portaria nº 210, de 30 de dezembro de 2020, com critérios e procedimentos gerais observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional, e consequente definição da Gratificação de Desempenho de Atividade de C&T - GDACT.

A avaliação final é o resultado do somatório das avaliações da chefia, da autoavaliação e da avaliação entre pares, realizadas por meio do Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH. Entre os itens avaliados encontram-se: fatores de produtividade, conhecimento de métodos e técnicas, cumprimento de normas, trabalho em equipe e comprometimento.

São analisadas, também, as metas de desempenho individual, acordadas entre o servidor, a chefia e a equipe de trabalho, definidas por critérios objetivos que compõem o plano de trabalho de cada unidade de lotação. A periodicidade é anual e, a partir da composição das pontuações, são definidos os valores da GDACT.

4.5.2 Capacitação de Servidores

Seguindo a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal - PNPD, Decreto nº 9.991 de 28 de agosto de 2019, e o Plano Institucional de Desenvolvimento de Pessoas - PIDP, Portaria nº 210 de 30 de dezembro de 2020, foram promovidas ações de capacitação que ocorreram por meio do apoio à participação em Eventos (Congresso, Seminário, Encontro, Fórum e Workshop), cursos de curta duração, graduação, pós-graduação lato sensu e pós-graduação stricto sensu.

Em virtude da situação de emergência no País, as participações de servidores em treinamentos, congressos e eventos presenciais permaneceram suspensas, observando-se um aumento na demanda de ações de capacitação à distância em relação ao ano anterior.

Considerando as orientações da IN nº 201/2019, não foram autorizadas ações de capacitação por meio de reembolso ao servidor. Entretanto, foram mantidos os reembolsos de cursos de Pós-graduação e Graduação autorizados antes da vigência do Decreto nº 9.991/2019 de forma a não prejudicar as capacitações em andamento.

Para atender à demanda de solicitações de apoio para realização de cursos de idioma e cursos de pós-graduação stricto sensu e Lato sensu, ao final do segundo semestre, a CAPES formalizou parcerias com instituições de ensino, com início das atividades previstas para 2022.

O gráfico abaixo apresenta o investimento em capacitações realizadas em 2021, por finalidade.

Capacitações

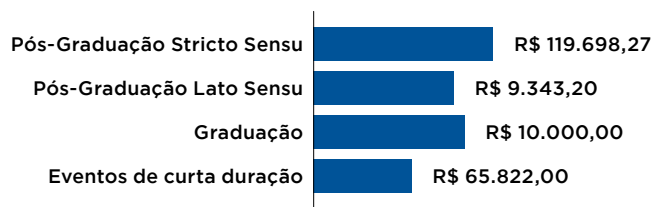


Gráfico 22 - Investimentos em capacitação de servidores.
Fonte: CAPES

O gráfico abaixo apresenta o investimento em parcerias firmadas com instituição de ensino e cujas atividades terão início em 2022:

Capacitações com início em 2022

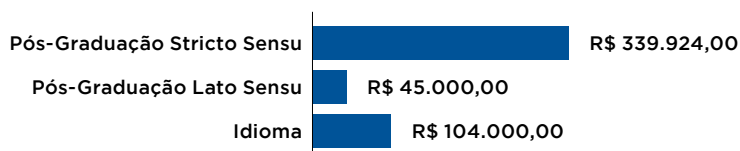


Gráfico 23 - Investimentos em capacitação de servidores.
Fonte: CAPES

Ressaltamos que as capacitações promovidas contribuíram para o alcance dos resultados da Capes em 2021, tais como: Curso de Língua Portuguesa e Redação Oficial; Curso de Gestão de Riscos no Setor Público; Curso de Termo de Execução Descentralizada - TED; Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e Qualidade no Atendimento Aplicada ao Serviço Público.

Por fim, vale ressaltar que o trabalho remoto imposto pela Covid-19 foi realizado na CAPES de forma a assegurar e preservar o funcionamento das atividades de dos serviços considerados essenciais e estratégicos. Dessa forma, o trabalho remoto foi utilizado com razoabilidade, o que permitiu assegurar a continuidade da prestação do serviço público.

4.6 Gestão de Licitações e Contratos

4.6.1 Conformidade legal

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
- Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012;
- Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013;
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018;
- Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
- Instrução Normativa nº 1/2010;

- Instrução Normativa nº 5/2017;
- Instrução Normativa nº 1/2019 - PAC;
- Instrução Normativa nº 1/2019 - TIC;
- Instrução Normativa nº 73/2020;
- Instrução Normativa nº 40/2020;
- Instrução Normativa nº 65/2021;
- Instrução Normativa nº 67/2021.

4.6.2 Cenário Geral das Contratações

A CAPES finalizou no ano de 2021 com um total de 58 processos licitatórios, nas seguintes modalidades:

Classificação por Modalidade de Contratação			
#	Modalidade	Processos finalizados	%
4.8.2.1	Pregão Eletrônico	15	25,86%
4.8.2.2	Adesão à ARP	01	1,72%
4.8.2.3	Dispensas/Cotações (CSUP)	19	32,76%
4.8.2.4	Dispensas/Cotações (CGGP)	16	27,59%
4.8.2.5	Inexigibilidade de Licitação	07	12,07%

Tabela 12 - Processos de contratação por modalidade
Fonte: CAPES

Processos de contratação - por modalidade - finalizados 2021

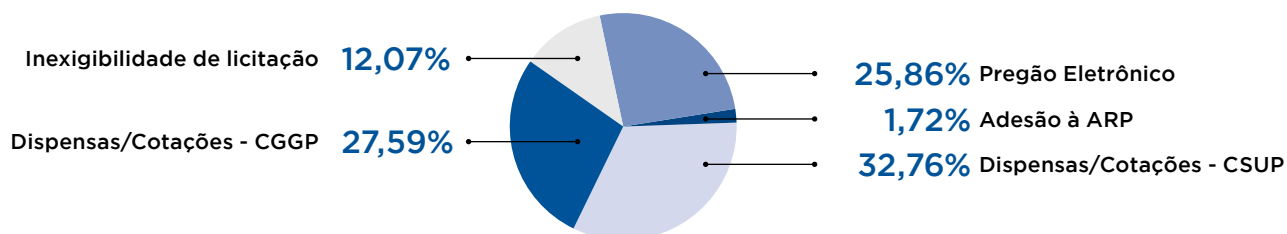


Gráfico 24 - Processos de contratações por modalidade
Fonte: CAPES

4.6.3 Classificação por UASG e Modalidades

UASG 154003	
MODALIDADE	VALORES (R\$)
Pregões Eletrônicos	R\$ 9.256.032,04
Adesão à ARP	R\$ 248.301,60
Dispensas	R\$ 282.040,91
Inexigibilidades	R\$ 402.515,20
TOTAL	R\$ 10.188.889,75

UASG 154004	
MODALIDADE	VALORES *
Inexigibilidade	US\$ 9.874.391,01 X R\$ 5,5799 = R\$ 55.098.114,40
TOTAL	R\$ 55.098.114,40

(*) Valor convertido no câmbio do dólar do dia 31/12/2021

Tabela 13- Licitações por modalidade
Fonte: CAPES

4.6.4 Detalhamento das Despesas Administrativas

A tabela abaixo detalha as principais despesas administrativas da CAPES:

Despesas Administrativas	
Locação de Imóveis - Edifício-Sede da CAPES	R\$ 11.717.474,64
Locação de Imóveis - Edifício Rádio Center	R\$ 675.921,46
Subtotal com Locação de Imóveis	R\$ 12.393.396,10
Energia	R\$ 1.641.473,63
Água - CAESB	R\$ 231.190,24
Subtotal serviços Energia e Água	R\$ 1.872.663,87
Apoio Administrativo	R\$ 25.545.724,19
Secretariado	R\$ 5.107.056,63
Recepção	R\$ 839.833,93
Copeira, Garçom e Motorista	R\$ 1.329.689,75
Subtotal Apoio Técnico Administrativo	R\$ 32.822.304,50
Telefonia	R\$ 42.168,54
Subtotal Telefonia	R\$ 42.168,54
Vigilância	R\$ 3.020.433,48
Brigada contra incêndio	R\$ 2.881.320,46
Limpeza	R\$ 1.741.548,76
Infraestrutura predial (manutenção/divisória/dedetização/seguro/IPTU)	R\$ 2.912.438,86
Despesas com veículos (combustível/manutenção/seguro/licenciamento)	R\$ 59.581,96
Máquinas de bebidas quentes	R\$ 121.600,00
Outras despesas (coleta seletiva/material de expediente/outros)	R\$ 281.693,07
Subtotal Infraestrutura Predial	R\$ 11.018.616,59
Diárias	R\$ 35.949,70
Passagens aéreas	R\$ 61.326,73
Subtotal Diárias e Passagens	R\$ 97.276,43
Serviços de comunicação	R\$ 3.139.855,75
Subtotal de Serviços de comunicação	R\$ 3.139.855,75
Outros contratos (correios/eventos/estenotipia/tradução/outros)	R\$ 330.670,99
Subtotal Correios e outros contratos	R\$ 330.670,99
Participações em cursos	R\$ 11.335,00
Indenizações	R\$ 104.420,82
PIS/PASEP	R\$ 606.455,98
Subtotal de despesas com indenizações e PIS/PASEP	R\$ 722.211,80

Tabela 14 - Principais Despesas Administrativas
Fonte: CAPES

A CAPES possui diversos contratos imprescindíveis ao bom funcionamento da instituição e visam, principalmente, a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas.

Os principais contratos administrativos, necessários para a execução das atividades da CAPES, no período são:

- a) contrato de locação do Edifício-Sede da CAPES: essencial em razão da infraestrutura adequada

oferecida no prédio para comportar todos os servidores, prestadores de serviços, coordenadores de área das universidades e visitantes, além de espaço para realização de reuniões, como as avaliações dos cursos de pós-graduação do país, seminários, palestras, entre outros;

b) contrato de energia elétrica: para prestação e utilização do serviço público de energia elétrica;

c) contrato de água: para prestação e utilização do serviço público de abastecimento de água, esgotamento sanitário e outros serviços para as dependências da CAPES;

d) contrato de manutenção predial: essencial para a segurança das pessoas e preservação do ambiente de trabalho. Prevê a execução da manutenção preventiva, preditiva e corretiva do prédio nos sistemas elétrico, lógico, hidrossanitário, de proteção contra descargas atmosféricas, climatização, de detecção alarme e combate a incêndio, de automação, grupo gerador, nobreaks, pressurização de escadas de incêndio, portas automáticas e portão eletrônico da garagem;

e) contrato de apoio administrativo: fundamental à prestação dos serviços terceirizados de auxiliares administrativos;

f) contrato de secretariado com serviços continuados de técnico em secretariado e secretariado executivo para atender às necessidades da CAPES;

g) contrato de vigilância: pela necessidade de garantir a segurança das pessoas e do patrimônio público, suprimindo as necessidades essenciais e o perfeito funcionamento da CAPES;

h) contrato de brigada: para execução das atividades de prevenção e combate a incêndio, controle de pânico e primeiros socorros, com fornecimento dos materiais necessários ao funcionamento eficiente e correto do serviço;

i) contrato de limpeza: fundamental para a prestação de serviços de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis, higienização de arquivo permanente, jardinagem e lavagem de veículos, bem como higienização de carpete, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários à sua execução.

4.6.5 Principais desafios e ações futuras na gestão de licitações e contratos

A gestão de licitação e contratos da CAPES no ano de 2021 manteve sua atuação pautada nos princípios de isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, celeridade, economicidade, eficiência, transparência, proficiência e sustentabilidade. Os principais desafios enfrentados no ano foram:

a) apesar de ter sido lançado o Comprasnet Contratos pelo Governo Federal, a ferramenta ainda não é suficiente para o controle eficiente da gestão e da fiscalização nos contratos administrativos;

b) sistemas de informações não integrados, dificultaram o gerenciamento das informações nas licitações e na gestão de contratos;

c) falta de servidores para atuar na gestão e fiscalização dos contratos administrativos;

d) restrição orçamentária e aumento do dólar causaram impacto nas contratações do Portal de Periódicos;

e) dificuldade nas negociações das contratações do Portal de Periódicos baseadas nas premissas estabelecidas pela CAPES;

f) ausência de um plano de contratação mais claro e objetivo com relação aos prazos/tempo em que os processos deverão ser enviados à área de licitação, para não correr o risco de descontinuidade dos serviços já prestados;

g) ausência de processos de governança e gestão de riscos que subsidie as unidades contratantes no planejamento das contratações.

Para mitigar os desafios supracitados, a CAPES realiza as seguintes ações:

- a) acompanhar os contratos por meio de outras ferramentas, tais como: SEI e planilhas em Excel;
- b) fazer o levantamento das principais dificuldades nas contratações internacionais e propor soluções que viabilize tais contratações de maneira mais célere;
- c) otimizar a capacidade de atendimento às demandas e promover a eficiência nas contratações;
- d) elaborar e seguir o calendário de licitações, estabelecido a partir do Plano Anual de Contratações 2022, para um maior controle e previsibilidade de gestão;
- e) realizar contratações de forma planejada, eficiente, eficaz e efetiva;
- f) mapear e alinhar os processos da área de licitações e contratos da CAPES

4.7 Gestão Patrimonial e Infraestrutura

4.7.1 Conformidade Legal

- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013;
- Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018;
- Decreto 10.779, de 25 de agosto de 2021;
- Instrução Normativa nº 205, de 8 de abril de 1988;
- Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017;
- Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020;
- Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021.

4.7.2 Aquisições gerais no ano de 2021

- a) equipamentos de áudio e vídeo para a renovação de equipamentos das salas de reunião e auditórios, no valor de R\$ 51.730,21.
- b) webcams para a utilização dos servidores em home office, no valor de R\$ 25.642,68.
- c) equipamentos de TIC: a aquisição de notebooks e estações de vídeo conferência para a melhoria dos equipamentos de infraestrutura de informática para a Presidência da CAPES, no valor de R\$ 16.743,28.

4.7.3 Aquisições realizadas para prevenção da pandemia (COVID-19)

- a) termômetros digitais modelo K3 para controle de temperatura a distância, sem contato físico, no valor de R\$ 4.390,40.
- b) contratação de serviços de laboratório de análises clínicas para aplicação de exames RT - PCR, para detecção da Covid-19, no valor de R\$ 144.600,00.

4.7.4 Locação de imóveis

LOCAÇÃO	VALORES MENSAIS
Edifício-Sede da CAPES	976.456,22
Edifício Rádio Center - Arquivo Central	39.622,97

Tabela 15 - Valores de locações de imóveis
Fonte: CAPES

4.7.5 Sustentabilidade Ambiental

Nas contratações de serviços e aquisições de bens a CAPES exige o disposto na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) e no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República, com objetivo de promover práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável, com focos principais na:

- a) otimização na utilização dos recursos materiais;
- b) redução de desperdícios;
- d) racionalização no consumo de energia elétrica; e
- e) destinação adequada dos resíduos.

Os editais para aquisições de bens e contratação de obras e serviços preveem os critérios de sustentabilidade conforme modelos disponibilizados pela AGU, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012 da Casa Civil da Presidência da República, no que couber.

Desde 2018, a CAPES adota assinaturas eletrônicas de jornais e revistas.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Em virtude da Lei Distrital nº 5.610, de 18 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos a CAPES adotou as seguintes ações:

- criação de um espaço para a separação adequada dos resíduos,
- encaminhamento do material reciclável a uma cooperativa de catadores; e
- separação da borra e café para utilização no preparo de adubo para uso nos jardins.

As ações para redução do consumo dos recursos naturais continuam sendo efetuadas e incentivadas para que o uso seja cada dia mais conscientes. Foram adotadas algumas rotinas para gerar economia de consumo, tais como:

Energia Elétrica:

- instalação de interruptores em todas as salas para desligamento individual;
- substituição gradativa das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED;
- desligamento diário do ar-condicionado entre 17h e 19h, a depender da estação do ano; e
- desligamento diário de energia nos andares às 20 horas.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos ao consumo de energia elétrica nos últimos quatro anos:

Energia Elétrica				
	2018	2019	2020	2021
KWh	2.234.783	2.061.100	1.941.899	1.995.500
Diferença	- 219.625	- 173.683	- 119.201	+ 53.601
%	- 8,95%	- 7,77%	- 5,78%	+ 2,76%

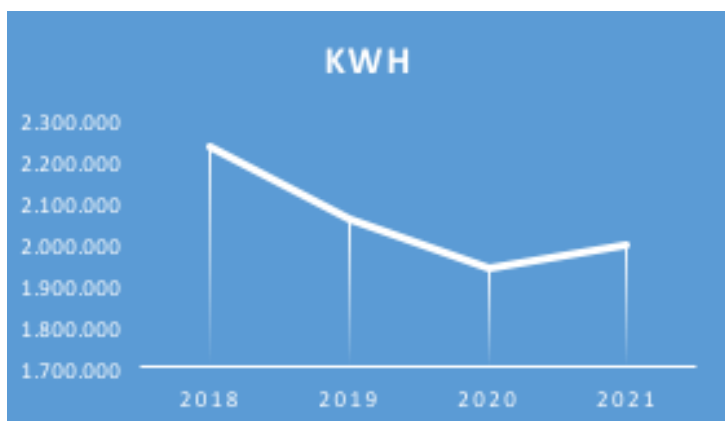


Gráfico 25 - histórico de consumo de energia elétrica
Fonte: CAPES

Água:

- desligamento diário da água nos andares a partir das 22h;
- desligamento da água no final de semana, de sexta-feira às 22h até segunda-feira às 7 horas; e
- manutenção preventiva para evitar desperdício tanto em sanitários como nas torneiras de pressão automática.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos ao consumo de água nos últimos quatro anos:

Água (Caesb)				
	2018	2019	2020	2021
m3	13.712	15.041	9.185	7.881
Diferença	- 9.511	+ 1.329	- 5.856	- 1.304
%	-41%	+ 9,69%	- 38,93%	- 14,20%

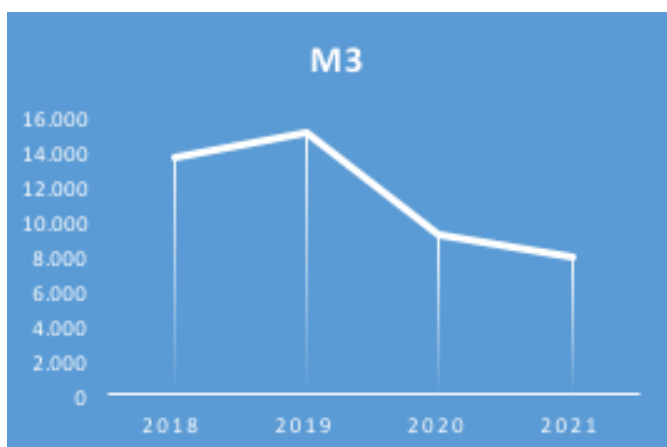


Gráfico 26 - histórico de consumo de energia água
Fonte: CAPES

Redução de resíduos poluentes:

Em atendimento à Lei Distrital nº 4.154, de 11 de junho de 2008, em defesa do meio ambiente e da saúde pública, a coleta e o descarte de pilhas, baterias, material eletrônico e lâmpadas fluorescentes são realizados em recipientes adequados para destinação específica.

4.8 Gestão De Tecnologia da Informação

A CAPES compactua com as boas práticas de Governança e Gestão de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), com ênfase nos aspectos de qualidade, integração e aderência às políticas, padrões e regulamentos, e às necessidades institucionais. Nos últimos anos, a adoção do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), auxiliou na implementação de medidas efetivas para que toda a atividade de TIC executada, sua gestão e governança, bem como as aquisições e execução de contratos, sigam rigorosamente as normas estabelecidas.

O SISP propõe que a implantação ou o aperfeiçoamento da Governança de TIC seja realizado de acordo com as seguintes etapas:

- 1) Diagnóstico: análise da situação atual da Governança de TIC no órgão;
- 2) Planejamento: definição do estado almejado e planejamento das mudanças necessárias;
- 3) Execução: implementação das mudanças e dos aprimoramentos;
- 4) Operação e medição: operação com os aprimoramentos incorporados, medição da sua eficiência e eficácia; e
- 5) Avaliação: verificação do sucesso do plano/ciclo, promovendo a melhoria contínua por meio de um novo ciclo.

Em face das cinco etapas do método de aperfeiçoamento da Governança de TIC do SISP, em 2021 foram realizadas as etapas de “Execução”, “Operação” e “Avaliação”, precedidas pelas etapas de “Diagnóstico” e “Planejamento”, realizadas em 2020.

O “Diagnóstico” tomou por base os seguintes temas: Adequação à LGPD, Gestão de Riscos de TIC, Questionários IGOV-TI (TCU), Ações de Controle, Segurança da Informação e Comunicação - SIC, Contratações de TIC e Governança no âmbito do SISP. Foram realizados levantamentos de informações, consolidação e a elaboração de um relatório de conformidade, que se encontra em fase de revisão.

O “Planejamento” consistiu na estruturação do Projeto de Ampliação da Governança e Compliance de TIC na CAPES.

A “Execução” do Projeto de Ampliação da Governança e Compliance de TIC na CAPES foi realizada com sucesso e as melhorias do Projeto foram, gradativamente, entrando em “Operação”, com os aprimoramentos incorporados e medição da sua eficiência e eficácia.

Por fim, realizou-se a “Avaliação” de todo o ciclo de aprimoramento da Governança de TIC, mediante um segundo diagnóstico. O relatório com os resultados do projeto estará disponível em breve.

4.8.1 Direcionamento, Monitoramento e Avaliação da TIC

São tarefas primordiais da Governança de TIC: direcionar, monitorar e avaliar a TIC. Nesse sentido, foram implementados, em 2020 e 2021, mecanismos para possibilitar a execução dessas tarefas.

O Direcionamento compreende principalmente as seguintes práticas de Governança de TIC: especificação dos direitos decisórios sobre TIC; Comitês de TIC; Riscos de TIC; Portfólio de TIC; e alinhamento estratégico. Diante disso, em linhas gerais, no ano de 2021 foram realizadas as seguintes evoluções na Governança de TIC da CAPES:

- a) Comitês de TIC: Elaboração do Regimento Interno do Comitê de Governança Digital – CGD e registro, em ata, das decisões desse Colegiado;
- b) Portfólio de TIC: estabelecimento de mecanismo formal para a seleção de investimentos em TIC, com critérios claros e objetivos para a priorização dos projetos de TIC (PDTIC 2020-2023 versão 2.0) e parametrização de ferramenta apropriada para gestão de projetos, com visões e painéis estratégicos, que viabilizarão os dados necessários para a emissão de relatórios (GIP);
- c) Alinhamento Estratégico: Alinhamento das estratégias de TIC com o Plano Estratégico Institucional – PEI e a Estratégia de Governo Digital – EGD (PDTIC 2020-2023 versão 2.0); e

d) Mapeamento do Processo de Acompanhamento do PDTIC.

Ainda no tocante às grandes funções da Governança de TIC, agora especificamente quanto ao Monitoramento, destaca-se que ele abrange especialmente as atividades de conformidade do ambiente de TIC e o monitoramento do desempenho da TIC. Em resumo, no ano de 2021 foram realizadas as seguintes evoluções na Governança de TIC da CAPES no tocante ao Monitoramento:

- a) reuniões periódicas de monitoramento das ações e projetos de TIC, registradas e formalizadas em processo administrativo;
- b) diagnóstico de conformidade;
- c) implantação de ferramenta para gestão de projetos e portfólio;
- d) elaboração das primeiras versões dos relatórios de conformidade de TIC;
- e) estabelecimento de indicadores e metas para os objetivos de TIC, previstos no PDTIC 2020-2023; e
- f) monitoramento mensal de ações e indicadores do PDTIC 2020-2023.

Na Avaliação deve-se implantar um Sistema de Comunicação e Transparência; além das práticas de envolvimento da alta administração com iniciativas de TIC; e avaliação do uso de TIC. Em 2021 foram realizadas as seguintes evoluções na Governança de TIC da CAPES no tocante à Avaliação:

- a) monitoramento e atualização do Plano de Dados Abertos (PDA) - DTI apoia a Presidência da CAPES;
- b) implantação de prática de reunião geral para integração e comunicação interna da DTI;
- c) elaboração de Plano de Comunicação de TIC; e
- d) execução do Plano de Comunicação de TIC.

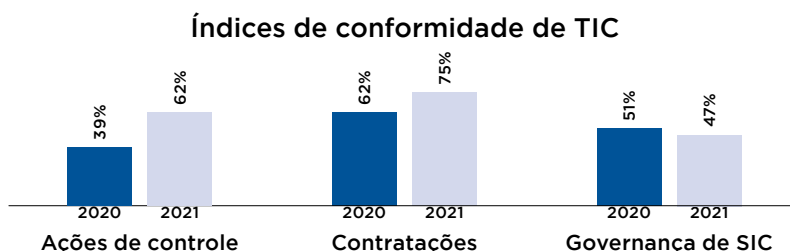
4.8.2 Segurança da Informação e Comunicação – SIC e Proteção De Dados Pessoais

Em 2021, ocorreu empenho na conscientização dos usuários quanto à importância de entender e aplicar práticas de SIC, tendo sido implementadas as seguintes ações:

- a) boletim de segurança da informação, contendo dicas e informações úteis sobre SIC para toda a CAPES;
- b) campanhas anti-phishing e anti-spam; e
- c) 1ª Semana de SIC da CAPES.

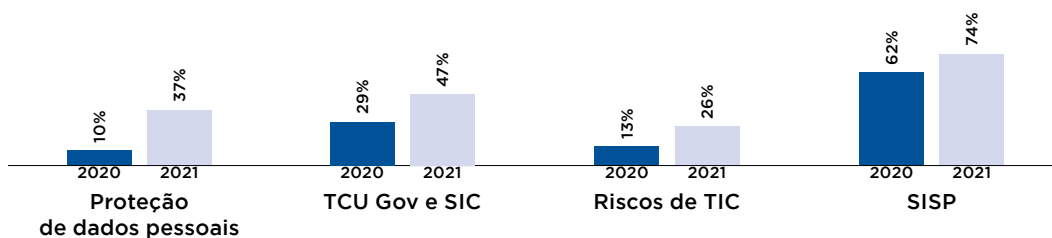
Ainda, ocorrerão ações de conscientização dos usuários quanto à importância do tema proteção de dados pessoais. Além disso, foi desenvolvido um sistema para coleta de informações sobre dados pessoais, de forma colaborativa (nas unidades da CAPES), com o objetivo de elaborar o inventário de dados pessoais de maneira facilitada.

Quanto aos índices de conformidade com governança de TIC, foram apurados os seguintes diagnósticos em 2020 e 2021:



Fonte: CAPES

Índices de conformidade de TIC



Fonte: CAPES

4.8.3 Resultados do PDTIC 2020-2023 no ano de 2021

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da CAPES foi publicado em 2020 e baliza as regras para a compra de equipamentos, desenvolvimento de softwares e manutenção de sistemas de informações durante os anos de 2020 a 2023. O PDTIC torna mais transparentes e objetivos os requisitos, nomenclaturas e descrições das ações definidas em todas as áreas da instituição.

Orientado pelos planejamentos estratégicos da CAPES e do Ministério da Educação, o PDTIC prevê a melhoria dos sistemas relacionados à avaliação, ao fomento da pós-graduação e à formação de professores da educação básica, além de abarcar o acompanhamento de programas e projetos em todas as diretorias da CAPES, contribuindo para as ações meio e fim da instituição.

A seguir, segue o detalhamento dos indicadores de Evolução do PDTIC 2020-2023:

a) Fórmula do Indicador de Evolução do PDTIC 2020-2023, aprovada na reunião de Avaliação Estratégica de 18/12/2020:

(soma do % de evolução das ações previstas para o período / número de ações previstas para o período) x 100

b) Medição:

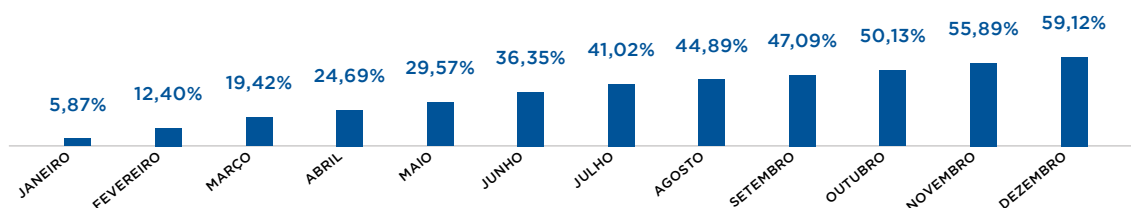


Tabela 16 - Detalhes da execução das ações do PDTIC na planilha

Fonte: CAPES

4.8.4 Resultados com Satisfação de Usuários de TIC

Em 2021 foi realizada uma pesquisa de satisfação com os usuários de TIC da CAPES. De acordo com o Planejamento Estratégico Institucional - PEI, a meta de satisfação mínima, calculada pela metodologia Net Promoter Score - NPS, é o conceito "bom", ou pontuação entre 0% e 49%. A partir da pesquisa, apurou-se o seguinte resultado:

Grau de
satisfação

24,56
BOM

Figura 12 - Grau de satisfação dos usuários de TIC

4.8.5 Resultados Relevantes

Em 2021, os principais resultados entregues pela CAPES no âmbito da gestão de tecnologia da informação foram os seguintes:

1. Regimento Interno do Comitê de Governança Digital – CGD publicado (Portaria GAB nº 185, de 17 de novembro de 2021);
- 2 Sistema de Monitoramento do Planejamento Estratégico – SIMPE para a Presidência da CAPES;
3. Avanços em Segurança da Informação e Comunicação – SIC: 1ª Semana de SIC da CAPES; campanhas; boletins; e pesquisa com usuários;
4. Publicação da Política de Acessos (PORTARIA GAB Nº 179, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021);
5. Avanços na Conformidade de TIC (atendimento das recomendações de auditoria e práticas de governança de TIC orientadas pelo TCU);
6. Mapeamento e formalização de processos em conformidade com referencial do TCU (IGOV-TI): Formalização dos processos de Gerenciamento de Mudanças e Gerenciamento de Requisições e outros em andamento;
7. Planejamento de TIC (PDTIC) monitorado e medido. Meta de evolução do PDTIC de 2021 atendida;
8. Revisão do Planejamento de TIC (PDTIC) 2020-2023 – compliance, alinhamento estratégico (PEI/EGD), alinhamento com necessidades e aprimoramento na orçamentação e priorização;
9. Apoio tecnológico para realização da 1ª Quadrienal 100% on-line;
10. Painel de Orçamento de TIC e Painel de Contratos de TIC;
11. Capacitações: Workshop Ágil e Workshop Power BI;
12. 80% dos servidores da DTI capacitados em contratações de TIC, pela ENAP: formação de gestores e fiscais de contratos TIC e equipes de planejamento de contratação; ETP Avançado e Análise de Riscos;
13. Projetos de sistemas conduzidos em 2021;
14. Avaliação Quadrienal de Permanência 2021;
15. Melhoria da Plataforma Sucupira;
16. Robô Davi (Utilização de Inteligência Artificial p/ correções de textos do Sucupira, reutilizável em qualquer outra aplicação);
17. Melhoria no SIAPG;
18. Desenvolvimento e implantação do módulo Cursos em Associação dentro do Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios no SCBA;
19. Sistematização de processo de renovação de projetos da DRI, no PTI;
20. Implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços – Siads;
21. Entrega da Nova Interface do Portal de Periódicos;
22. Implantação do Protocolo Digital do Governo Federal utilizando a Solução GOV.BR no SEI;
23. Modulo Proeb/PROF - Programa Mestrado Profissional CAPES, na Plataforma de EB;
24. Adaptações no Sistema Sicapes para atender ao edital do MEC Inovação do Programa Brasil na Escola;
25. Entrega do módulo de cadastro de instrumento de parcerias no Cadastro de Editais;
26. Desenvolvimento dos Prêmios CAPES Família e PCMINFRA. Adaptações para atender o Prêmio PCT;

- 27. Migrações para o OCP Red Hat;
- 28. Retirada do XA Oracle;
- 29. Atualização de sistema operacional (Office), contratação de novo serviço de impressão e digitalização, modernização e expansão de ativos de rede de dados; e
- 30. Preparação para APCN.

4.9 Comunicação Social

Redes Sociais				
	Seguidores	Impressões/alcance de publicações	Engajamento (interação)	Publicações
Linkedin	282.773	2.732.594	38.450	979
Twitter	33.211	7.209.352	28.500	3.988
Instagram	234.372	8.720.450	439.747	4.749
Facebook	17.891	1.168.381	13.873	979
	Seguidores	Espectadores únicos (visualizadores)	Número de vídeos postados	Visualizações de vídeos
Youtube	20.304	143.345	245	2.018.550
Portal da CAPES				
	Visualizações		Visitantes	
	5.358.537		4.117.531	
Marketing de Relacionamento				
	E-mails enviados			
	5.134.224			

Tabela 17 - Marketing de Relacionamento
Fonte: CAPES

Para saber mais sobre comunicação acesse: <http://capes.gov.br/comunicacao>

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1 Desempenho Orçamentário

A dotação orçamentaria autorizada na Lei Orçamentaria Anual (LOA) 2021 para a CAPES foi de R\$ 3.377.872.437,00, a qual foi distribuída da seguinte forma:

- Pessoal e Encargos Sociais: R\$ 96.306.566,00 (2,85%)
- Investimentos: R\$ 15.118.708,00 (0,45%)
- Outras Despesas Correntes: R\$ R\$3.266.447.163,00 (96,7%)

As alterações orçamentárias ocorridas durante o exercício foram necessárias visando adequar à dotação inicialmente prevista às necessidades dos Programas e às questões operacionais.

A execução orçamentária, considerando as despesas empenhadas pela CAPES, e pelas unidades gestoras que recebem recursos descentralizados, alcançou o patamar de 99,9% permanecendo assim a tradição de execução próxima a 100%.

As despesas com a área meio ficaram em 6% em relação à dotação autorizada, correspondendo 2% despesas com administração da unidade, 3% despesas com pessoal e 1% com tecnologia da informação e comunicação, demonstrando o empenho da Instituição com a priorização de suas atividades fins.

Os Restos a Pagar, de dotação da CAPES, inscritos no exercício de 2021 somaram R\$ 559.903.654,46 (RP Não Processado Inscrito e Reinscrito + RP Processado Inscrito e Reinscrito). A inscrição foi processada nos termos do Art. 35 do Decreto 93.872/1986.

5.2 Desempenho financeiro no exercício

A dotação empenhada em 2021 pela CAPES (UO 26291) com créditos orçamentários da própria unidade foi de R\$ 3.374.735.452,15 alcançando o patamar de 99,9% de execução sobre a dotação autorizada. Os empenhos liquidados somaram R\$ 3.141.190.053,80. Tendo em vista que o valor pago até 31/12/2021 somou R\$ 3.134.423.299,47. Podemos concluir que 99,6% das despesas liquidadas foram pagas.

Os Restos a Pagar, de dotação da CAPES, pagos em 2021 somaram R\$ 504.344.783,33, incluindo os empenhos inscritos pelas unidades gestoras receptoras de créditos orçamentários oriundos de descentralização, correspondendo 90% do inscrito, excluindo o total cancelado de R\$ 18.394.782,37.

Cabe destacar que os ingressos financeiros se dão de forma mensal e os dispêndios acompanham os ingressos, não havendo algo relevante que se possa destacar nesse processo.

5.3 Gestão Orçamentária e Financeira

A gestão financeira e orçamentária da CAPES está demonstrada nas tabelas e gráficos a seguir:

Análise das Principais Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS
(EXECUTADO ORÇAMENTO CAPES GERAL - UO 26291)

Unidade Orçamentária a qual o orçamento pertence	Ação Governo	Mês Lançamento	Indicador Ação Governo	014/2021							
				Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar do Exercício - Processados	Restos a pagar do Exercício - Não processados	
26291	FUND.COORD. DE APERF. DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	0000	CONCESSAO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCACAO BASICA	SEM INFORMACAO	230.350.191,00	514.928.674,00	514.928.674,00	495.491.773,84	495.491.773,84	0,00	19.436.900,16
		0056	BENEFICIO ESPECIAL E DEMAIS COMPLEMENTACOES DE APOSENTADORIA	SEM INFORMACAO	1.000,00	3.500,00	2.424,54	2.424,54	2.424,54	0,00	0,00
		0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	OPERACOES ESPECIAIS	17.093.309,00	23.506.529,00	23.379.326,83	23.379.326,83	21.594.034,05	1.785.292,78	0,00
		0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	OPERACOES ESPECIAIS	1.353.552.203,00	2.100.639.535,00	2.100.182.932,12	1.997.888.991,28	1.997.325.956,96	563.034,32	104.489.526,19
		09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	OPERACOES ESPECIAIS	13.766.896,00	14.054.768,00	13.886.677,49	13.886.677,49	13.886.677,49	0,00	0,00
		2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	ATIVIDADE	33.656.813,00	107.618.238,00	107.501.688,66	83.946.672,00	83.937.858,38	8.813,62	23.555.016,66
		2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	ATIVIDADE	864.940,00	864.940,00	819.498,30	819.498,30	747.557,21	71.941,09	0,00
		20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	ATIVIDADE	15.091.933,00	21.341.721,00	21.341.666,14	4.158.145,14	4.158.145,14	0,00	17.183.521,00
		20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	ATIVIDADE	33.760.439,00	33.129.526,00	32.863.784,05	19.449.561,64	19.166.799,84	282.761,80	13.421.360,31
		20RN	AVALIACAO DA EDUCACAO SUPERIOR E DA POS-GRADUACAO	ATIVIDADE	3.779.660,00	9.424.403,00	9.424.403,00	2.542.180,07	2.542.180,07	0,00	6.882.222,93
		20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	ATIVIDADE	19.077.038,00	58.741.769,00	58.566.970,19	58.566.970,19	54.793.929,53	3.773.040,66	0,00
		212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	SEM INFORMACAO	2.459.269,00	2.459.269,00	2.304.557,05	2.304.557,05	2.118.289,35	186.267,70	0,00
		216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	SEM INFORMACAO	46.795,00	159.996,00	159.996,00	159.996,00	153.928,05	6.067,95	0,00
		2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	ATIVIDADE	158.630.991,00	490.309.484,00	488.682.768,78	438.324.937,02	438.324.937,02	0,00	66.637.341,33
		4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	ATIVIDADE	377.021,00	690.085,00	690.085,00	268.342,41	178.808,00	89.534,41	421.742,59
		93265	REC. SOB SUP. FUND. COORD. AP. PES. NIV. SUP.	0000	CONCESSAO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCACAO BASICA	SEM INFORMACAO	50.468.483,00	0,00			
0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO			OPERACOES ESPECIAIS	5.662.476,00	0,00					
0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR			OPERACOES ESPECIAIS	685.417.274,00	0,00					
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE			ATIVIDADE	50.264.880,00	0,00					
20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI			ATIVIDADE	22.539.096,00	0,00					
20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E			ATIVIDADE	50.419.640,00	0,00					
20RN	AVALIACAO DA EDUCACAO SUPERIOR E DA POS-GRADUACAO			ATIVIDADE	5.644.743,00	0,00					
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO			ATIVIDADE	38.154.244,00	0,00					
216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB			SEM INFORMACAO	69.885,00	0,00					
2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA			ATIVIDADE	218.530.151,00	0,00					
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	ATIVIDADE	563.064,00	0,00							
TOTALS					3.010.242.434,00	3.377.872.437,00	3.374.735.452,15	3.141.190.053,80	3.134.423.299,47	6.766.754,33	252.027.631,17

Tabela 18 - Orçamento das Principais ações da UPC

Fonte: SIAFI

O orçamento inicial da CAPES referente ao exercício 2021 previsto na Lei Orçamentária Anual era de R\$ 3.010.242.434,00. Ao longo do exercício, ocorreram suplementações no montante de R\$ 367.630.003,00, totalizando a dotação final de R\$ 3.377.872.437,00. A execução orçamentária do órgão foi de R\$ 3.374.735.452,15, incluindo valores empenhados pelas unidades gestoras da CAPES (154003 - Brasil e 154004 - Exterior) e unidades gestoras que receberam créditos descentralizados do orçamento da Fundação. A execução total alcançou o percentual de 99% da dotação disponível. Do valor empenhado, 93% (R\$ 3.134.423.299,47) foram pagos dentro do exercício, sendo que o restante do valor, em torno de R\$ 240 milhões, foi inscrito em Restos a Pagar (RAP) para o exercício de 2022, a maior parte visando ao pagamento das mensalidades de bolsas de estudos referentes a dezembro/21, pagos na primeira semana de janeiro de 2022. O valor de RAP para 2022 é semelhante ao montante de RAP inscrito em 2021, que totalizou R\$ 258,7 milhões.

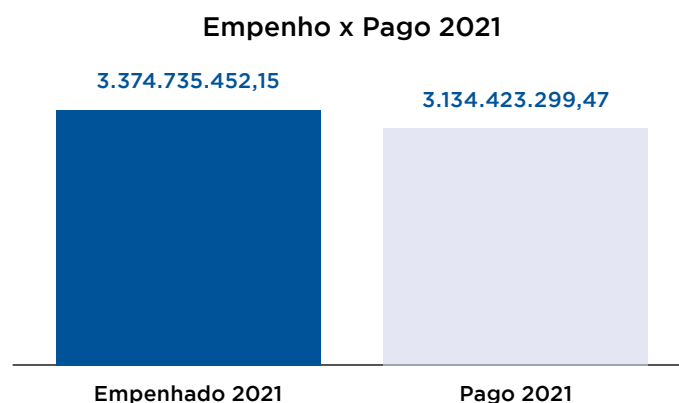


Gráfico 27 - Relação de valores empenhados e pagos
Fonte: SIAFI

Análise das Principais Ações de Responsabilidade da UPC – OFSS - RESTOS A PAGAR

Unidade Orçamentária a qual o orçamento pertence	Ação Governo	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)		
26291	FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	0000	CONCESSAO DE BOLSAS DE APOIO A EDUCACAO BASICA	64.534.334,68		64.533.334,68	1.000,00
	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	1.827.463,66		1.827.463,66	0,00	
	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	311.965.209,48	7.927.794,14	286.241.615,33	17.795.800,00	
	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	24.753.833,57	5.140.453,53	18.804.148,90	809.231,14	
	2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	68.845,93		68.845,93	0,00	
	20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	18.645.319,43	1.033.527,75	13.205.082,00	4.406.709,68	
	20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	37.470.425,63	2.426.331,74	21.948.394,86	13.095.699,03	
	20RN	AVALIACAO DA EDUCACAO SUPERIOR E DA POS-GRADUACAO	7.439.674,32	307.262,99	6.254.525,50	877.885,83	
	20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	3.458.765,20		3.458.765,20	0,00	
	212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	189.541,81		189.541,81	0,00	
	216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	3.541,11		3.541,11	0,00	
	2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	89.400.469,20	1.558.698,22	87.764.840,90	76.930,08	
	4019	FOMENTO A POS-GRADUACAO	53.255,45			53.255,45	
	4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	78.401,03	714,00	44.683,44	33.003,59	
8429	FORMACAO INICIAL E CONTINUADA A DISTANCIA	14.573,96			14.573,96		
TOTAIS				559.903.654,46	18.394.782,37	504.344.783,33	37.164.088,76

Tabela 19 - Restos a Pagar da UPC
Fonte: SIAFI

Em 2021, considerando todas as unidades gestoras que movimentaram créditos orçamentários da CAPES (UO 26291), foram inscritos em Restos a Pagar R\$ 559,9 milhões. O maior volume (R\$ 376,4 milhões) encontra-se nas ações de bolsas no país e nas bolsas da educação básica - ações 0487 e 0000, respectivamente. Do montante do RAP inscrito, R\$ 18,3 milhões foram cancelados pelas unidades ao longo do exercício, R\$ 504,3 milhões foram pagos e R\$ 37,1 restaram na conta à pagar para serem reinscritos no exercício seguinte.

RAP Inscrito x RAP Pago 2021

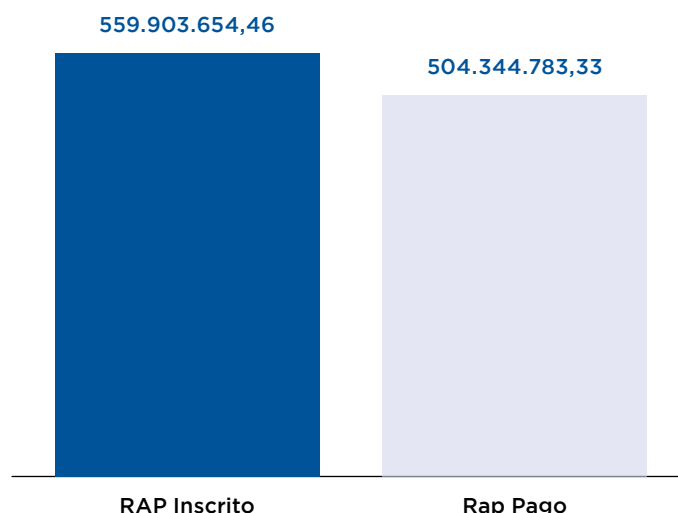


Gráfico 28 - Relação de Restos a Pagar inscrito e pago
Fonte: SIAFI

**Despesas por modalidade de contratação - EXECUTADO PELA UG 154003/154004
(ORÇAMENTO CAPES + RECURSOS RECEBIDOS POR DESCENTRALIZAÇÃO)**

Exercício		2021	
Modalidade de Licitação		Despesa executada	Despesa paga
06	DISPENSA DE LICITAÇÃO	63.011.494,03	47.118.308,51
07	INEXIGIBILIDADE	501.528.025,31	435.902.904,60
08	NÃO SE APLICA	2.690.461.685,17	2.569.035.347,37
12	PREGÃO	55.353.794,58	41.151.842,55
Total		3.310.354.999,10	3.093.208.403,03

Tabela 20 - Despesas executadas e pagas por modalidade de contratação
Fonte: SIAFI

Na execução do orçamento do órgão, considerando apenas os valores executados pelas Unidades Gestoras da CAPES (154003 e 154004), foram empenhados R\$ 3.310.354.999,10, sendo as despesas enquadradas nas modalidades de licitação “dispensa” (R\$ 63 milhões), “inexigibilidade” (R\$ 501,5 milhões) e “pregão” (R\$ 55,3 milhões), conforme as situações e regras estabelecidas na lei 8.666/93. Destaca-se o montante em despesas da modalidade Inexigibilidade abrange os contratos do Portal de Periódicos da CAPES, com editoras internacionais em caráter de exclusividade, que, em 2021, totalizou o valor empenhado de R\$ 488,6 milhões. O restante do valor em inexigibilidade e os valores das modalidades Dispensa e Pregão foram destinados as despesas com administração da unidade, gastos com pessoal e tecnologia da informação.

O valor executado com bolsas, auxílios pesquisadores, convênios, diárias, auxílio avaliação educacional-AAE é enquadrado na modalidade “não se aplica” e totaliza R\$ 2,69 bilhões.

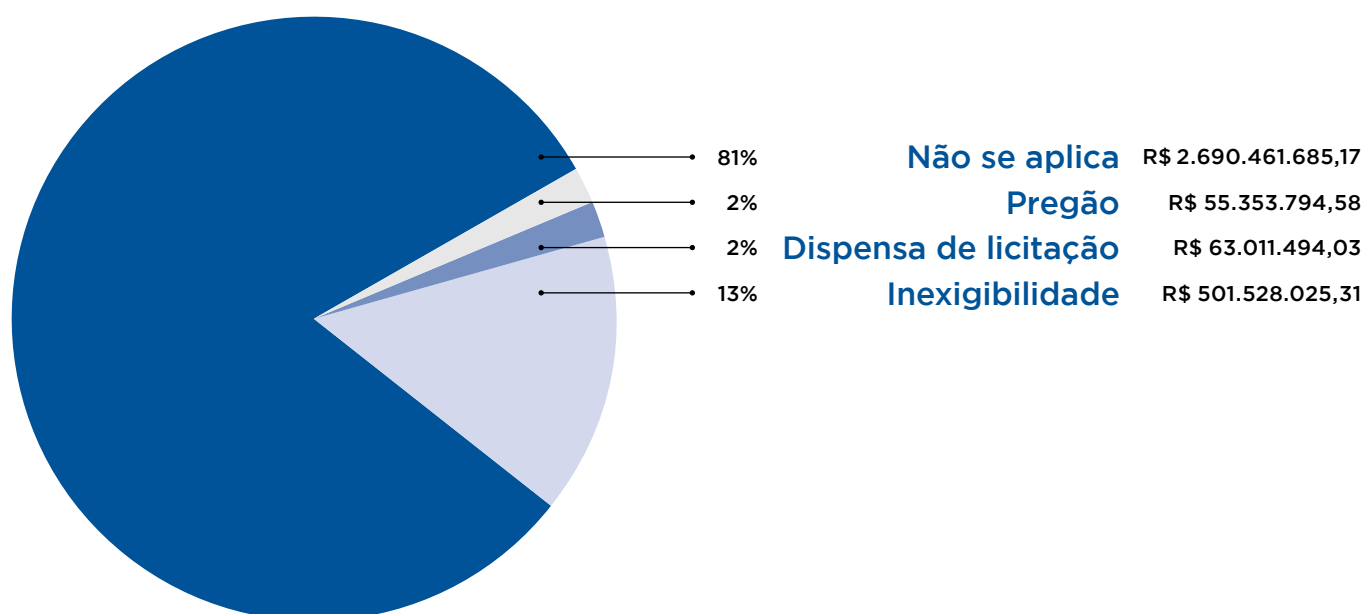
DESPESA EXECUTADA POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO 2020


Gráfico 29 - Despesa executada por modalidade de contratação
Fonte: SIAFI

**Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - EXECUTADO PELA UG 154003 / 154004
(ORÇAMENTO CAPES + RECURSOS RECEBIDOS POR DESCENTRALIZAÇÃO)**

Órgão	Grupo de Despesa	Exercício	Elemento Despesa	2021						
				Empenhada	Liquidada	RP não processados	Valores pagos			
26291	FUND.COORD. DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	21.183.910,86	21.183.910,86	0,00	19.562.957,80	
				03	PENSOES	2.096.966,53	2.096.966,53	0,00	1.940.869,05	
				04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	597.934,00	597.934,00	0,00	554.854,96	
				07	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	687.900,73	687.900,73	0,00	631.420,44	
				11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	56.365.353,89	56.365.353,89	0,00	52.725.496,74	
				13	OBRIGACOES PATRONAIS	14.175.274,29	14.175.274,29	0,00	14.175.274,29	
				16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	363.456,65	363.456,65	0,00	363.456,65	
				91	SENTENCAS JUDICIAIS	149.196,97	149.196,97	0,00	140.439,52	
				92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	31.305,75	31.305,75	0,00	10.479,30	
				96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	184.099,38	184.099,38	0,00	171.816,86	
	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3		04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	41.701,45	41.701,45	0,00	38.861,79
					08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	363.827,08	363.827,08	0,00	338.468,08
					14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	24.338,80	24.338,80	0,00	24.338,80
					18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	2.453.132.872,90	2.374.650.589,18	78.482.283,71	2.374.650.589,18
					20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	116.912.260,86	90.678.552,96	26.233.707,90	90.678.552,96
					30	MATERIAL DE CONSUMO	155.738,94	104.082,30	51.656,64	104.082,30
					33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	132.939,05	122.291,10	10.647,95	122.291,10
					35	SERVICOS DE CONSULTORIA	2.340.538,79	1.822.997,78	517.541,01	1.822.997,78
					36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	281.930,37	281.930,37	0,00	272.981,60
					37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	41.195.273,68	34.721.528,87	6.473.744,81	34.721.528,87
					39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	528.817.349,07	456.300.370,06	72.516.979,01	456.300.370,06
					40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	34.591.307,69	21.315.327,36	13.275.980,33	21.315.327,36
					41	CONTRIBUICOES	11.337.420,24	5.268.183,61	6.069.236,63	5.268.183,61
					46	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.875.038,10	1.875.038,10	0,00	1.718.860,10
					47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.203.857,99	1.145.000,76	58.857,23	1.145.000,76
					48	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	4.400.000,00	2.404.660,07	1.995.339,93	2.404.660,07
					49	AUXILIO-TRANSPORTE	6.640,08	6.640,08	0,00	5.851,67
					92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	206.555,39	204.932,70	1.622,69	204.932,70
					93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.212.767,57	1.198.290,66	14.476,91	1.112.065,79
					96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	17.350,34	17.350,34	0,00	16.247,71
	4	INVESTIMENTOS	4		20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.250.219,00		1.250.219,00	
					40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	12.071.441,27	10.140.985,74	1.930.455,53	10.140.985,74
					52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.481.724,76	57.652,76	2.424.072,00	57.652,76
92					DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	466.506,63	466.506,63	0,00	466.506,63	
Total						3.310.354.999,10	3.099.048.177,81	211.306.821,29	3.093.208.403,03	

Tabela 21 - Despesas executadas por grupo Elemento de Despesa
Fonte: SIAFI

Do valor total empenhado pela CAPES (R\$ 3,31 bilhões), R\$ 23,2 milhões (1%) foram gastos em investimentos, R\$ 95,8 milhões (3%) em despesas com pagamentos de salários e benefícios a servidores e pensionistas e R\$ 3,19 bilhões (96%) em despesas correntes de custeio na manutenção do funcionamento do órgão e cumprimento de suas atividades finalísticas.

EMPENHADO POR GRUPO DE DESPESA 2021



Gráfico 30 - Despesas empenhadas por grupo
Fonte: SIAFI

**Evolução da Execução Orçamentária - Por UG - EXECUTADO PELA UG 154003 / 154004
(ORÇAMENTO CAPES + RECURSOS RECEBIDOS POR DESCENTRALIZAÇÃO)**

UG Executora	Ano Lançamento	Unidade Orçamentária a qual o orçamento pertence	2019	2019	2019	2020	2020	2020	2021	2021	2021	
			29	31	34	29	31	34	29	31	34	
			DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	
154003	FUND. COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	20101	PRESIDENCIA DA REPUBLICA						8.350,59	8.350,59		
		22202	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA				3.720.027,58					
		25302	FUNDAÇÃO ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-ENAP						6.885,00	6.885,00	6.885,00	
		26101	MINISTERIO DA EDUCACAO	680.033,76	543.642,40	543.642,40						
		26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	3.529.304.389,90	3.315.822.446,96	3.310.043.264,06	2.890.813.299,89	2.549.257.622,77	2.542.515.488,66	2.735.020.834,22	2.598.605.758,30	2.592.774.334,11
		26294	HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	20.150,00	20.150,00	20.150,00						
		30108	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	2.141.632,80			2.000.000,00					
		30911	FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP				1.500.000,00			1.393.494,00		
		44206	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	491.000,00	488.800,00	488.800,00	389.400,00	385.300,00	385.300,00	455.100,00	455.100,00	455.100,00
		52101	MINISTERIO DA DEFESA	1.200.000,00	596.354,00	596.354,00	47.820,00			588.792,00	588.792,00	588.792,00
		53210	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS 3 ANA	3.721.209,00			1.600.000,00	800.000,00	800.000,00			
		81101	MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS - MDH				1.358.400,00			1.243.372,00		
154004	FUND. COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	22202	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	2.417.979,65					3.562.704,82	3.562.704,82	3.562.704,82	
		26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	566.886.713,29	432.180.941,74	432.180.941,74	550.334.754,92	448.674.080,23	448.674.080,23	568.075.466,47	495.820.587,10	495.820.587,10
TOTAL			4.106.863.108,39	3.749.652.335,10	3.743.873.152,20	3.451.763.702,39	2.999.117.003,00	2.992.374.868,89	3.310.354.999,10	3.099.048.177,81	3.093.208.403,03	

% DESPESAS PAGAS X EMPENHADAS	2019	2020	2021
		91%	87%

Tabela 22 - Evolução da execução orçamentária por UG
Fonte: SIAFI

Ao analisar a execução do orçamento nos três últimos exercícios 2019 a 2021, percebe-se a eficiência no pagamento dentro do próprio exercício, com o índice de pagamentos em 2021 atingindo 93%. Deve-se considerar que do saldo de empenho remanescente como Restos a pagar para o exercício seguinte, a quase a totalidade destina-se ao pagamento das mensalidades de bolsas de estudos de dezembro que são pagas no início de janeiro do ano subseqüente.

Mais informações sobre a execução orçamentária e financeira da CAPES podem ser adquiridas no link <http://transparencia.capes.gov.br>.

5.4 Principais Fatos Contábeis

Um fato relevante durante o exercício de 2021 foram as 2 baixas correspondentes a transferências de recursos realizadas da UG do exterior (154004) para a UG do país (154003) em 2020.

Data	Valor em U\$	Valor em R\$	Nota de Lançamento
30/09/2020	2.372.498,73	13.416.480,32	2021NL000006
15/09/2021	17.930.251,60	90.942.236,12	2021NL000005

Tabela 23 - Transferências de recursos entre UG da CAPES
Fonte: SIAFI

O valor de R\$ 13.416.480,32, transferido em 30/09/2020, refere-se a recursos devolvidos em exercícios anteriores, depositados na conta corrente da CAPES no Banco do Brasil (Nova Iorque). O maior montante, no valor de R\$ 90.942.236,12, foi transferido visando o pagamento de bolsas de competência de dezembro de 2020. Já o valor de R\$15.501.000,00 foi remanejando visando apropriação nas fontes 8100 e 8144.

Cabe destacar que, apesar de as transferências terem sido realizadas, os documentos hábeis de regularização (TF) continuam pendentes de execução, aguardando posicionamento da SPO/MEC para fins de regularização dos valores registrados na conta de valores em trânsito (UG Exterior)

5.5 Resultados Financeiros e Não Financeiros

Resultado Financeiro apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais

RESULTADOS FINANCEIROS	31/12/2021	31/12/2020	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras (I)	195.275.831,64	17.937.376,54	988,65%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamento Concedidos	-	-	0,00%
Juros e Encargos de Mora	39.714.571,98	329.866,46	11939,59%
Variações Monetárias e Cambiais	151.882.508,91	6.380.581,09	2280,39%
Descontos Financeiros Obtidos			
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3.678.750,75	11.226.928,99	67,23%
Aportes do Banco Central	-	-	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-	0,00%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras (II)	133.444.584,11	20.079.547,30	564,58%
Juros e Encargos de EMPRÉSTIMOS E Financiamentos Obtidos	-	-	0,00%
Juros e Encargos de Mora	-	-	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	133.396.955,84	19.976.223,34	567,78%
Descontos Financeiros Concedidos	47.628,27	19.976.223,34	-53,90%
Aportes ao Banco Central	-	-	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	0,00%
Resultado Patrimonial das VPA e VPD Financeiras (I-II)	61.831.247,53	-2.142.170,76	2986,38%

Tabela 24 - Resultado financeiro das demonstrações das variações patrimoniais
Fonte: SIAFI

Tendo por base os saldos apresentados na Demonstração das Variações Patrimoniais, as variações patrimoniais financeiras aumentativas apresentaram um saldo de R\$195.275.831,64 em 2021, um aumento considerável em comparação à 2020. Tal variação pode ser verificada, principalmente, pelo aumento do percentual nas Variações Monetárias e cambiais. As variações patrimoniais financeiras diminutivas também apresentaram uma elevação significativa em suas variações cambiais. Dessa forma, o resultado financeiro do exercício apresentou um saldo de R\$61.831.247,53.

Resultado Não Financeiro apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais

RESULTADOS NÃO FINANCEIROS	31/12/2021	31/12/2020	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas Não Financeiras (I)	4.367.730.238,21	3.997.127.623,81	9,27%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	0,00%
Contribuições	-	-	0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	4.167.824.533,83	3.757.147.352,53	10,93%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	112.482.672,56	91.532.959,83	22,89%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	87.243.031,82	148.447.311,45	41,11%
Variações Patrimoniais Diminutivas Não Financeiras (II)	4.591.247.786,52	4.042.178.447,15	13,58%
Pessoal e Encargos	76.195.036,06	73.234.942,18	4,04%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	24.396.227,56	24.122.108,82	1,14%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	652.079.193,70	604.876.312,23	7,80%
Transferências e Delegações Concedidas	784.030.116,65	717.107.471,46	9,33%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	251.119.522,24	37.289.462,54	573,43%
Tributárias	425.799,85	412.733,58	3,17%
Custo - Mercadorias, Produtos vend. E dos Serviços Prestados			0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.803.000.890,46	2.585.135.416,94	8,43%
Resultado Patrimonial das VPA e VPD Não Financeiras (I-II)	(223.517.548,31)	(45.050.823,34)	-396,14%

Tabela 25 - Resultado não financeiro das demonstrações das variações patrimoniais
Fonte: SIAFI

Em relação ao resultado não financeiro, tem-se um resultado de (R\$223.517.548,31) ao final do exercício de 2021, ante um resultado de R\$ (45.050,823,34) no mesmo período de 2019. Uma variação importante que colaborou para este resultado foram as baixas de ativo intangível (softwares) em desuso, representado pela conta Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, com aumento de 573,43%.

5.6 Normas Legais e Técnicas e mecanismos de Controle

Para controle e garantia da confiabilidade, da regularidade e da completude dos lançamentos e procedimentos contábeis são observadas: a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei nº 10.180/2001 e a Lei Complementar nº 101/2000. Observa-se, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, da Secretaria do Tesouro Nacional.

5.7 Coordenação de Contabilidade

A Coordenação de Contabilidade (CCONT) está subordinada à Coordenação de execução orçamentária, financeira e de contabilidade (CGOF) da Diretoria de Gestão (DGES). É composta atualmente por 09 membros, sendo 5 servidores (dos quais 3 são graduados em contabilidade) e 4 terceirizados.

Dentre as principais competências, destacam-se:

- coordenar a execução das atividades relacionadas ao Sistema de Contabilidade Federal;
- realizar a conformidade contábil dos atos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, de acordo com os princípios e as normas contábeis aplicadas ao setor público;
- acompanhar a legislação relativa à contabilidade pública e demais assuntos a ela relacionados;
- acompanhar, identificar e regularizar depósitos efetuados na Conta Única do Tesouro Nacional

vinculada à CAPES;

A relação completa das competências está elencada no Regimento Interno da Capes (Art. 18 da Portaria Nº 105, de 25/05/2017.

Contador: Tiago Schlickmann (de 06/04/2016 até a presente data)

Contador Substituto: Sandra Regina Silva Ferreira (de 21/05/2020 até a presente data)

5.7 Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 - LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público - NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição - MCASP e o Manual SIAFI.

Ressalta-se que a CAPES possui uma UG secundária (154004) para fins de execução de pagamentos no exterior, registrados em moeda estrangeira no SIAFI (U\$). Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (R\$), empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro (BF) e na Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior. Essa dualidade de moedas provoca variações monetárias, assim como a utilização de taxas de conversão diferentes para a execução orçamentária e financeira, em decorrência do espaço de tempo existente entre as etapas da execução da despesa orçamentária. A variação cambial dos saldos em moeda estrangeira tem seus efeitos ajustados diariamente de forma automática em contas contábeis definidas pelo Órgão Central de Contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento.

Os balanços, demonstrações e notas explicativas podem ser acessados em sua íntegra no Portal da CAPES na internet por meio do Link:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/demonstracoes-contabeis>



CAPES

Anexos

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

Sigla	Descrição
ABC	Alfabetização Baseada na Ciência
AGU	Advocacia-Geral da União
ANA	Agência Nacional de Águas
Andifes	Associação Nacional Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
APCN	Avaliação das Propostas de Cursos Novos
APE	Assessoria de Planejamento e Consolidação da Informação
Art.	Artigo
AUXPE	Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
AVAMEC	Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação
BF	Balanço Financeiro
Brafagri	Brasil França Agricultura
BRAFITEC	Brasil France Ingénieur TEChnologie
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPES-Print	Programa Institucional de Internacionalização
CCS	Coordenação de Comunicação Social
CEB	Companhia Energética de Brasília
CECOL	Coordenação Executiva dos Órgãos Colegiados
C&T	Ciência e Tecnologia
CGU	Controladoria-Geral da União
CICan	Colleges and Institutes Canada
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cofecub	Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil
COFEN	Conselho Federal de Enfermagem
CONFAP	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
CRN-4	Conselho Regional de Nutricionistas - 4ª Região
CS	Conselho Superior
CSIC	Comitê de Segurança da Informação
CTC-EB	Conselho Técnico-Científico da Educação Básica
CTC-ES	Conselho Técnico-Científico da Educação Superior
CTI	Ciência, Tecnologia & Informação

Sigla	Descrição
CWRU	Case Western Reserve University
DAAD	Deutscher Akademischer Austauschdienst
DAV	Diretoria de Avaliação
DEB	Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica
DED	Diretoria de Educação a Distância
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
DGES	Diretoria de Gestão
Dinter	Programa de Doutorado Interinstitucional
DPB	Diretoria de Programas e Bolsas no País
DPF	Departamento de Polícia Federal
DRI	Diretoria de Relações Internacionais
DS	Programa de Demanda Social
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD	Educação a Distância
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAP	Fundação de Amparo à Pesquisa
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FOPROP	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação
Forpibib	Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
GAB	Gabinete
GDACT	Gratificação de Desempenho de Atividade de C&T
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano do Município
IES	Instituição de Ensino Superior
IGestContrat	Índice de Capacidade em Gestão de Contratos
IGestPessoas	Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas
IGestTI	Índice de Capacidade em Gestão de TI
IGG	Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas
IGovPub	Índice de Governança Pública
IGovTI	Atendimento do Índice de Governança de TI
IN	Instrução Normativa
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPES	Instituição Pública de Ensino Superior

Sigla	Descrição
IPP	Instituto Politécnico do Porto
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITV	Instituto Tecnológico Vale
KWh	Quilowatt-hora
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LOA	Lei Orçamentária Anual
CASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MD	Ministério de Defesa
MDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MEC	Ministério da Educação
MJSP	Ministério da Justiça e da Segurança Pública
MNPEF	Programa Nacional de Mestrado Profissional em Ensino de Física
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
NPS	Net Promoter Score
OGU	Orçamento Geral da União
PAAP	Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos
PAC	Plano Anual de Contratações
PAEP	Programa de Apoio a Eventos no País
PARFOR	Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PCI	Projetos de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior
PDA	Plano de Dados Abertos
PDPG	Programa Parcerias Estratégicas nos Estados - Amazônia Legal
PDPI	Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos EUA
PDSE	Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PF	Polícia Federal
PF - CAPES	Procuradoria Federal junto à CAPES
PGF	Procuradoria-Geral Federal

Sigla	Descrição
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIDP	Plano Institucional de Desenvolvimento de Pessoas
PNAP	Programa Nacional de Formação em Administração Pública
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPA	Plano Plurianual
PPGs	Programas de Pós-Graduação
PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROCAD-Amazônia	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia
PROCAD-Defesa	Programas de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional
PROCAD-SPCF	Programa de Cooperação Acadêmica em Segurança Pública e Ciências Forense
Pró-Defesa Prodoutoral	Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional Programa de Formação Doutoral Docente
PROEB	Programas de Mestrado Profissional para Qualificação da Rede Pública de Educação Básica
ProEF	Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional
PROEX	Programa de Excelência Acadêmica
ProfArtes	Mestrado Profissional em Artes
ProfBio	Mestrado Profissional em Educação Inclusiva
Profei	Mestrado Profissional em Ensino de Biologia
ProfFilo	Mestrado Profissional em Filosofia
ProfHistória	Mestrado Profissional em Ensino de História
ProfLetras	Mestrado Profissional em Letras
ProfMat	Mestrado Profissional em Matemática
ProfQui	Mestrado Profissional em Química
ProfSocio	Mestrado Profissional de Sociologia
Prosc	Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior
Prosup	Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares
PTI	Plano de Trabalho para a Internacionalização
PVNS-Amazônia	Programa Professor Visitante Nacional Sênior
RBPG	Revista Brasileira de Pós-Graduação
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RP	Residência Pedagógica
SAP	Sistema de Análise de Processos

Sigla

Descrição

SCBA	Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios
SCPB	Sistema de Conciliação e Pagamento de Bolsas
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SEALF	Secretaria de Alfabetização
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
Senasp	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICAPES	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
SIGRH	Sistema Integrado CAPES
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SisUAB	Sistema Universidade Aberta do Brasil
SLTI/MPOG	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SNF	Secretaria Nacional da Família
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
STINT	Swedish Foundation for International Cooperation in Research and Higher Education
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UAb	Universidade Aberta de Portugal
UASG	Unidade Administração de Serviços Gerais
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UG	Unidade Geradora
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UO	Unidade Orçamentária
UP	Universidade do Porto
UPC	Unidade Prestadora de Contas
USP	Universidade de São Paulo
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da CAPES	8
Figura 2 - Modelo de Governança da CAPES.....	9
Figura 3 - Cadeia de Valor da CAPES	11
Figura 4 - Mapa de Contexto da CAPES	14
Figura 5 - Mapa Estratégico 2020 - 2023 da CAPES	16
Figura 6 - As três linhas de defesa da CAPES	28
Figura 7 - Módulos do PTI.	45
Figura 8 - Distribuição de bolsas por país no âmbito do Programas CAPES/PrInt.....	45
Figura 9 - Distribuição de bolsas por país.....	48
Figura 10 - Polos EaD UAB.....	50
Figura 11 - Municípios com turmas do Parfor por Região do Brasil	53
Figura 12 - Grau de satisfação dos usuários de TIC.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Linhas de atuação da CAPES	10
Tabela 2 - Indicadores Estratégicos.....	21
Tabela 3 - Matriculados e titulados em cursos de pós-graduação stricto sensu em 2020.....	29
Tabela 4 - Processos de Fusão e Migração em 2021. Fonte: Plataforma Sucupira.	31
Tabela 5 - Recursos investidos pela CAPES, em 2021, no apoio a ações emergenciais.	37
Tabela 6 - Projetos apoiados e número de bolsas implementadas pela CAPES em 2021 por meio do PDPG-Parcerias Estratégicas nos Estados.....	40
Tabela 7 - Recursos investidos pela CAPES, em 2021, para o pagamento de bolsas do programa CAPES/FAP.....	41
Tabela 8 - Recursos investidos em 2021 por meio do Portal de Periódicos.....	42
Tabela 9 - Dados referentes ao PrInt em 2021	45
Tabela 10 - Áreas de Maior Concentração de Projetos de Cooperação Internacional (PCI).....	46
Tabela 11 - Polos EaD UAB, 2021.....	50
Tabela 12 - Processos de contratação por modalidade	58
Tabela 13- Licitações por modalidade	58
Tabela 14 - Principais Despesas Administrativas	59
Tabela 15 - Valores de locações de imóveis	62
Tabela 16 - Detalhes da execução das ações do PDTIC na planilha	66
Tabela 17 - Marketing de Relacionamento	68
Tabela 18 - Orçamento das Principais ações da UPC.....	70
Tabela 19 - Restos a Pagar da UPC	72
Tabela 20 - Despesas executadas e pagas por modalidade de contratação	73
Tabela 21 - Despesas executadas por grupo Elemento de Despesa	74
Tabela 22 - Evolução da execução orçamentária por UG.....	76
Tabela 23 - Transferências de recursos entre UG da CAPES.....	77
Tabela 24 - Resultado financeiro das demonstrações das variações patrimoniais.....	77
Tabela 25 - Resultado não financeiro das demonstrações das variações patrimoniais.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Autoavaliação do Perfil de Governança e Gestão Pública - CAPES 2018 a 2020.....	23
Gráfico 2 - Faixas de classificação dos estágios de governança.....	23
Gráfico 3 - Regionalização titulados, nível Mestrado, 2020.....	29
Gráfico 4 - Regionalização titulados, nível Doutorado, 2020.....	30
Gráfico 5 - Projetos de Cooperação entre Instituições recebidos em 2021 e homologados pela DAV.....	32
Gráfico 6 - Distribuição das bolsas concedidas no país, por modalidade, em 2021.....	34
Gráfico 7 - Distribuição das bolsas concedidas no país, por região geográfica, em 2021.....	34
Gráfico 8 - Distribuição das bolsas concedidas no país, por grande área do conhecimento, em 2021.	34
Gráfico 9 - Distribuição das bolsas concedidas no país, por status jurídico da IES, em 2021.	35
Gráfico 10 - Distribuição das bolsas concedidas pelos programas de fomento da CAPES voltados para a redução das assimetrias regionais em 2021.	38
Gráfico 11 - Lista dos 10 países com maior quantidade de bolsas - Programa PrInt no ano de 2021....	45
Gráfico 12 - Investimentos e número de bolsistas estrangeiros no Brasil por modalidade de bolsa....	48
Gráfico 13 - Investimentos e número de bolsistas brasileiros no exterior por modalidade de bolsa....	48
Gráfico 14 - Países de destino com o maior número de bolsistas brasileiros em 2020.....	49
Gráfico 15 - Cursos online em parceria com a UEMA.....	51
Gráfico 16 - Detalhamento da força de trabalho da CAPES.....	54
Gráfico 17 - Detalhamento de servidores de outros órgãos/entidades lotados na CAPES.....	55
Gráfico 18 - Número de servidores efetivos da CAPES lotados na CAPES e em outros órgãos/entidades.....	55
Gráfico 19 - Detalhamento de servidores da CAPES lotados em outros órgãos/entidades.	55
Gráfico 20 - Distribuição de servidores e estagiários por gênero, considerando a força de trabalho na CAPES (333 servidores e estagiários) e os servidores da CAPES lotados em outros órgãos/entidades (49).	55
Gráfico 21 - Distribuição de servidores por cargo na carreira.....	56
Gráfico 22 - Investimentos em capacitação de servidores.....	57
Gráfico 23 - Investimentos em capacitação de servidores.....	57
Gráfico 24 - Processos de contratações por modalidade.....	58
Gráfico 25 - histórico de consumo de energia elétrica.....	63
Gráfico 26 - histórico de consumo de energia água.....	63
Gráfico 27 - Relação de valores empenhados e pagos.....	71
Gráfico 28 - Relação de Restos a Pagar inscrito e pago.....	72
Gráfico 29 - Despesa executada por modalidade de contratação.....	73
Gráfico 30 - Despesas empenhadas por grupo.....	75

gov.br/capes



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

